

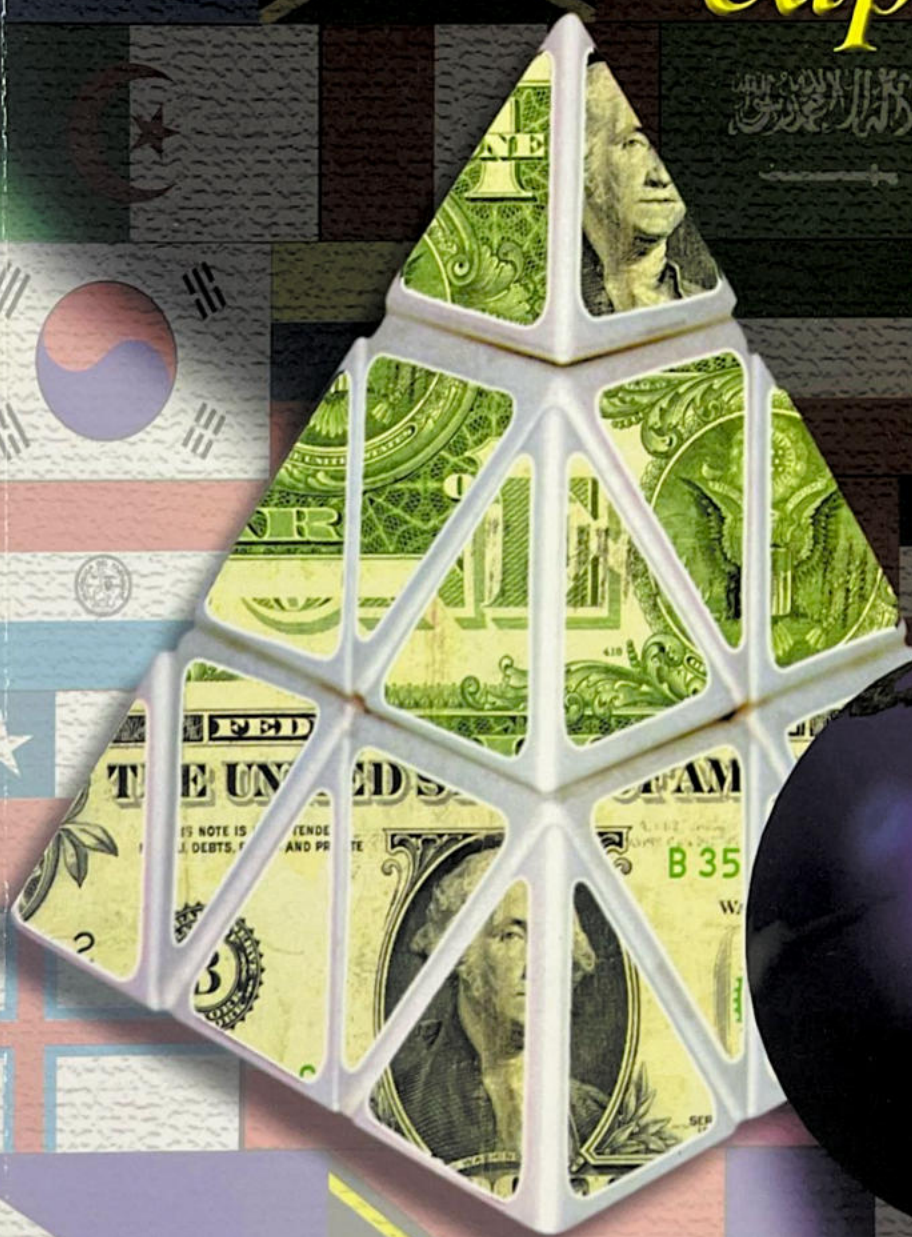
Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - Nº10 - Ano 7 - ago/dez 1998

ISSN 0103-9717

R\$ 10,00

Crise do capitalismo global



Apresentação

É com redobrada felicidade, embora com um atraso injustificável, que apresentamos aos Professores mais um número da Revista Plural. Ela deve ser lida como uma contribuição do sindicato para a compreensão da política, da economia, da sociedade, através de vários autores, aos quais agradecemos.

Temos como motivadores da reflexão nomes exemplares com o de Saragamo, em dois momentos: Autor Desconhecido, que tem luz própria, sem eles a força da criação ficaria debilitada: Chiapas, a sua participação na observação das pessoas, dos fatos, da matança de Acteal. Isso no ano do reconhecimento da literatura portuguesa com o Prêmio Nobel conferido ao Autor.

Heinz, que já esteve conosco outras vezes, trata da sociologia e da economia em artigo denso sobre a "Crise Capitalista na Aldeia Global". E uma

entrevista concedida ao Nildo Ouriques e Waldir Rampinelli sobre a "Sociedade Global e o Novo Projeto Histórico".

A Professora Ivete Simionatto em "Globalitarismo e Sociedade Civil: A Manipulação dos Conceitos", desvenda alguns segredos contidos no fortalecimento da sociedade civil e "Público" e "Privado". Enfoca "contrato de gestão", "descentralização e flexibilização" e "organizações sociais", e suas conseqüências.

Temos ainda uma visão do cenário que o trabalhador, após um dia de trabalho, tem na programação da televisão, que vai do cego que decapitou a mãe, ... os restos humanos incendiados de um desastre de avião, ... a vida como ela é. E as contribuições de Maiakowski, Vieira, Sardá e Dines.

A Professora Edaléia em "A Questão dos Direitos Humanos na Entrada

do Milênio", mostra que não é tão certo como é de se esperar. A qual se vincula a "Pedagogia do Oprimido" na contribuição Wolkmer.

Ribas em "Reconstruir uma Identidade Classista, Retomar o Projeto Histórico" aborda a fase de fundação da Central Única dos Trabalhadores, sua trajetória e o impasse em que se encontra. Ela perde o objetivo do projeto de emancipação da classe trabalhadora, para assumir a luta restrita ao campo econômico corporativo, e pequenas conquistas é a contribuição do Tumolo. A Professora Bernardete W. Aued, no artigo "Subsídios ao perfil dos novos docentes industrializados" descreve o novo professor, que exerce sua atividade na UFSC.

Boa Leitura

Milton Divino Muniz
Presidente da Apufsc-SSind

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina SSind/ANDES - SN Gestão 96/98

EXPEDIENTE

Presidente:
Milton Divino Muniz

Vice-Presidente:
Magaly Mendonça

Secretário Geral:
Albertina Dutra Silva

1º Secretário:
João Eduardo Basto Lupi

2º Secretário:
Carlos Soares

Tesoureiro Geral:
Vera Maria R. Nogueira

1º Tesoureiro:
Edna Maciel Fiod

2º Tesoureiro:
Regina Carvalho

Diretor de Divulgação e Imprensa:
Valmir José Oleias

Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:
Ary Cesar Minella

Diretor de Promoções Culturais e Científicas:
José Alvim

Vice-Dir. de Promoções Culturais e Científicas:
Ana Brancher

Diretor de Promoções Sociais:
Américo Ishida

Diretor de Relações Institucionais:
Clair Castilhos

Diretor de Política Sindical:
Idaleto Aued

Diretor de Assuntos dos Aposentados:
Corália Piacentini

Comissão Editorial:
José Gonçalves Medeiros, Carmen Aidê Hermes,
Danilo Wilhelm Filho, Elenor Kunz, Elizabeth
Junchem Machado Leal, James Petras, Luiz
Carlos P. Machado, Luiz Fernando Scheibe,
Raimundo Campos Caruso, Raul Guenther,
Ubaldo Cesar Balthazar, Walter Carlos Costa

Jornalista Responsável:
Rosangela Bion de Assis (MTb/SC 00390 JP)

Edição
José Gonçalves Medeiros

Revisão
Comissão Editorial

Capa:
Hélio Devigili Júnior

Editoração Eletrônica:
Rosangela Bion de Assis

Fotolito e Impressão:
Ind. e Editora Gráfica Agnus Ltda

Correspondência:
Associação dos Professores da Universidade
Federal de Santa Catarina - Campus
Universitário - Florianópolis - SC
CEP 88040-900

Fone:(048) 231-9425 - Fax (048) 234-284
e-mail: APUFSC@MBOX1.UFSC.BR

HTTP://WWW.UFSC.BR/APUFSC/
INDEX.HTML

O material publicado é de
responsabilidade dos autores

03

Ao autor desconhecido

O prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, leu este texto para a Sociedade Geral de Autores da Espanha, que organizou uma série de atos para mobilizar a opinião pública para que se reconheça a função imprescindível da criação intelectual.

05

Chiapas

Texto de José Saramago, apresentando a Campanha Urgente pelos Refugiados da Guerra de Chiapas.

07

Crise capitalista na aldeia global

Neste ensaio, Heinz Dieterich Steffan discute o cenário econômico da pré-crise; algumas falácias propagandísticas da economia burguesa; a dimensão e as causas da depressão mundial e as opções sócio-econômicas que restam para os habitantes da aldeia global.

16

Entrevista

A sociedade global e o novo projeto histórico

Nesta entrevista realizada pelos professores Nildo Domingos Ouriques e Waldir José Rampinelli, Heinz Dieterich Steffan falou sobre as possibilidades de reversão da crise, ONGs, Mercosul, do papel dos intelectuais e sobre a viabilidade do novo projeto histórico.

28

Globalitarismo e a sociedade civil

Este artigo da professora Ivete Simionatto retoma a discussão gramsciana sobre sociedade civil, comparando a definição dessa categoria no pensamento marxista com a que vem sendo utilizado no debate teórico e político.

36

Literatura

Nesta edição, Raimundo Caruso aborda o tema: os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão brasileira vista por escritores como o russo Vladimir Maiakowski e o contista catarinense Emanuel Medeiros Vieira. Ainda publicamos um texto de Alberto Dines e outro de Laudelino Sardá.

P
l
u
r
a
l

53**Reconstruir uma identidade classista,
retomar o projeto histórico**

Em que medida a Central abriu mão de um projeto emancipatório para assumir a luta restrita ao campo econômico corporativo, o que motivou esta inflexão na prática política da Central? Sobre esse questionamento discorre o artigo de Clarilton C. Ribas.

64**A CUT diante do novo padrão de acumulação de capital:
dilemas e desafios**

O professor Paulo Tumolo fala sobre os desafios que o novo padrão de acumulação de capital estão trazendo para o movimento sindical mundial e particularmente para o Brasil.

80**A questão dos direitos humanos na entrada do milênio**

A Professora do Centro Sócio Econômico, da UFSC, Edaléa Maria Ribeiro da Silva, trata do histórico desafio de conciliar interesses particulares com os interesses comuns de uma coletividade.

84**Subsídios ao perfil dos novos docentes industrializados**

Com base nos dados de uma pesquisa realizada na UFSC em 1996, a professora Bernardete W. Aued. faz um balanço acerca dos problemas decorrentes da implantação do fordismo na universidade.

100**Paulo Freire: homenagem ao teórico da pedagogia
libertadora da América Latina**

Quem foi o homem e sua trajetória histórico-política. Esse é o tema do artigo de Antonio Carlos Wolkmer sobre o notável educador brasileiro que construiu um projeto de educação libertadora e um método de alfabetização centrado na conscientização, no diálogo e na transformação social.

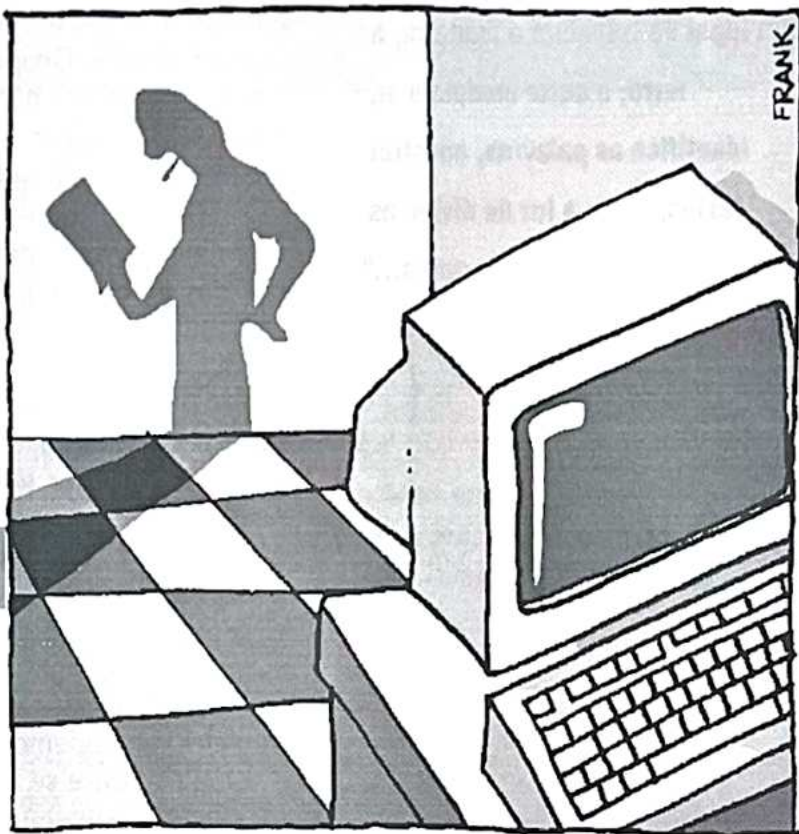
105**Espaço PLURAL**

Seção dedicada à publicação de correspondência dos leitores.

108**Índice remissivo por assunto e por autor**

José Saramago*

Ao autor desconhecido



Sob o lema "No princípio está o autor", a Sociedade Geral de Autores da Espanha organizou uma série de atos com o fim de mobilizar a opinião pública para que se reconheça a função imprescindível da criação intelectual, Saramago leu um texto dirigido ao "autor desconhecido" do qual apresentamos sua versão em espanhol**

Há alguns dias atrás, os organizadores desta sessão me pediram que falasse hoje dos autores pouco conhecidos, que dissesse algo sobre seu trabalho cotidiano, de seus problemas ou de seu regozijo por saber que, a seu modo e sem importar com seu êxito, estão contribuindo para a compreensão do mundo e da vida. Falar dos autores menos

conhecidos é falar da maioria; Isto foi, e continua sendo, para mim, uma idéia afortunada.

Porém, falar de autores é simplesmente falar da criação, do trabalho criativo. Não sei a razão pela qual em nossos países ibéricos e ibero-americanos este trabalho tem sido ignorado há muito tempo.

Continuamos pensando que um

*Escritor português, Prêmio Nobel de Literatura em 1989. Autor de "Ensaio sobre a cegueira", "Memorial do convento", entre outros.

"O homem, mas sobretudo, nosso
conhecimento, pensamento e criatividade
como forma de uso exclusivo do
planeta e desde a perversão da
crueldade, organizou uma ficção,
um pensamento, uma história. e
como está o ser humano em
nossa sociedade e em nossa
cultura e em nossa vida?"

**Tradução: Eliete Ávila Wolff

"No lugar de trabalhar a madeira, o ferro, o autor modela o ar, identifica as palavras, constrói textos, mede a luz ou divide as cores..."

autor, se é um autor de verdade, é um ser divino. Divino deriva de Deus. E os deuses não trabalham. Criam sem trabalhar: é por isso que são deuses. Um autor é exatamente o contrário: não cria com o dedo índice, mas com os dez dedos das mãos, com as pernas e com todo o corpo até chegar ao cérebro.

Por isto pensei que o que deveria explicar-lhes era simplesmente o que faz um autor, seja conhecido ou desconhecido. Cada vez que um autor trabalha em uma obra, tem o mesmo problema que tenho agora: como dizer-lhes o que é um autor; como mostrar-lhes seu esforço; como transmitir a idéia de que sem eles não podemos existir.

Que mal deve se sentir um autor se não tem nenhuma idéia! Ou, se tem uma idéia e não encontra a forma de concretizá-la, ou se não tem nem uma idéia nem a forma, mas somente a sensação de que quer dizer algo. O autor se sente mal; e todos os outros se sentem da mesma forma? Imaginem um livro em branco, a tela de uma televisão apagada, um cinema sem tela, um filme virgem...Isto é, pois, o silêncio...Ou pior ainda, o vazio.

O trabalho de um autor não consiste somente em ter idéias, mas em tê-las... e concretizá-las. Qualquer um pode ter uma idéia, mas nem todos sabemos como dar-lhe corpo. O autor tem a idéia e tem a forma concreta da expressão. E nisto não existe nenhuma magia, não há divindade, não há genialidade... Há trabalho. No lugar de trabalhar a madeira, o ferro, o autor modela o ar, identifica as palavras, constrói textos, mede a luz ou divide as cores... O trabalho de um autor consiste em desenvolver sua idéia, em alimentá-la... a nossa ou o que nos acontece. Cada autor projeta assim uma parte de todos nós e a transforma em metáfora..., em símbolo.

Não é um trabalho inútil. Nos

sucedem tantas coisas em cada momento que necessitamos símbolos para filtrar a realidade e ajudar-nos a entendê-la. O autor cria estes símbolos que nos permitem comunicar-nos. E graças a este trabalho diário de milhares de autores em milhares de lugares, se faz um balanço do qual resulta um saldo positivo. Temos à nossa disposição milhares de formas de ver-nos. Sem isto, desapareceríamos.

Nem sequer os mais injustos ou os mais ignorantes são capazes de afirmar que esta tarefa imensa que consiste em fazer cultura e ter idéias se refere a uns quantos tocados pelo êxito ou pela fama. Refere-se a milhares.

Não poderia ser de outro modo, nenhuma estrela de nenhuma manifestação cultural brilha sem algo no qual apoiar-se. Este apoio se chama AUTOR DESCONHECIDO. Cada um destes autores brilha com luz própria. Se este esforço não é reconhecido, se irá apagando. E então enfrentaríamos uma cena bem triste: a força da criação ficaria debilitada. Teríamos menos autores, menos idéias e menos formas de entendermos. É fácil compreender o que isso significa.

O mundo ibérico e ibero-americano, felizmente, possui muitos autores. Sempre teve idéias e formas de entender a vida. Muitos de nossos autores tem sido tão claros, que são compreensíveis em qualquer língua, por qualquer ouvido, sem importar a cor dos olhos. Alguns tem sido ou são verdadeiros gênios..., outros são famosos e muitos são desconhecidos. A sociedade tem que saber que eles são um apoio essencial para nós. Qualquer um deles pode criar algo novo que nos permita entendermos um pouco melhor. É bom que seja assim. Reconhecer seus direitos não é só questão de justiça: é questão de sobrevivência.

"Não poderia ser de outro modo, nenhuma estrela de nenhuma manifestação cultural brilha sem algo no qual apoiar-se."

Chiapas*

Todas as manhãs, quando despertamos, podemos perguntar-nos que novo horror terão enfrentado, não o mundo, esse que, pobre dele, é apenas uma vítima paciente, mas sim nossos semelhantes, os homens. E todos os dias nosso temor se multiplica, porque o ser humano, que inventou as leis para organizar a vida, inventou também, no mesmo momento ou inclusive antes, a perversidade para utilizar estas leis em benefício próprio e sobretudo, contra o outro. O homem, meu semelhante, nosso semelhante, patenteou a crueldade como fórmula de uso exclusivo no planeta e desde a perversão da crueldade, organizou uma filosofia, um pensamento, uma ideologia, e definitivamente, um sistema de domínio e de controle que colocou o mundo nesta situação doentia na qual hoje se encontra.

Sirva este longo preâmbulo para explicar o estado de ânimo com que recebi a terrível notícia da matança de Acteal. Nos diziam: "quarenta e cinco mortos em Chiapas", da mesma forma como, antes, havia sido falado da "insurgência em Chiapas" e a gente aceita o enunciado como se fosse um golpe, um mais que agregar ao de ontem e ao de amanhã, uma conta mais no rosário de crimes do homem contra o homem. No entanto, na manhã que se publicou a matança de Acteal, minha casa se levantou. Dissemos:

Temos que compreender. Devemos compartilhar. E fomos para o México, para Chiapas, para o centro da dor e para o coração do nosso passado, para o único lugar onde o conhecimento podia ser produzido. Fomos para Chiapas e nos vimos refletidos nos olhos dos índios sobreviventes das matanças da história, nos olhos negros das crianças mutiladas, na paciência incompreensível dos anciões que nos observavam, quem sabe, também eles querendo compreender. Vendo os índios chiapanecos descobrimos novos rostos da lógica do poder, tão igual sempre, tão imutável ao longo do tempo, das gerações e dos usos políticos.

Estivemos em Chiapas. Vimos as casas dos índios, as acampamentos de desterrados, os assentamentos provisórios e os considerados definitivos. Conhecemos suas propostas para o futuro, que para eles sempre será imperfeito, e que estão refletidas nos Acordos de San Andrés que o governo assinou e que agora não quer respeitar, e conhecemos a Rosário Castellanos, a escritora que apesar de ter morrido há 24 anos continua sendo uma embaixadora em Chiapas, porque em suas novelas soube contar as vicissitudes dos índios e as tropelias dos brancos. Vimos o exército mexicano com uniformes de campanha e equipado para iniciar uma guerra. Vimos aos cooperantes internacionais assistindo às crianças desnutridas e às mu-

** Texto de José Saramago lido por Salvador Távora em uma entrevista coletiva em 4 de junho em Sevilla, apresentando a Campanha Urgente pelos Refugiados de Guerra de Chiapas.*

"O homem, meu semelhante, nosso semelhante, patenteou a crueldade como fórmula de uso exclusivo no planeta e desde a perversão da crueldade, organizou uma filosofia, um pensamento, uma ideologia, e definitivamente, um sistema de domínio e de controle que colocou o mundo nesta situação doentia na qual hoje se encontra."

**"Percebemos a decisão firme de
viver outra vida nos homens e
mulheres com quem falamos, na
firmeza e na profundidade do gesto
e palavras, na nova concepção que
têm deles próprios."**

lheres jovens que perderam sua dentadura e cujo corpo está rachado como racha o barro seco que sustenta suas pobres casas. Vimos a pobreza, a humilhação, a dor, mas também vimos a dignidade nas palavras do guerrilheiro que nos descrevia porque decidiu revoltar-se e auxiliar o Exército Zapatista de Libertação Nacional, último e talvez o único recurso para freiar o lento genocídio que vêm padecendo os índios do México e do resto da América.

Porque os índios de Chiapas não são os únicos humilhados e vencidos do mundo: nos cinco continentes repetem-se todos os dias situações de vexação e crime contra grupos, etnias, povos, e definitivamente contra os pobres dos pobres, contra o que o sistema imperante, o capitalismo autoritário que rege o mundo, considera inútil para seus objetivos e portanto, descartável, saldo, material de derribo, suscetível de eliminação sem pagar por isto. Sem que os autênticos responsáveis paguem por isto, como uma e outra vez estamos vendo. No entanto, em Chiapas foi dito basta. Os índios se organizaram para combater e negociar. Em torno do subcomandante Marcos, se puseram de frente para o go-

verno e deram um lição de dignidade ao mundo, e isto não é retórica. Percebemos a decisão firme de viver outra vida nos homens e mulheres com quem falamos, na firmeza e na profundidade do gesto e palavras, na nova concepção que têm deles próprios. Os índios assumiram para eles o projeto de Zapata, e como zapatistas, ou seja, sob a bandeira de "Terra e liberdade" que Zapata esgrimiou, continuarão combatendo o governo, ao latifúndio, à capital, à concepção da história que os considera supérfluos, espécie a extinguir.

Fomos a Chiapas. Recolhemos impressões, conhecimento, emoções. Compartilhamos a dor e as lágrimas. Como outros que foram antes e os que irão no futuro. Sabemos que temos a obrigação de contar o que vimos, dizer os nomes das crianças, dos cooperantes, das pessoas que se tornaram índias para poder sentir como os índios e assim compreender melhor. Viemos carregados de nomes, Jerônimo, Pedro, Maria, Ulises Samuel, Marcos, Rafael, Ramona, Rosário, Carlos, nomes castellanos para uma gente antiga e contemporânea.

Eles não sabem que quando alguém esteve em Chiapas, não se sai mais de lá.

Por isso hoje estamos em Chiapas.



Crise capitalista na aldeia global

A atual crise do sistema econômico mundial não só constitui uma hecatombe de existências humanas e de enormes valores de riqueza social, mas também de um grande número de mitos de dominação da elite que controla o poder global. Neste último sentido, o conceito de "criative destruction" de Schumpeter tem, finalmente, um efeito saudável e positivo para a humanidade.

Neste ensaio discutiremos o cenário econômico da pré-crise; algumas falácias propagandísticas da economia burguesa que impedem um entendimento científico adequado ao caráter caótico do capitalismo que vivemos; a dimensão e as causas da depressão mundial em status nascendo, e, finalmente, as opções sócio-econômicas que restam para os habitantes da aldeia global

** Doutor em ciências sociais e econômicas na República Federal da Alemanha. Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores do México, atualmente é professor de Sociologia da Universidade Autónoma Metropolitana do México. Professor e Pesquisador convidado em países como Estados Unidos, Canadá, Nicarágua, Alemanha, Brasil, Bolívia e Espanha. Publicou mais de 300 ensaios e artigos em 13 países e 30 livros. Atualmente é o presidente do Foro pela Emancipação e Identidade da América Latina. Alguns de seus livros: Investigación Científica para Principiantes; Relaciones de Producción en América Latina; Nicaragua: la construcción de la sociedad sin clases; Estados Unidos y el Terrorismo Transnacional; Cuba ante la Razón Cínica; Los Vencedores; La Sociedad Global e Fim do Capitalismo Global (os dois últimos em parceria com Noam Chomsky).*

Tradução: Eliete Ávila Wolff

O cenário da pré-crise da economia global

O cenário econômico, antes do estouro da chamada crise asiática, foi visto pelos estrategistas do sistema como de contínuo crescimento. Superada a década perdida dos anos oitenta, a economia avançaria sobre os trilhos seguros da prosperidade crescente, impulsionada pelas cinco locomotivas da economia global. Em primeiro lugar, o consumismo estadunidense, financiado pela poupança externa, sobretudo asiática (Japão); o aumento desmedido do capital fictício (Marx) ou virtual – aumentos especulativos prolongados nas bolsas –; as elevadas taxas de lucro das empresas do país e, last but not least, a baixa taxa da poupança, menor, de fato, do que a de qualquer país industrializado comparável.

O segundo foco de dinamismo resultava do consumismo das classes médias asiáticas. Apoiado na balança comercial cronicamente deficitária do maior mercado de consumo do mundo (Estados Unidos), o processo de acumulação industrial do sudeste asiático e China proporcionou aumentos reais nas rendas per captas da população, nos níveis educativos e em alguns países, como Taiwan e Coreia do Sul, pólos de excelência científica-tecnológica que representavam uma ameaça de concorrência real frente às transnacionais dominantes. A abertura destas economias para o neoliberalismo destruiu, em grande medida, o êxito obtido.

A terceira fonte de crescimento estava nascendo de uma nova conjuntura européia, resultante de uma série de fatores, como: a gradual, mas sistemática aplicação de políticas neoliberais, particularmente a contra-revolução das relações de produção Keynesianas,

a favor do capital: desde privatizações até a 'flexibilização dos mercados de trabalho'; a modernização e globalização das empresas e a recuperação de certas áreas de alta tecnologia no mercado mundial (por exemplo, software), assim como o efeito do Tratado de Maastricht e do Euro que convertem a União Européia em um Estado regional imperialista, comparável a Estados Unidos.

Em quarto lugar, a recuperação de alguns 'mercados emergentes' (América Latina) e o boom de outros parecia indicar que havia nascido um novo tipo de capitalismo, caracterizado por baixas taxas de inflação e altas taxas de acumulação, e sem as crises cíclicas observadas através de toda sua história anterior. Os cinco gigantes subdesenvolvidos ou em transição iam jogar um papel de particular importância neste cenário: os "Big 5", China, Índia Indonésia, Brasil e Rússia, que representam 50% da força de trabalho mundial, mas menos de 10% do Produto Global Bruto (PGB) e do comércio mundial.¹ África ia se integrada nesta história de êxito mediante um esforço deliberado desde Estados Unidos (esta foi a mensagem da viagem de Clinton) e a única ovelha negra no estábulo, Japão, terminaria, cedo ou tarde, sua crise bancária para voltar a impulsionar o desenvolvimento mundial.

O otimismo deste cenário capitalista global se refletia nos prognósticos quantitativos de seus líderes políticos e nos tecnócratas do proto-Estado global. A taxa de crescimento anual real do Produto Mundial Bruto para o período 1997-2006, foi calculada pelo Banco Mundial em setembro de 1997, em 3.4%; o crescimento bruto do grupo G-7 seria da ordem de 2.6% e o dos países 'em desenvolvimento' seria de 5.4%. Os

1 - The World Bank, *Global Economic Prospects and the Developing Countries*, 1997, Washington, D.C., Sept. 1997, p.1.

2 - Ibid, p.

3 - New York Times, 17.7. 1998.

4 - Noam Chomsky, "Jubilee 2000", (www.lbbs.org/jubilee2000.htm)

5 - Ibid.

prospectos para a redução da pobreza e o crescimento dos países em desenvolvimento da economia global são as mais promissoras em muitas décadas', dizia a instituição mesmo três meses depois de haver iniciado a crise na Tailândia.² No entanto, a crise capitalista se encarregou de terminar rapidamente com estas ilusões – e com as da economia acadêmica burguesa também.

Predição e cientificidade

É um consenso científico geralmente compartilhado que a capacidade de predição do comportamento de um sistema, dentro de uma ciência particular, reflete o grau de sua cientificidade e avanço comparativo. Se usamos este parâmetro para entender a capacidade explicativa da economia burguesa sobre o sistema, que é seu objeto de estudo e de intervenção político, a evidência empírica respectiva permite um juízo claro sobre o assunto em questão.

Na metade do ano em curso, o ex-banqueiro e atual Chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus assegurou aos investidores e especuladores internacionais que não havia motivo para entrar em pânico sobre a situação econômica da Rússia. "Contrário ao que os mercados e comentaristas estão imaginando", dizia, "esta não é uma crise. Não se trata de um desenvolvimento de maior importância".

Sete semanas depois, em uma virada de 180 graus, a instituição que dirige Camdessus anunciou que havia acertado um pacote de ajuda que injetaria um total de 22,6 bilhões de dólares na economia de Yeltsin, a fim de impedir o colapso da moeda e o default no serviço da dívida externa. O negociador do pacote por parte

do FMI e segundo funcionário na hierarquia da instituição, Stanley Fischer, qualificou o pacote como a "última oportunidade para a Rússia".³ Pouco depois o governo declarou a moratória e paralisou o país.

O mesmo sucedeu nas economias asiáticas. Somente antes da crise da Tailândia, que em julho de 1997 iniciou a crise na região, o Banco Mundial (BM) e o FMI elogiaram "as políticas macroeconômicas sãs" e o "invejável recorde fiscal" da Tailândia e Coréia do Sul. Um relatório de pesquisa do BM enfatizou o progresso "particularmente intenso" dos "mercados emergentes de (capital) mais dinâmicos", particularmente da "Coréia, Malásia e Tailândia; A Indonésia e as Filipinas não ficam muito atrás". Estes modelos de desenvolvimento do livre mercado, enfatizaram os funcionários, "destacam-se pela profundidade e liquidez" que alcançaram e por outras virtudes.⁴ Ironicamente, a laudatio foi publicada justamente no momento em que os tigres asiáticos estavam caindo sob a máquina aplainadora da globalização.

Durante os anos setenta, enquanto o Banco Mundial promovia ativamente os empréstimos para países em desenvolvimento, a instituição anunciava (1978) que "não existe um problema geral dos países em desenvolvimento para liquidar o serviço da dívida". Da mesma forma, poucas semanas antes do colapso econômico de México em 1982, uma publicação conjunta entre o FMI e o BM declarou que "ainda há um espectro considerável para empréstimos adicionais sustentados para incrementar a capacidade produtiva".⁵

Na crise mexicana de 1994, observou-se o mesmo fenômeno.

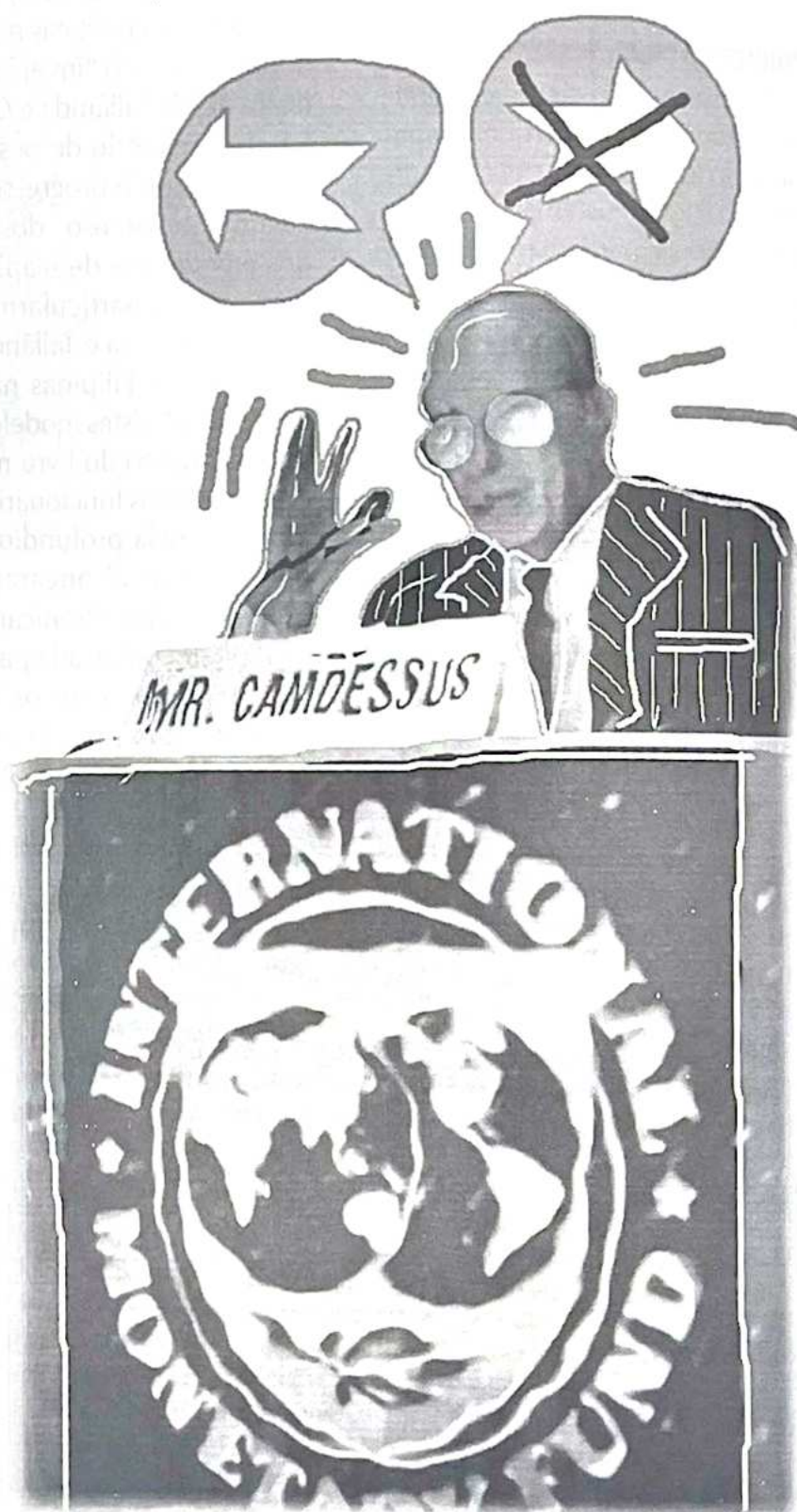
6 - Um estudo do Government Accounting Office do Congresso estadunidense (GAO), informou recentemente que o FMI tem 43 bilhões de dólares nas cotas empregáveis; outros 32 bilhões em ouro e que, além disso, pode fazer empréstimos de bilhões de dólares sobre o fundo de emergência General Arrangements to Borrow. Portanto, o FMI "controla o tem acesso a 98 bilhões de dólares", adicionalmente pode pedir empréstimos de cerca de 60 bilhões de dólares aos mercados privados, resumia o relatório, implicando que não havia necessidade de novas contribuições dos Estados Nacionais. No entanto, de acordo com o secretário adjunto do Tesouro, Lawrence Summers, o órgão dispõe de menos de 10 bilhões de dólares. Também Stanley Fischer, primeiro vice-diretor executivo do FMI, rechaçou os dados da GAO e, referindo-se à controvérsia – sobretudo no Congresso dos Estados Unidos – definiu a disjuntiva para o capitalismo global: "a certa altura nossos membros têm que tomar uma decisão: ou querem que o Fundo seja capaz de cumprir os acordos, que seja um parte crítica e implícita de um sistema que funciona muito bem, ou querem outra coisa. Como está não pode continuar". *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, São Paulo, Brasil, 27.7.1998; *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Brasil, 25-26.7.1998; *Folha de São Paulo* (Summers), 5.8.1998.

7 - Os princípios que o FMI sustenta sempre como não negociáveis ante a crise do tipo asiático, têm sido: a imposição de altas taxas de juro; a redução da oferta monetária; um controle rígido dos orçamentos nacionais (nos gastos sociais) e, onde cabia, a privatização forçada do patrimônio nacional.. Todo isto sob a premissa de que o aumento das exportações reestabeleceria rapidamente o equilíbrio macro-econômico. Esta premissa não se cumpriu nos países asiáticos que continuaram as receitas fundomonetaristas ao pé da letra. As exportações, em relação ao mesmo mês de 1997, caíram para 1998: 5,6% na Coreia do Sul (junho, 1998); 2% na Tailândia (abril); 11,4% na Indonésia (abril) e 15% na Malásia (maio). Ao mesmo tempo, as importações decresceram 28,5 % na Malásia; 36,6 % na Coreia do Sul; 39,1 % na Tailândia y 47,2 % na Indonésia. Tailândia e Coreia do Sul cumpriram totalmente com as prescrições da ortodoxia fundomonetarista, sem que o efeito esperado tenha-se produzido. Ante este fracasso, o perigo de instabilidade política e

Qualquer leitor com sentido comum que consultava a seção econômica dos jornais podia dar-se conta, a partir de março de 1994, que a economia tinha que entrar em uma severa crise no final do ano: devido aos crescentes déficits das balanças comerciais e de pagamento; o enorme serviço da dívida externa e o serviço dos títulos estatais chamados Tesobonos, que no total requeriam um

financiamento externo de 52 bilhões de dólares, impossíveis de conseguir. Apesar da evidência de tal situação, tanto os meios nacionais, como os economistas e as instituições do sistema global elogiaram seu aluno consentido e prospectivo presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC), Carlos Salinas de Gortari.

A conceitualização da crise asiática por parte do governo Clin-



ton e do Fundo Monetário Internacional é a continuação da cadeia de fracassos mencionados anteriormente. Ambas instituições enfocaram a crise asiática sob três pressupostos: 1. Trata-se somente de umas pequenas “inconveniências no caminho” – “a few glitches in the road” – comentava o presidente estadunidense, quando a crise apareceu; 2. O caráter da crise é local e, 3. O FMI pode restaurar a estabilidade econômica dos tigres asiáticos sem maiores problemas. A própria realidade se encarregou de demonstrar que todas e cada uma destas hipóteses eram falsas.

A crise já é uma crise mundial. O crescimento do Produto Mundial, prognosticado em outubro de 1997 pelo FMI em 4.3%, será em 1998 e 1999 da ordem de 1.5%. Se é considerada a taxa de crescimento demográfico mundial, a economia global está estancada ou, inclusive, terá um decréscimo per capita nos próximos anos. A maior economia da Ásia, o Japão, sofre sua mais severa contração desde a Segunda Guerra Mundial, com uma redução em média anual de 3.5 % e as principais economias de América latina – Brasil, México e Argentina – se encontram em uma situação de aguda iliquidez. O FMI, no lugar de controlar a crise, entrou em um sério problema de solvência para futuras operações de ajuda⁶; teve que abandonar sua ortodoxia fiscal e monetária⁷ e, gerou contradições sérias com as elites asiáticas por suas políticas “neocoloniais”⁸.

O récorde de veracidade empírica dos prognósticos dos altos funcionários e economistas do capitalismo global revela uma incapacidade preditiva generalizada sobre a evolução do sistema. Sobre a premissa da identidade entre a estrutura lógica da predição

e da explicação científica, a inferência é ineludível: os “especialistas” burgueses não podem prever o comportamento do sistema capitalista porque não podem explicá-lo. Dado que a incapacidade de explicar um fenômeno é resultado da incapacidade de compreender suas relações determinísticas, probabilísticas e aleatórias, os economistas burgueses estão reduzidos a descrições ad hoc, pseudo-explicações post festum e modelos platônicos de seu objeto de estudo.

Paul Krugman, o conhecido economista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), referiu-se uma vez à este problema comentando que “as más idéias florescem porque convém aos interesses dos grupos de poder”.⁹ Uma destas “más idéias” é o abuso da matemática sobre premissas empíricas absurdas, tais como o homo oeconomicus ou o mercado com concorrência perfeita. Ditas “modelações platônicas” foram criticadas há várias décadas, ainda por economistas neoliberais como von Hayek, que denunciou esta farsa pseudo-científica como um ritual mágico, dizendo: “o uso intensivo das matemáticas, que impressionam sempre os políticos sem formação econômica e que correspondem, entre os economistas profissionais, a uma atividade muito ligada à prática da magia”.¹⁰ No entanto, pela função ideológica que cumpre, a economia acadêmica burguesa foi imunizada frente a estas críticas, de tal forma que não surtem efeitos práticos visíveis.

Resumindo, podemos afirmar que a economia burguesa – salvo em certos métodos matemáticos e algumas correlações empíricas verdadeiras do sistema – verdadeiras, mas não triviais devido a que são autoevidentes – é essencialmente um sistema de propagan-

social cresce e o Estado global – que não esqueceu que a ditadura de trinta e três anos de Suharto caiu ante a rebelião popular, como antes havia caído a do ditador Marcos nas Filipinas – decidiu mudar preventivamente a ortodoxia de seu braço econômico. Em julho, o FMI permitiu oficialmente à Coreia do Sul elevar o déficit orçamentário de 1,7 para 4%, a fim de aplicar programas sociais aos desempregados e iniciar projetos públicos de infraestrutura. Na Tailândia, o órgão autorizou um aumento do déficit do 1 para 3 %, para manter alguns benefícios sociais e financiar programas para os trabalhadores rurais sem emprego. Foi permitido à Indonésia, desde Janeiro deste ano, em pelo menos quatro acordos, incrementar déficit do 1 ao 8,5 %. Folha de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2.8.1998.

8 - Os atritos políticos entre as elites asiáticas e ocidentais sobre a atitude das potências dominantes, produziram não só a mudança da ortodoxia fondomonetarista, mas evidenciaram-se com clareza em comentários pouco diplomáticos de políticos da região, como o do novo chefe do gabinete econômico de Malásia, Daim Zainuddin, sobre o neocolonialismo ocidental instrumentado por Wall Street: “Eu comparo isto com a British East India Company. Ela veio desde o outro lado do mundo para apropriar-se de tudo. Mas com Wall Street, ninguém necessita vir e lutar, simplesmente apertam um botão...Quando os britânicos nos colonizaram foram as regras britânicas que tivemos que aceitar. Agora, temo que temos que mudar nossas regras pelas de Wall Street. Perguntamos: ‘Onde está o regime de governo nacional?’ Nós conhecemos nossa gente melhor, suas aspirações nacionais. Dê-nos um pouco de liberdade.”

(“I compare this to the British East India Company. It came from the other side of the world to take over. But with Wall Street, no one needs to come and fight, they just press a button...When the British colonized us it was the British rules we had to accept. Now I fear we have to change our rules for Wall Street. We are asking, >Where is the rule of national government?< We know our people better, their national aspirations. Give us a bit of freedom.”) Business Week, 13.7.1998.

9 - “Bad ideas flourish because they are in the interest of powerful groups.” N. Chomsky, Jubilee 2000, op.cit.

10 - ROMO, H. G. La Contrarrevolución Neoliberal. México: ed. Era, 1997: p. 43.

11 - Um dos veículos principais desta teologia econômica é o prêmio nobel que o Banco Central de Suécia outorga anualmente – exclusivamente nas ciências sociais – aos economistas, com uma dotação financeira de um milhão de dólares. No início dos anos setenta a estratégia de superação da crise caracterizada pela *stagflation*, não estava clara, o que refletiu em 1974 na divisão do prêmio entre dois enfoques antagônicos, ou seja entre Gunnar Myrdal e Friedrich von Hayek. Posteriormente, a balança se inclinou em favor da estratégia neoliberal – da “contra-revolução neoliberal” como escreveu acertadamente James Tobin em 1981- o que explica que desde 1976 oito prêmios foram outorgados aos economistas da Universidade de Chicago, os quais desempenharam um papel fundamental na destruição do *keynesianismo*. A recente quebra do fundo estadunidense de investimentos Long-Term Capital Mangement, que perdeu 2,5 bilhões de dólares nos mercados emergentes, foi publicado na imprensa com um detalhe que não carece de ironia: duas de suas figuras principais são prêmios nobel de economia: Robert M. Solow e Myron Scholes. *Jornal do Brasil*, 25.9.1998, Rio de Janeiro. Uma brilhante crítica lógica do neoclássicismo que se encontra no ensaio de Hans Albert, *Modell-Platonismo. Der neoklassische Stil des oekonomischen Denkens in kritischer Beleuchtung*, in, Ernst Topitsch, Ed., *Logik der Sozialwissenschaften*, Kiepenheuer und Witsch, Koeln-Berlin 1967, RFA, pp. 406.

12 - HAYEK, F. A. V. *Die verhaengnisvolle Anmassung: Die Irrtuemer des Socialismus*. J.C.B. Mohr, RFA, 1996: pág. 128.

13 - Ver os exemplos em, CHOMSKY, N. e DIETERICH, H. *La Sociedad Global*. México: ed. Planeta, 5. ed., 1998. En España: Ed. Txalaparta.

14 - Por exemplo, todas as grandes bolsas de valores têm “circuit breakers” que fecham automaticamente o “mercado bursatil” quando sai dos parâmetros estabelecidos. Da mesma forma os Departamentos jurídicos anti-monopólicos (*anti-trust*) seriam supérfluos.

da ou teologia política.¹¹ O totem (centro) desta teologia é o conceito de livre mercado ou, de mercado apenas, e por isto merece uma breve reflexão epistemológica.

O mercado

Os executivos e ideólogos do capital definem o mercado geralmente como um sistema com duas propriedades destacadas: a) sua natureza cibernética e, b) sua superior eficiência, justiça e democracia, frente ao Estado.

Ad a) Um sistema cibernético se caracteriza pela autorregulação de sua interação com o entorno e, neste sentido, o capitalismo é um sistema cibernético. Mas é um sistema cibernético sui generis, porque seu comportamento está determinado essencialmente por decisões e interesses humanos; a diferença, por exemplo, do sistema solar, cujas forças determinantes e lógicas de evolução escapam por completo à influência humana.

Os ideólogos do neoliberalismo ocultam esta verdade para alcançar dois objetivos doutrinários: a) eximir às burguesias de suas responsabilidades sócio-políticas: porque, se o mercado é um sistema “autor-regulado” – fora do controle humano – então os empresários e políticos não são responsáveis pelos desastres da economia capitalista, como o desemprego, a inflação, a exploração dos países neocoloniais, etc.; b) para neutralizar a oposição ao neoliberalismo, ao apresentá-lo como manifestação de forças universais e irresistíveis; nas palavras do chefe da OMC, Ruggieri: “querer parar a globalização” é como se quiséssemos “parar a rotação da terra”.

A “invisible hand” de Adam Smith foi o primeiro conceito doutrinário que a economia burguesa cunhou para este sistema cibernético *sui generis*: reflete o caráter auto-regulado do mercado capita-

lista, porém o ideologiza com o dogma de sua otimização do esforço econômico. Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Milton Friedman e outros propangandistas da economia burguesa simplesmente modernizam o tópico com a gíria do momento, que derivam geralmente da epistemologia das ciências naturais, tal como observamos no caso de von Hayek¹².

Sendo o mercado uma instituição gerada pelo homem – da mesma forma que a guerra – não há nenhuma razão *apriori* que impeça que seja guiado pelo ser humano. Se o capitalismo (global) não responde aos interesses das maiorias, não é porque sua constituição sistêmica o impossibilite, mas porque os interesses e poderes das elites o fazem imutável para as necessidades das maiorias.

Mais ideológica ainda que a noção anteriormente discutida, é a do “livre mercado”, ou seja, de um mercado que atua exclusivamente pelos determinantes de oferta e procura, sem regulação estatal ou societal. Partindo das duas mercadorias mais importantes do sistema – trabalho e capital -, passando pelos mercados setoriais globais mais importantes – trabalho e capital -; passando pelos mercados setoriais globais mais importantes – agricultura, aeronáutica, automóveis, informática, etc.¹³ -; até a instituição capitalista por excelência, a bolsa de valores¹⁴, não há nada no mundo real que sustente esta ficção. De fato, se existisse o livre mercado, os neoliberais – os quais tanto se interessam por cortar os gastos da burocracia estatal - poderiam economizar os altos salários dos 20 mil funcionários do BM e FMI.

Ad b) Tampouco existem evidências empíricas para sustentar o mito de que uma economia de mercado seja *apriori* mais eficiente, justa e democrática que uma economia

planificada.¹⁵ Se isto fosse certo, não se entenderia porque, em situações de guerra, quando uma nação requer da máxima eficiência econômica possível, os Estados mudam o sistema para um economia centralmente planificada e controlada, como por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e Japão, durante a Segunda Guerra Mundial. O mesmo vale para a reação estadunidense frente ao trauma do *Sputnik* ou a incapacidade competitiva de sua indústria de *microchips* nos anos oitenta. De acordo com a lógica de von Hayek e outros neoliberais, o comportamento capitalista deveria ser o contrário do que observamos.

Estas reflexões revelam uma implicação importante: a diferença entre a economia planificada ou socialista e a de mercado ou capitalista, não consiste em que a primeira seja um sistema de decisões humanas e a segunda um sistema auto-regulado, não-humano. Pelo contrário, a dinâmica de ambas depende de coletivos humanos: um, composto por funcionários estatais de um partido político e o outro por donos, executivos e políticos do capital. Não há nenhuma razão para pensar que as decisões do segundo coletivo seriam mais eficientes, democráticas e justas que as do primeiro. De fato, não há evidência empírica a respeito.

A medida de valor

Outro dos grandes problemas científicos-metodológicos na economia burguesa deriva da ausência de um sistema de unidades de medição intersubjetiva, para poder calcular, registrar e trocar os produtos e serviços de acordo com seus valores objetivos. Dado que as ciências modernas são quantitativas, não pode haver nenhuma hoje em dia que não disponha de unidades de medição absolutas e, portanto, intersubjetivamente válidas. Por exemplo, a física seria impossível

se não houvesse uma unidade absoluta para expressar o peso e o tamanho de um objeto, digamos, um lápis. Se uma pessoa pesasse, hoje, um lápis e determinasse seu peso em 5 gramas, e no dia seguinte voltasse a pesá-lo, e este pesasse 1 grama, e se no terceiro dia repetisse a operação e o lápis tivesse um peso de 20 gramas, ou se medisse a extensão deste objeto e na primeira medição obtivesse uma longitude de 7 centímetros, na segunda de 3 cm e na última de 10 cm, então estaríamos ante uma escala de medição totalmente subjetiva e errônea, com a qual a explicação e predição do fenômeno seria impossível.

Esta, no entanto, é a situação da economia acadêmica e sua teoria do valor subjetivo, que sustenta que o valor de um produto ou de um serviço depende da relação entre oferta e procura e que, portanto, não tem um valor absoluto, objetivo. Para ilustrar o dito com os exemplos empíricos, há um ano, as ações comercializadas na bolsa de valores de Malásia tiveram um valor de 900 bilhões de *ringgit* (moeda nacional). Em julho de 1998, seu valor havia caído a 300 bilhões de *ringgit*¹⁶, ou seja, a terceira parte, apesar de que se tratava essencialmente das mesmas máquinas, a mesma qualidade da força de trabalho, dos insumos, etc. Na Coreia do Sul, uma das grades empresas produtoras de microchips tinha um valor de mercado de 6.5 bilhões de dólares antes da crise. Dentro de poucas semanas, devido à desvalorização da moeda e da queda da bolsa, a mesma empresa transnacional podia ser adquirida por 3,5 bilhões de dólares, apesar de que seu capital físico e seu "capital humano" não haviam mudado em nada. É óbvio que sobre semelhante base de medição do valor não se pode fazer ciência. E tampouco se pode construir sobre ela

"Se o capitalismo (global) não responde aos interesses das maiorias, não é porque sua constituição sistêmica o impossibilite, mas porque os interesses e poderes das elites o fazem imutável para as necessidades das maiorias."

15 - Uma das poucas discussões sérias sobre este tópico se encontra no ensaio, "A derrubada do socialismo realmente existente" e a "globalización" como resultado da "Guerra Fria", em, DIETERICH, H. *Globalización, Exclusión y Democracia en América Latina*, México: ed. Planeta, 1997.

16 - *Business Week*, 13.7.1998.

um sistema econômico com justiça, porque torna-se impossível gratificar de maneira justa a contribuição de cada sujeito econômico na criação do PIB. Uma economia deste tipo é inerentemente errática e desigual, e portanto, anti-ética e politicamente instável.

O estabelecimento de uma medida de valor absoluta é a pré-condição para converter a economia burguesa em ciência e, da mesma forma, a pré-condição para qualquer economia que pretenda ser justa e solidária. Dita medida somente pode ser o tempo de trabalho que coloca um agente econômico ao produto coletivo-social, independente do caráter concreto de seu trabalho, ou seja se trata-se de trabalho abstrato. O intercâmbio destes tempos de trabalho (incorporados aos produtos e serviços) contra quantidades equivalentes de tempos de trabalho de outros agentes econômicos será a base da futura economia global não-capitalista e sem mercado. Na fase de transição desde o capitalismo até a democracia participativa, será possivelmente necessário ponderar as diferentes qualidades do trabalho concreto, modificando-se, desta maneira e por razões óbvias, a unidade de medição absoluta com uma escala subjetiva que, no entanto, pelo controle democrático da economia não permitirá excessos, como tampouco os houve nas economias socialistas da Europa¹⁷.

O futuro do capitalismo global

As explicações da crise mundial oferecida pelos dirigentes do braço econômico do Estado global – FMI e BM –, da mesma forma que as dos líderes do gabinete do Estado global – o G-7 –, têm sido basicamente infantis ou propagandísticas, desde o início da crise. No entanto, na medida em que a mesma destrói a propaganda “estabilizadora” dos funcionários do Estado glo-

bal, a verdade começa a abrir passagem, como o notamos nas seguintes citações de Camdessus e de Stanley Fisher. Questionado sobre a possível evolução da crise, Camdessus disse, no primeiro dia de outubro do presente ano, que não tem “uma bola de cristal” para prognosticar quando e como concluirá a instabilidade dos mercados, refletindo, da mesma maneira, o caráter caótico do sistema capitalista global. Stanley Fischer, vice-presidente do FMI, escreveu por sua vez, no diário empresarial mais influente da Europa, que “o sistema está propenso à crise devido à escala dos movimentos do capital que são registrados atualmente no âmbito econômico”.¹⁸

As razões reais da crise, mencionadas da forma mais sintética possível, referem-se a uma mudança na hegemonia da burguesia mundial. O regime econômico de 1945 até fins dos anos setenta, representou, em termos estruturais, uma ditadura do capital produtivo, conhecida no discurso político ocidental como “keynesianismo”. A arquitetura econômica deste regime esteve inspirada no seguinte raciocínio político: se queremos evitar a repetição de uma conflagração global de Segunda Guerra Mundial – cuja razão de ser política radicava na chegada ao poder dos regimes totalitários, a raiz da Grande Depressão Mundial de 1929-1932-, então deve-se evitar um novo colapso da economia capitalista global. A liberalização gradual do comércio e o controle estrito dos fluxos do capital mediante taxas de intercâmbio fixas, um quase-estandar de ouro (*gold standard*), etc., garantiriam a estabilidade e evolução controlada da economia, sob os vigilantes olhos dos pastores globais: o FMI, o BIRD, o Banco Mundial e o BIS (Bank for International Settlements).

Este modelo de acumulação

17 - Sobre o Novo Projeto Histórico, ver o livro de, DIETERICH, H. (ed.), et al, **Fim do Capitalismo Global. O Novo Projeto Histórico**. São Paulo: ed. Xamã, 1998; febr. de 1999 na Espanha na Akal-Editorial 21 o una editorial vasca.

18 - Financial Times, 10.10.1998, Londres; El Financiero, 2.10.1998, México, D.F.

19 - El Universal, México, D.F., 9.10.1998.

20 - Newsweek, 28.9.1998.

21 - A visão totalitária que tem o capital financeiro da sociedade global do futuro, está plasmada no Multilateral Agreement on Investment (MIA), um autêntico Manifesto do Capital. Ver em: <http://www.citizen.org>.

“ocidental” entrou em crise nos anos sessenta – da mesma forma que o soviético na Europa oriental – e foi substituído por um novo modelo, hegemonizado pelo capital financeiro, chamado propagandisticamente “neoliberalismo”. No lugar da ditadura do capital produtivo se estabeleceu a ditadura do capital financeiro.

As consequências desta mudança na composição interna da elite mundial foram previstas muito cedo. Em 1981, o prêmio nobel de economia, James Tobin advertiu que o “neoliberalismo” ia ter duas consequências: uma redução da taxa de crescimento econômico mundial e uma maior instabilidade do sistema. Ambos prognósticos se cumpriram. A taxa de crescimento econômico mundial real baixou de 3,6% nos anos setenta, para 2,8% nos anos oitenta e terminará nos anos noventa com menos de 1,5%.¹⁹ Ou seja, se levarmos em conta o crescimento demográfico mundial, os noventa serão um década perdida para o progresso material da humanidade. E quanto à segunda predição de Tobin, a estamos vivendo na atualidade, considerando-se a crise mexicana de 1994, e o “efeito tequila” como um prolegômeno da grande depressão em status nascendi.

Ante este panorama, o que oferece o capitalismo mundial para 80% da humanidade que sobrevive com menos de 130 dólares por mês? In abstracto existem três alternativas: a ditadura do desenvolvimento dos tigres asiáticos; a ditadura do capital financeiro (neoliberalismo) ou o “terceiro caminho”.

A primeira estratégia está descredenciada pelo colapso dos tigres asiáticos. Manter a ditadura do capital financeiro somente é possível mediante a aplicação sistemática da repressão do Estado – terrorismo de Estado no Terceiro Mundo –, dado que a maioria da

população mundial não estão mais dispostas a aceitar dito regime.²⁰ Em todos os níveis da sociedade global: no eleitoral, no social e inclusive no político-militar (Zapatistas, guerrilha em Colômbia), as manifestações de mal-estar e rebelião contra a classe financeira global estão em ascensão.

A terceira estratégia é o que Tony Blair, Bill Clinton et al chamam o “terceiro caminho”. Trata-se da tentativa de regressar à ditadura do capital produtivo (Keynesianismo), sob o guia espiritual do diretor da London School of Economics, Anthony Giddens e suas convicções, de que “não há uma alternativa para o capitalismo” e que é impossível “dizer ‘não’ para os mercados. A única possibilidade consiste em fazê-los trabalhar para a gente.”²¹ O “terceiro caminho” é o que durante os anos cinquenta a social-democracia chamou “o capitalismo com rosto humano” e que no léxico de Inácio Lula da Silva figura como o “mercado com coração”, para os países neocoloniais, a proposta não promete uma saída estrutural – como não a proporcionou desde 1945 até a atualidade –; para as metrópoles da aldeia global podem, eventualmente, suavizar a aterrissagem no meio da crise mundial.

Com a apresentação da obra, Fim do Capitalismo Global. O Novo Projeto Histórico, se agrega a estas três estratégias capitalistas uma proposta não-sistêmica que propõe resgatar a economia política para devolver o status científico e ético que deve ter: ser um subsistema da polis que satisfaz as necessidade materiais e espirituais de todos os seus cidadãos, no lugar de ser uma máquina de produção de lucro, que destrói não somente milhões de vidas a cada ano, mas também o próprio sentido da vida e da existência humana.

Últimas publicações:

Noam Chomsky/Heinz Dieterich, **La Sociedad Global**, 8 países, incluindo en Europa: Alemanha, Espanha (Ed. Txalaparta), Itália; México (Planeta).

Noam Chomsky/Heinz Dieterich, **Los Vencedores**, 6 países; México, Ed. Planeta; Espanha, Ed. Txalaparta.

Heinz Dieterich, **Nueva Guía para la Investigación científica**, México (Planeta), Argentina, Brasil.

Heinz Dieterich, Noam Chomsky **habla de América Latina**, México, Argentina, Brasil, Espanha (Ed. Txalaparta)

Heinz Dieterich, A. Peters, R. Franco, C. Stahmer, **Fin del capitalismo. El Nuevo Proyecto Histórico**, já publicado no México (Nuestro Tiempo), Argentina, Brasil; publicação na RFA, Itália, Cuba, Espanha (Akal ou uma editorial vasca), Rússia e Estados Unidos.

A sociedade global e o novo projeto histórico

*Entrevista realizada por Nildo Domingos Ouriques e Waldir José Rampinelli, professores do Departamento de Economia e História, respectivamente, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Transcrição, tradução e notas de
Waldir José Rampinelli

Fotos: Jones Bastos - Agecon/UFSC



Heinz Dieterich Steffan

Plural: Com a queda do muro de Berlim, a desintegração da ex-União Soviética, o "fracasso do socialismo" no leste europeu e a vitória dos principais países capitalistas na guerra do Golfo instalou-se uma nova ordem mundial comandada pelo G-7, que utiliza siglas muito conhecidas para dominar, tais como FMI, BIRD, OMC, OCDE (no âmbito econômico); ONU, CS (no político); OTAN (no militar); e novamente ONU, UNESCO, OIT, etc. (no social/ideológico). Nesta nova conjuntura, os países ricos continuam mais ganhadores ainda, ao passo que os pobres, mais perdedores. É possível uma reversão, a curto ou médio prazo, desta situação por parte do Terceiro Mundo, tendo-se em conta que estamos em uma sociedade global?

Heinz: Sim, efetivamente existe a possibilidade e ela tem sido reconhecida pelas mesmas instituições do sistema. Por exemplo, o programa da ONU para o desenvolvimento, no seu informe de 1997, afirmou que existem os recursos, o capital, a tecnologia e os conhecimentos necessários para acabar com a pobreza no mundo em menos de uma geração. Ou seja, dentro de 20 ou 30 anos a pobreza poderia desaparecer. E diz o programa que o que falta é vontade política. Então, este elemento subjetivo é a estrutura das elites que impedem que as maiorias tenham uma parte adequada nos progressos tecnológicos da sociedade global. Se conseguirmos mudar isto será uma questão de sermos ou não capazes de acumular um poder suficiente.

O conceito de nova ordem mundial não é novo. Isto já se utilizou há 500 anos. Quando se falou de um novo mundo também se falou de uma nova ordem. Portanto, sempre tem havido tentativas de mudar a ordem mundial estabelecida, seja a velha, seja a nova. Uma das tentativas mais intensas ocorreu nos anos 70, quando não apenas se queria criar uma nova ordem econômica mundial, como também uma nova ordem informativa mundial. Isto por-

que a concentração dos meios econômicos tem seu reflexo na esfera da comunicação, da ciência, etc... E nós sabemos como terminou esta tentativa dos países Não-Alinhados de mudar a ordem informativa mundial. Simplesmente fracassou porque a UNESCO, instituição onde se travou esta batalha, era dominada pelos Estados Unidos.

Então, quando a Grã-Bretanha e os Estados Unidos saíram, a falência econômica já ameaçava a UNESCO, e a fração que planejava democratizar a ordem informativa mundial foi derrotada.

Hoje estamos no início de uma nova fase para mudar isto, e a situação não é tão idônea quanto há vinte anos, já que a tentativa dos países Não-Alinhados fora apoiada pelo bloco socialista. Isso já não existe mais. Tampouco existem os países Não-Alinhados como bloco mais ou menos homogêneo. Portanto, as condições hoje não são melhores que há vinte anos. São piores, inclusive no sentido de que não há um projeto estratégico para realizar os esforços.

No entanto, a consciência coletiva da sociedade global está crescendo. Eu chamaria a este fenômeno o renascimento da razão: da razão ética, da razão crítica. Os tempos piores já passaram e o renascimento da razão e da bandeira da democratização na sociedade global são irreversíveis, não havendo a possibilidade de que nenhuma força, a meu juízo, consiga reverter que isto se imponha. Mais cedo ou mais tarde teremos que contar com estes tempos históricos, não com a impaciência que tivemos nos anos 60 - o curto tempo que pensávamos que seria suficiente para revolucionar a sociedade. Não, os tempos históricos são longos. Porém é certo que a idéia de democracia - e não apenas a formal, mas a radical - chegou ao seu momento e vai tocar as massas. E as elites serão incapazes de impedir a democratização.

Plural: *Ontem se faziam guerras*

"...existem os recursos, o capital, a tecnologia e os conhecimentos necessários para acabar com a pobreza no mundo em menos de uma geração. Ou seja, dentro de 20 ou 30 anos a pobreza poderia desaparecer. E diz o programa que o que falta é vontade política."

"...eu temo que a lógica histórica da burguesia *criolla* também se imponha neste projeto tão importante, acabando por destruir a possibilidade de uma independência regional latino-americana."

por territórios, hoje por mercados, afirma Konrad Seitz, diretor do Departamento de Planejamento Estratégico do Ministério do Exterior da Alemanha. Assim sendo, os governos do G-7 desempenham um papel determinante nesta nova ordem mundial. Governos de cunho nacional-popular poderiam conter o avanço do G-7 sobre a região latino-americana? Há condições subjetivas e objetivas para um projeto de desenvolvimento industrial autônomo na América Latina, hoje?

Heinz: Eu penso que há esta possibilidade na América Latina. Inclusive em abstrato existe em todo o Terceiro Mundo, porém sob uma condição: não como um projeto nacional (com exceção de países que são realmente entidades globais a priori com forças demográficas como a Índia) e sim regional.

Na América Latina, a única possibilidade de um bloco regional com capacidade de redefinir sua posição na economia mundial, criando pela primeira vez bases materiais com desenvolvimento que nos tire da miséria, está se dando no MERCOSUL. No entanto, não acredito que se realize esta grande oportunidade histórica, já que a função da elite *criolla* sempre tem sido a de vender os projetos nacionais assim como o futuro dos povos a Washington. E penso que isto vá acontecer.

Existem hoje dois projetos hegemônicos no continente: um é o NAFTA, dominado completamente pelos Estados Unidos e o outro é o MERCOSUL, que nasce da prepotência dos Estados Unidos. Inclusive se pensava que com o NAFTA a América Latina já estaria fechada dentro de um sistema de colônia ou pátio traseiro. E jamais se poderia imaginar que esta burguesia *criolla*, ou esta classe política *criolla*, extraordinariamente servil durante os últimos duzentos anos, se atrevesse a tentar um projeto como o MERCOSUL.

No entanto, se criou o MERCOSUL, que, por estar excluído do

NAFTA, chegou até a avançar bastante. De tal maneira que há alguma atração para os países da periferia como Chile, Peru e outros. O novo em tudo isto me parece ser que, desde a independência formal em 1825, se dá por primeira vez um espaço econômico regional que não é controlado pelos Estados Unidos. É claro que estão aí as transnacionais, porém elas não têm o mesmo controle que exercem sobre o NAFTA.

O MERCOSUL é um espaço econômico semi-autônomo que tem uma capacidade de crescimento, que tem um potencial político de negociação com a União Europeia muito maior que qualquer país nacional. Obviamente que uma integração econômica forte inevitavelmente leva como corolário político a constituição de instituições políticas. Quer dizer, o espaço econômico regional seria o gérmen de um proto-Estado regional latino-americano. Parece-me que este é o primeiro projeto realmente com possibilidades de tornar a América Latina independente, ainda que seja sob a dominação burguesa. É possível que Menem e Cardoso, bem como as forças de elite que os apóiam, vendam este projeto, como sempre tem acontecido na América Latina. Um exemplo é a exclusão de Cuba da OEA e a invasão de Praia Girón. Kennedy, depois de três dias de Praia Girón, disse publicamente na televisão que o seu governo tinha a responsabilidade desta agressão. Porém a OEA nunca solicitou um julgamento dos Estados Unidos e tampouco lhes pediu contas. E esta traição aos interesses regionais é a constante da burguesia *criolla* desde 1825.

Portanto, eu temo que a lógica histórica da burguesia *criolla* também se imponha neste projeto tão importante, acabando por destruir a possibilidade de uma independência regional latino-americana. Porém, seria importante trabalhar para que isto não ocorra. Os partidos de centro-esquerda, que deverão tomar o

1 - O Partido Revolucionário Democrático (PRD), nascido em 1988, foi criado por dissidentes priístas, que trouxeram para esta organização grande parte dos velhos costumes do partido anterior. A sua figura máxima, e considerada não impregnada dos vícios priístas, é Cuauhtémoc Cárdenas, que venceu as eleições para a prefeitura da Cidade do México em julho de 1997.

poder nos próximos dez anos (PRD,¹ Frepaso, talvez o PT), deveriam tomar esta bandeira do mercado do sul, não apenas no aspecto da cooperação econômica, mas defendendo-a como uma possibilidade de um proto-Estado regional latino-americano.

Plural: O senhor quando fala em proto-Estado regional latino-americano já está pensando em mudanças dentro de pouco tempo, pois com Menem e sua política externa subserviente aos interesses norte-americanos isto não será possível.

Heinz: Claro. Porém, os tempos de Menem já estão contados. A Argentina tem hoje uma conjuntura que não deve durar muito. Tem um superávit econômico com o Brasil, e para o Brasil ela é um mercado importante de exportação. De fato, foram as exportações brasileiras para a Argentina que jogaram um papel importante na conjuntura econômica dos últimos meses.

As realidades econômicas são tão claras na integração dos dois países que realmente se requer uma mente traidora para não votar. E se Menem se for e chegar um governo de centro-esquerda, isto também muda as relações com FHC. O projeto de FHC é o mesmo de Menem: vender o MERCOSUL para que lhe dêem algo, algum privilégio. Porém, isto será mais difícil caso haja uma pressão latino-americana. Se por exemplo o PRD mexicano pressionar para que o MERCOSUL se amplie, surgirá um germen de um espaço econômico-político latino-americano. Se conseguirmos difundir esta idéia na esquerda reformista, poderá haver uma pressão forte sobre os governos para que não vendam este projeto.

Plural: O discurso do PRD não é contra o NAFTA e sim contra alguns aspectos do NAFTA que não contemplam os interesses mexicanos. Portanto não se pode contar de imediato com estas forças, como o PRD. Além disso, o MERCOSUL deveria fazer parte de um projeto de maior alcance, mais global das classes su-

balternas para mudar realmente a situação. Mas aí nos defrontaríamos com outro problema: o embate da burguesia crioula, com sua trajetória histórica de "vendepatrias", e o Estado político-ideológico das forças de esquerda. Enfim, quais os principais obstáculos que esta esquerda teria para impulsionar tal projeto?

Heinz: Os principais obstáculos são a dependência de Washington e a renúncia a um projeto independente e autônomo em relação aos Estados Unidos. Quais são os meios que Washington tem? Frente a um país, Washington é muito forte. No entanto, diante de uma coalizão de países, Washington não pode fazer nada. A grande arma de Washington é a moeda. Qualquer governo que se atreva a enfrentar Washington está em perigo, já que pode sofrer uma desestabilização de sua moeda, ocasionando fuga de capitais e queda das bolsas. Esta, portanto, é a principal forma de pressão que se pode utilizar apenas contra um único país. Porém, se isto for utilizado contra três países - Argentina, Brasil e México - que acumulam 80% da dívida externa da América Latina, algo em torno de 400 a 500 bilhões de dólares, uma política de tal tipo não será possível. Pois, se tais países quebram, quebra igualmente o sistema financeiro internacional. Por isso, eu penso que a centro-esquerda no poder pode renegociar a situação dos três países da América Latina frente aos Estados Unidos, sem que perca o governo e sem que haja a possibilidade de golpe militar ou econômico. Vejo a possibilidade de se conseguir um novo *modus vivendi* com os Estados Unidos. Isto não é a independência que todos queremos, não é a independência popular revolucionária. Porém, penso que se poderia chegar a um *modus vivendi* que nos daria uma parte maior do *plus* produto mundial.

Para justificar o que disse acima, cito o pequeno exemplo da Coreia do Norte. Os Estados Unidos e o Japão foram obrigados a negociar com

"Qualquer governo que se atreva a enfrentar Washington está em perigo, já que pode sofrer uma desestabilização de sua moeda, ocasionando fuga de capitais e queda das bolsas."

"O mecanismo imperialista mais eficiente de acabar com a resistência que cresce é a negociação, a demagogia e os projetos que os partidos de centro-esquerda hoje propõem."

a Coreia do Norte, porque dispunha ela de fábricas que produziam urânio, o qual poderia ser utilizado em bombas nucleares. Então, a Coreia do Norte deixou de produzir urânio mediante o compromisso de o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul lhe pagarem dois ou três novos reatores nucleares para a produção de energia.

Na Nicarágua, nem durante o governo de Reagan, que foi o mais agressivo dos últimos anos, Washington se atreveu a intervir. E é bom levar em conta que o país centro-americano possuía apenas três milhões de camponeses subdesenvolvidos. Mesmo assim, a maior potência do mundo não se atreveu a intervir, pois pagaria um custo político muito alto.

Então se houvesse realmente uma consciência entre os três governos de centro-esquerda da Argentina, Brasil e México, valeria a pena ampliar o espaço do MERCOSUL e não dissolvê-lo.

Plural: O avanço das políticas neoliberais na América Latina tem marginalizado grande parte de sua população. Segundo a CEPAL, os 136 milhões de pobres existentes no subcontinente em 1980 já chegaram

a 186 milhões em 1989. O senhor não vê a possibilidade de se inviabilizar a democracia representativa existente em tais países? Assim sendo, não haveria a possibilidade da volta dos militares aos governos?

Heinz: Não. Neste momento não, porque o imperialismo teria que saltar uma etapa. Os militares são factíveis, porém não agora. Reprimir militarmente as alternativas ascendentes hoje na América Latina, desde uma perspectiva de Washington, é o mesmo que jogar gasolina no fogo. Isto porque com força militar não se pode acabar com certos

problemas, como os da Colômbia, por exemplo, o que provocaria formas militantes em outros países, que talvez agora ainda não existam. O mecanismo imperialista mais eficiente de acabar com a resistência que cresce é a negociação, a demagogia e os projetos que os partidos de centro-esquerda hoje propõem. Isto poderia implicar, inclusive, em ceder alguma parte do *plus* produto que atualmente está sendo apropriado pelo Primeiro Mundo.

Então a possibilidade de regimes militares agora não está dentro dos interesses de Washington. Pode regressar dentro de sete ou oito anos, caso os partidos de centro-esquerda, que obviamente têm que democratizar mais a sociedade que os neoliberais, permitirem a reorganização dos movimentos populares. Pode-se regressar à situação de 1964 no Brasil, ou dos anos 70 no Chile, quando a organização e a radicalização dos movimentos populares chegou a tal ponto que passaram a exigir armas para defender fábricas, terras e outras propriedades. Isto geraria a volta dos militares.

Porém, hoje seria contraproduutivo. Neste momento utiliza-se o mecanismo da pacificação política, que é muito mais conveniente para eles. Com a solução política não significa que não se aplique o terrorismo de Estado. Vão aplicá-lo todo o tempo, porém de maneira seletiva.

Portanto, estão se preparando para lançar mão de regimes militares, caso sejam necessários. As tentativas de integração das Forças Armadas, por exemplo. O exército que menos abertura tinha frente ao Pentágono, por razões históricas, era o mexicano. Atualmente a política do Pentágono é de penetrar nas estruturas de decisão das Forças Armadas mexicanas, está conseguindo isso. Já realizam manobras militares conjuntas, reservando-se os Estados Unidos o direito de utilizar o espaço aéreo mexicano. E as doutrinas de treinamento cada vez mais se determinam nos Estados Unidos. Esta estratégia é

Heinz Dieterich Steffan



muito importante, já que a perda da soberania dos militares mexicanos é a realização de um sonho buscado há duzentos anos por Washington.

Há também a integração em âmbito hemisférico dos militares. Por exemplo, a concessão do status de aliado extra-OTAN se deu primeiro à Argentina, depois se ofereceu ao Brasil e Chile. É coisa apenas simbólica, pois o Pentágono venderia tão-somente tecnologia de segunda geração a tais países. Este status é apenas símbolo de poder, não é poder real.

Com certeza eles irão repartir esta cláusula de aliado preferencial extra-OTAN a dez ou quinze países, e tais vassalos aceitarão este título, já que estão ansiosos de uma aproximação servil a Washington. Não há maior felicidade para esta gente do que ser elogiado por Clinton ou abraçado por um general estadunidense. É o maior símbolo de todo este entreguismo colonial. O melhor exemplo foi dado pelo presidente salvadoreño democrata-cristão Napoleão Duarte, que quando chegou aos Estados Unidos o primeiro ato seu foi o de beijar a bandeira estadunidense. Esta é a característica de uma elite que deplora não ter nascido em Washington ou em Paris e que se considera na diáspora na América Latina.

Eu penso que estes projetos de integração dos militares, o cancelamento do asilo político e a suposta cooperação contra o narcotráfico são tentativas para criar uma rede continental operativa para criar golpes preventivos, caso sejam necessários no futuro.

Plural: *Políticos e intelectuais da esquerda latino-americana, preocupados com o avanço das políticas neoliberais, fizeram duas reuniões no primeiro semestre de 1997 (uma em Tepoztlán no México, e outra em Santiago, no Chile) e apresentaram um diagnóstico para a situação, baseado nas seguintes estratégias: financiamento do Estado; pacotes crescentes de direitos sociais para todos*

os cidadãos, desvinculados do emprego e financiados com os recursos provenientes de maior carga tributária; e alianças políticas de centro esquerda. Como o senhor vê tais propostas? São viáveis? Resolveria o problema?

Heinz: Isto é um poder político, porque reflete uma necessidade de Washington. Ou seja, as duas prioridades deste sistema na América Latina são, por um lado garantir as taxas de lucro e, por outro o controle da população. O que vem acontecendo nos últimos vinte anos na América Latina é a garantia das taxas de lucro, sendo para isto necessário destruir o Estado Keynesiano. Porém, hoje chegou o momento de pagar o preço político, que tem sido a organização das massas, o crescimento de guerrilhas, etc . . .

Agora se pretende controlar a taxa de lucros e se vai priorizar a necessidade de pacificar esta sociedade. E a única carta realmente disponível para fazer isto são os partidos de centro-esquerda. As massas entendem que a melhora não pode se dar de um dia para o outro. É necessário esperar quatro, seis ou oito anos. O imperialismo não quer mais. Ele está contente em ganhar seis ou oito anos. Quando se esgotar esta nova forma de dominação, aí analisarão o que fazer: se cedem mais ou eliminam os movimentos como ocorreu nos anos sessenta. No entanto, estes movimentos agora têm força e o terão muito mais no futuro, porque já não nadam contra a corrente, mas sim com a corrente, que é Washington. O Foro de São Paulo, por exemplo, que praticamente estava agonizando, começa a ter força e será um foro muito importante. E isto é uma força política muito real.

Plural: *Se o aumento das lutas eleitorais na América Latina é funcional a um esquema de dominação burguesa, ao fim do qual os Estados Unidos poderão decidir em favor de aprofundar este processo ou bloqueá-lo definitivamente através do terrorismo de Estado, também po-*

"É necessário esperar quatro, seis ou oito anos. O imperialismo não quer mais. Ele está contente em ganhar seis ou oito anos. Quando se esgotar esta nova forma de dominação, aí analisarão o que fazer: se cedem mais ou eliminam os movimentos como ocorreu nos anos sessenta. No entanto, estes movimentos agora têm força e o terão muito mais no futuro, porque já não nadam contra a corrente, mas sim com a corrente, que é Washington."

"...os governos neoliberais têm sido mais pró-globais e pró-neoliberais que os militares."

demos dizer que as massas vão aprender neste processo. Se por um lado este processo pode ser parte de uma estratégia norte-americana, por outro pode ser parte de uma estratégia libertadora. Pois as massas jogam as suas energias, vêem que este caminho é limitado e logo apresentam um projeto mais radical. Então as duas possibilidades também cabem: este projeto de democratização limitada é um projeto de disputa política pelas classes dominantes, mas também pelas classes populares.

Heinz: Efetivamente sim. Esta é uma estratégia de risco para o imperialismo. Porque existe a dialética mencionada na pergunta. Ao se dar espaço para a democratização, poderá surgir a constituição de uma vanguarda: quem aproveitará mais este espaço, se a centro-esquerda - quer dizer, o império - ou forças que querem avançar? Isso depende de um projeto de mudança real que transcenda ao capitalismo e ao *status quo* e que tenha uma base de um projeto de transição para uma sociedade democrática na América Latina e consiga criar uma massa e uma vanguarda organizadas.

Esta possibilidade existe e alguém pode perguntar por que Washington aceita este risco. Tem que aceitar porque não há outra possibilidade. Neste momento da globalização na América Latina os militares seriam totalmente disfuncionais. De fato temos visto que os governos neoliberais têm sido mais pró-globais e pró-neoliberais que os militares. Isto porque o desmantelamento de certos elementos de forças têm sido feito por civis. Desmantelamento de armas nucleares, de foguetes de médio alcance, o fechamento de fábricas de armamentos. Tanto na Argentina como no Brasil, a perda do poder de negociação frente a Washington tem acontecido com os governos pós-militares.

É preciso interpretar este processo de maneira dialética. O imperialismo não muda para uma maior

democratização porque quer que se humanize, ou, como diz erroneamente Galeano, porque o governo dos Estados Unidos mudou com Clinton. Isto tudo são "tonterias". O que há é uma necessidade objetiva do sistema de aceitar estes espaços maiores. Se realmente se abusa destes "espaços", terão que regressar ao terrorismo de Estado.

Plural: Esta mesma dialética vale para o MERCOSUL?

Heinz: Vale a mesma dialética para o MERCOSUL. Uma vez que exista gérme de Estado regional e se consiga tomar o poder, muda toda esta situação. Penso que as enormes possibilidades deste momento, considerando que podemos já vincular um projeto nacional não-reformista a um projeto latino-americano, são a nossa conquista de um Estado regional com um projeto internacional de mudança. Então já teríamos as respostas às perguntas dos movimentos radicais. Até agora não vimos a vinculação do nacional com o global, porém ele tem acontecido. O imperialismo tem uma enorme capacidade de organização. Tanto a nova ordem mundial de 1945 que se pautou pelas teses defendidas por Washington, como sua enorme capacidade de converter um caminho teórico em uma realidade que é a globalização, são feitos enormes. Como se consegue reestruturar todas as economias do mundo, sem disparar um só tiro, sem perder o controle sobre o *plus* produto ou sobre os governos de 180 Estados? Isto é realmente uma capacidade extraordinária de manipulação e de controle do sistema. Obviamente que isto também é possível porque não há alternativa.

Então, desde o ponto de vista dos movimentos de mudança é uma extraordinária abertura. Eu diria que é remanescente à abertura dos anos sessenta. Estes anos foram uma fase de profunda democratização, que cristalizou em primeiro lugar o movimento estudantil, logo o movimento de libertação das

mulheres, dos indígenas, etc...

Eu sinto que hoje a resistência ao sistema e o cansaço por tantos abusos e tanta concentração de poder vão nos levar a um estágio de enfrentamento. Os excluídos ou a comunidade das vítimas estão aumentando de forma espantosa.

Se conseguirmos introduzir neste movimento a consciência de que é possível vincular suas lutas de demanda política e econômica em níveis local, nacional e regional de demanda política e econômica com um projeto global, isto nos daria uma extraordinária força de aproveitar tal conjuntura para grandes mudanças.

Plural: Qual seria o perfil deste projeto?

Heinz: É basicamente este: no âmbito econômico criar uma economia que retribua o esforço do trabalhador e da trabalhadora, independentemente de sexo, idade, preparação e de maneira igualitária. A remuneração do trabalho simplesmente se mediria pela quantidade de horas/trabalho. Por exemplo, 40 horas de trabalho entregariam a qualquer trabalhador, em qualquer parte do mundo, a mesma quantidade de produtos e serviços. E isto realizaria a essência de qualquer projeto socialista, que é a democracia econômica, que por sua vez é a base para a democracia política. Não pode haver democracia política participativa real sobre uma base econômica tão desigual, como a atual. Por isso o capitalismo e a democracia não são compatíveis, pois têm dinâmicas opostas.

A democracia participativa hoje é possível graças às novas tecnologias na informática. Podemos criar já uma esfera cultural, de cultura para todos e de realização para todos. Portanto, não a cultura instrumental para ganhar mais dinheiro, mas como meio de realização do potencial humano com a finalidade de superar a miséria material, psíquica, isto é, a alienação. Estes seriam os contornos básicos do novo projeto histórico.

Plural: Com o acentuado e assustador empobrecimento das populações do subcontinente, começam a surgir cada vez mais entidades organizadas da sociedade civil. As ONGs, por exemplo, ocupam um grande espaço nesta conjuntura. Como o senhor vê o papel desempenhado por tais entidades?

Heinz: O conceito de sociedade civil é complexo. Ele aparece com Hegel. Sociedade civil seria o que hoje chamamos de economia: a vida econômica. Então sociedade civil abarca desde o banqueiro internacional até o pequeno camponês. É um conceito mais ambíguo que o de povo. Para discursos propagandísticos é muito utilizado, porém para análise científica este conceito oculta e discrimina.

Agora, dentro desta discussão entre sociedade civil e Estado estão as ONGs. É preciso analisá-las com especificidade, já que há diferentes tipos de ONGs. Primeiramente, a grande maioria das ONGs não são independentes, já que são financiadas pelo Estado ou Igreja. Por exemplo, nos movimentos de solidariedade com o Vietnã, nos anos 60 e 70, não havia ONGs. Os movimentos de resistência no Primeiro Mundo eram basicamente estudantis, com apoio de algum sindicato progressista. Estes movimentos se autofinanciavam com coletas, doações, etc... Havia, então, independência econômica. E, por conta desta independência econômica, tinham um programa anti-capitalista. Na Alemanha, por exemplo, tais movimentos queriam destruir a OTAN. Ou então, diziam eles, ajudar o povo vietnamita significa fomentar a luta de classe em seu próprio país.

Isto seria impossível de se pensar na solidariedade com a Nicarágua, dez ou quinze anos depois, já que a grande maioria dos comitês de apoio a este país centro-americano foram financiados pela Igreja. E como a Igreja tem formalmente um discurso pacifista defende obviamente a não-violência. Portanto, um lema como

"Se conseguirmos introduzir neste movimento a consciência de que é possível vincular suas lutas de demanda política e econômica em níveis local, nacional e regional de demanda política e econômica com um projeto global, isto nos daria uma extraordinária força de aproveitar tal conjuntura para grandes mudanças."

destruir a OTAN poderia significar o fim do financiamento.

Desde então as ONGs apareceram por diferentes razões. Em primeiro lugar, elas economizam dinheiro para o Estado. Se você analisa as especificações jurídicas das ONGs, geralmente o Estado dá uma parte do dinheiro para seus projetos e outra parte cabe a eles mesmos. Por exemplo, o Estado dá 70% para montar uma escola na Nicarágua e 30% cabe a você. E geralmente estes 30% são dados em forma de trabalho, pois as pessoas que estão nas ONGs não dispõem de recursos financeiros. E há, então, uma superexploração de seu próprio trabalho.

Em segundo lugar, as ONGs no Terceiro Mundo não aparecem como emissários imperiais. Não se apresentam como "procônsules" do império, dizendo-se "independentes". O fato de serem financiadas pela Comunidade Européia ou pelos Estados Unidos não entra na discussão na comunidade terceiro-mundista na qual atuam. Portanto, ideologicamente, a possibilidade de se tornarem hegemônicas em comunidades é muito maior, do que se atuassem como delegado do governo alemão ou estadunidense.

Plural: E, politicamente, o que podem fazer as ONGs?

Heinz: As ONGs também são parte da estrutura jurídica de seus países. Logo, o que podem fazer politicamente é relativamente limitado. A necessidade de entrega de uma contabilidade muito exata lhes obriga a empregar grande parte de seu dinheiro em aspectos administrativos e burocráticos. Então, as ONGs em sua maioria estão integradas no fluxo de dinheiro estatal ou da Igreja, e portanto se encontram em uma camisa de força, que é um sistema construído com muita inteligência, sendo muito complicado para elas fazer alguma coisa que seja realmente radical.

Na Espanha, Aznar pretende acabar com as ONGs, pois se tornaram muito críticas. Ele quer fazer uma lis-

ta de sete ou oito ONGs grandes que recebam dinheiro adiantado, repassando às mesmas uma quantia financeira para um período de três anos, para que ao final deste período elas prestem contas. E a grande maioria das pequenas ONGs, que não cumprem certos critérios - por exemplo, que não tenham vinte funcionários - não poderão se habilitar neste plano. O plano é transformar algumas grandes ONGs conformistas em paraestatais e liquidar as críticas.

Agora, se vemos a economia política das ONGs, percebemos que a grande maioria delas são instituições do Estado. Citei as vantagens econômicas e ideológicas, e ademais, diante da complexidade da "sociedade civil", hoje requerem-se as ONGs.

As ONGs e muitas pequenas empresas são criativas. Por exemplo, todo este movimento ecologista começou com as ONGs, assim como o movimento antinuclear. Isto é importante para as empresas, pois sabemos que a maioria das invenções tecnológicas hoje se fazem nas pequenas empresas, sendo elas complementos necessários das transnacionais. Empregam muita mão-de-obra, trazem tecnologia nova e logo são compradas pelas transnacionais, e, como não têm poder, não podem competir com estas mesmas empresas. Realmente não são competitivas, mas sim complementares.

Em segundo lugar, são um termômetro, já que elas revelam para os governos as pulsações das populações nos mais diversos cantos do país. Em muitos casos, as ONGs revelam um problema real do sistema, sendo a primeira advertência ao governo quando as coisas não vão bem. A questão ecológica é o melhor exemplo para isto. Sem estes sensores na sociedade atual, o governo pode ser totalmente surpreendido pelo comportamento da população, como aconteceu na ex-República Democrática da Alemanha, onde o Partido não sabia o que pensava realmente a população. Portanto, a

"...as ONGs em sua maioria estão integradas no fluxo de dinheiro estatal ou da Igreja, e portanto se encontram em uma camisa de força, que é um sistema construído com muita inteligência, sendo muito complicado para elas fazer alguma coisa que seja realmente radical."

grande maioria delas cumpre a função de ajudar a preservar o sistema e torná-lo mais funcional.

Plural: O senhor poderia citar exemplos de ONGs não comprometidas com o sistema?

Heinz: Há algumas exceções como as ONGs que vão a Chiapas² e ficam nos acampamentos para observar os militares e impedir que cometam violações aos direitos humanos.

Em Cuba, o governo estadunidense quer usar as ONGs como "submarinos". Inclusive já o disse abertamente. "Submarino" para destruir o sistema. A grande maioria das ONGs são funcionais para o sistema, não tendo nenhuma intenção de criar uma democracia real. E neste sentido não serão aliadas. No entanto há situações, como no México, onde elas jogam um papel importante no tocante aos direitos humanos. Como disse Lênin, a verdade é concreta. É preciso ver o lugar concreto e a instituição concreta que atua para decidir se é necessário reagir ou não.

Plural: Por falar em forças sistêmicas, qual é o papel de Cuba como força anti-sistêmica no esforço para construir um papel alternativo?

Heinz: Cuba continua sendo anti-sistêmica no sentido de que as conquistas que mantém ainda a converte naquilo que foi a Nicarágua há quinze anos. Qual foi a condição para destruir Nicarágua? A política estadunidense a formulou e disse que era a teoria da "maçã podre". A Nicarágua seria a "maçã podre" dentro de um saco de maçãs boas. Portanto, como os nicaraguenses disputavam de uma boa saúde e educação, poderiam contaminar os camponeses de Honduras e Guatemala. Neste sentido, Cuba, com todos os seus problemas, continua sendo um mau exemplo, pois mostra que o mundo pode organizar-se de outra forma. Cuba continua sendo anti-sistêmica porque enquanto estiver no poder a fração do partido comunista liderada por Fidel e Raúl continuará buscando uma solução socialista.

A atuação destes dois líderes é a mesma do desembarque do Granma em 1956. Depois do massacre do grupo guerrilheiro - sobrando apenas 11 ou 12 - a alternativa era de que ou fracassamos e nos rendemos ou tratamos de fazer o impossível. E lutaram. Caso fossem mortos, o projeto acabaria. Mas, havendo uma mínima possibilidade, lutaram, porque, como ninguém poderia prever a queda do muro, ninguém poderá prever o que vai acontecer em três anos. Portanto é uma atitude revolucionária, apesar das forças extraordinárias da ditadura.

Esta é a atitude cubana de buscar um socialismo viável. Cuba é o ente político mais sério neste momento no mundo em que se trata de fazer isto. Porque os partidos políticos de centro-esquerda não têm nenhum interesse em buscar uma solução do tipo de Marx para o século XXI. Daí a obsessão estadunidense de acabar com Cuba a qualquer preço. Cuba continua sendo intolerável e precisa acabar à semelhança do Paraguai na guerra da Tríplice Aliança.

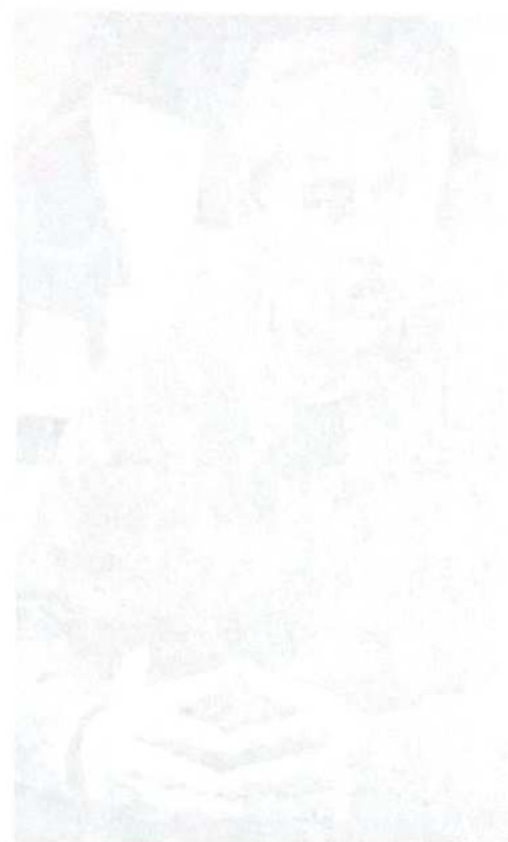
Plural: O Brasil é o país da América Latina no qual o projeto neoliberal ainda está "atrasado", de acordo com os agentes financeiros internacionais. Daí o esforço enorme de FHC para realizar as ditas reformas o mais rápido possível. O Senhor vê a possibilidade de o projeto neoliberal sofrer um revés aqui e exercer influência sobre os demais países do subcontinente?

Heinz: Sim. Eu penso que se houver um revés para as políticas neoliberais no Brasil o impacto poderá ser comparado ao ocorrido na França. Isto mostra que um país importante chegou ao limite diante das políticas impostas por Washington. E isto daria um novo oxigênio aos movimentos populares em toda a América



Heinz Dieterich Steffan

2 - Estado mexicano, localizado ao sul do país - que juntamente com Yucatán, Puebla, Morelos Hidalgo e México formam o cinturão da pobreza -, onde surgiu em 1º de janeiro de 1994 o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).



Latina. Porque, caso se conseguisse frear o projeto neoliberal no Brasil, que tem como única alternativa o MERCOSUL, somente uma aliança com a Argentina permitiria resistir à pressão do Estado global de Washington, do FMI etc... E isto significaria um estreitamento de relações com a Argentina e a União Européia. Caso se consiga frear o projeto de Cardoso, isto seria um extraordinário ganho político para um projeto latino-americano e mundial.

Plural: O senhor tem viajado muito pela América Latina para participar de congressos, conferências, encontros, aulas em universidades, etc... Que papel desempenham os intelectuais e as universidades perante a situação que estamos vivendo no subcontinente?

Heinz: O que ocorre é que houve uma capitulação vergonhosa da intelectualidade, tanto no Primeiro como no Terceiro Mundo. Eu penso que a última grande atitude notável e ética da intelectualidade foi durante a Guerra do Vietnã. Depois disto houve uma queda e talvez se tenha chegado a níveis deploráveis durante a Guerra do Golfo, quando os intelectuais europeus a apoiaram. E na América Latina também, com a queda do socialismo e a fuga em massa dos partidos comunistas para os regimes neoliberais. Muitos dos assessores e funcionários de Felipe González foram ex-maoístas ou ex-membros de partidos comunistas. Em muitos outros países tem existido o mesmo fenômeno.

A universidade segue nesta mesma situação. Porém, os triunfos da centro-esquerda estão mudando a correlação de forças entre os intelectuais oportunistas, que são a grande maioria, e os intelectuais mais honestos, que jogam um papel nas mudanças de geração.

No México já se pode observar este fenômeno. Muitos intelectuais do ex-partido comunista - em geral todos os partidos comunistas da América Latina não foram mais do que social-democratas ou liberais -

muitos destes intelectuais se mudaram com Salinas³ quando ele implementou o seu programa. Salinas os comprou, dando-lhes bons argumentos e dinheiro. Hoje em dia há um refluxo e percebem que a esquerda é uma posição decente. Atualmente, quando alguém defende interesses populares ou afirma que a ciência tem uma obrigação ética com as maiorias já não é considerado um *dinossauro*. Fazer isto há três anos era uma heresia e ficava excluído do sacerdócio do exercício intelectual. Os funcionários da teologia política não permitiam que se dissesse isto. Não havia foro para se dizer isto. A pessoa era ridicularizada ou calada. Hoje mudou. Como o poder político novamente volta para o centro, há também uma mudança na intelectualidade.

Nas universidades também começa a haver algumas pequenas mudanças. Esquerda já não é um palavrão. Os intelectuais atuam como sacerdotes, e como tal devem orientar-se de acordo com a linha dada pelos bispos. Há pouco tempo os bispos eram neoliberais, e portanto os intelectuais também o eram. E como agora os bispos regressam um pouco mais ao centro, os sacerdotes os acompanham.

Plural: A continuar esta conjuntura internacional, o senhor vê três saídas históricas em seu livro *A Sociedade Global* (Editora Planeta, México, 1995): a) um holocausto nuclear; b) a continuação dos regimes de classe capitalista; e c) a constituição de uma sociedade mundial com relações sociais livres do despotismo da forma de valor, da mercadoria, e com uma democracia participativa. Hoje, estamos mais próximos de que saída?

Heinz: O holocausto nuclear não é tão provável neste momento por causa do fim do enfrentamento entre os dois blocos. Não se exclui, porém é menos provável neste momento. Quanto à possibilidade de que a sociedade de classes continue até ao infinito, esta, sim, é real. Po-

3 - Carlos Salinas de Gortari, que governou o México de 1988 a 1994, deu andamento ao programa de implantação das políticas neoliberais de seu antecessor com muito mais radicalidade, levando o país a uma enorme crise, cujos resultados imediatos foram as manifestações em Chiapas em janeiro de 1994 e a falência financeira do Estado em dezembro do mesmo ano. Logo que deixou o governo, uma série de escândalos financeiros e políticos se tornaram públicos, obrigando-o a fugir. Hoje ele vive na Irlanda, país que não tem tratado de extradição com o México.

rém, também é real a possibilidade de se chegar a uma sociedade sem classes, como Marx a chamava. Creio que a dinâmica objetiva da história, se a virmos no desenvolvimento dos direitos humanos nos últimos dois mil anos, é muito clara: primeiro foi impondo os direitos formais, e a estes se agregaram depois os direitos coletivos. Mais tarde se incorporaram os direitos sociais e o que falta agora é debater a realidade com estes direitos. O avanço é lento, porém observável. Neste aspecto, não somos Dom Quixote, mas sim alguém que atua sobre o avanço objetivo da história. Neste sentido poderemos ser vanguardas.

Esta consciência é muito importante, já que não atuamos em um vazio. Vemos que há uma evolução da história e nós estamos em concordância com este processo evolutivo.

Plural: Todos nós aceitamos que uma grande parte das forças populares reconhece a necessidade de um novo projeto que nasça das contradições da sociedade global. No entanto, há um certo ceticismo nas massas e na sua vanguarda sobre a possibilidade real destas mudanças. Qual a opinião do senhor, neste limiar do século XXI, sobre a viabilidade deste novo projeto histórico?

Heinz: Nós não somos os primeiros a querer realizar um novo projeto histórico. Ele já aconteceu há 200 anos com a burguesia e a 150 anos com Marx e Engels. E tampouco estamos em uma posição mais débil que os dois exemplos citados.

Quando se começou com a Revolução Francesa (1789), foi uma revolução em só país. E em seguida houve a intervenção militar feudal dos países circundantes, que por sua vez foram derrotados. Quando a União Soviética realizou o projeto socialista, novamente sofreu a intervenção do exterior e novamente ocorreu em um só país e somente ele enfrentou a lógica do sistema

mundial. E avançou. Finalmente sucumbiu. É preciso entender que a história nunca aconteceu de outra forma. O projeto histórico enfrenta primeiramente o sistema inteiro. Obviamente que este projeto não começa por um pequeno país, e sim por um grande país. Mas ele pode iniciar também com uma aliança entre vários pequenos países.

Nós não estamos, portanto, melhor nem pior que nossos antecessores da revolução burguesa e socialista. Não é hora para lamentar e pensar que somos tão débeis frente a este sistema. O fato de que começemos em um país grande implica a possibilidade de ganhar, porque a idéia de uma remuneração justa, uma democracia participativa, o fim da violência do Estado, etc... é uma idéia com a qual a grande maioria do ser humano concorda e se solidariza com ela. Uma idéia, cujo seu tempo chegou, não será possível contê-la nem com fuzis, nem com nada. Eu penso que estamos nos aproximando deste momento.

Se nossa teoria se converte em um bem comum da humanidade, não haverá força no mundo que impeça que o novo projeto triunfe em um país primeiro ou em dois ou três países e depois avance.

Plural: Agradecemos ao Prof. Heinz a gentileza desta entrevista. muito obrigado.

"Não é hora para lamentar e pensar que somos tão débeis frente a este sistema."

Os professores Nildo Domingos Ouriques e Waldir José Rampinelli durante a entrevista com Heinz Dieterich Steffan



Globalitarismo e sociedade civil

a Manipulação dos Conceitos



* Doutora em Serviço Social
Professora Titular do Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina

"Como é possível que a multidão, que tem sempre a seu favor a força do número, se submeta voluntariamente ao governo de um só ou de alguns poucos e se deixe dominar pelos governantes?"

Étienne de la Boétie
Discurso sobre a
Servidão Voluntária
século XVI

As transformações societárias que assistimos neste final de século e as novas ilações do capitalismo tardio, incidem tanto sobre as esferas econômicas e sócio-culturais, quanto sobre as relações entre Estado e sociedade civil. À direita e à esquerda, entre conservadores e progressistas o discurso sobre o fortalecimento da sociedade civil tem sido indicado como fator fundamental na nova ordem mundial articulada pelo processo de globalização.

Recentemente, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Enrique Iglesias (Folha de São Paulo, 4/1/97), destaca que "a globalização exige o fortalecimento da sociedade civil", indicando que "as complexidades da nova sociedade fazem com que você tenha de apelar para essa energia que está na base da sociedade". Mas de que sociedade civil fala o presidente do BID? Para ele, dois elementos são fundamentais: a solidariedade e a auto-estima. E prossegue: "o pobre é por natureza solidário, para sobreviver na pobreza". Ora, tal afirmação remete diretamente à idéia de naturalização da pobreza e da refilantropização da sociedade, liberando da tutela do Estado as demandas desses segmentos subalternizados, que por si só encontrariam na sociedade civil, no âmbito da sua pobreza, as respostas para suas necessidades. Os pobres que compõem a sociedade civil do presidente do BID, somam, segundo dados do Programa das Nações para o Desenvolvimento - PNUD (1997), 1,3 bilhão de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, o que revela o agravamento da exclusão de imensos contingentes populacionais.

O sociólogo Ralf Dahrendorf no seu livro *Depois de 1989: Moral, Revolução e sociedade civil*, prefaciado pelo outro sociólogo, o presidente Fernando Henrique Cardoso, escreve que "a democra-

cia só sobreviverá se for baseada em fortes sociedades civis...uma sociedade que cria condições para a competitividade e o crescimento econômico" (Folha de São Paulo, 16/11/97). Ou seja, a sociedade civil é composta por aqueles que estão incluídos no mercado e este constitui o *ethos* da democracia. E quanto aos outros que não tem acesso ao mercado? Ora, os outros se contentam com a estima e a solidariedade própria dos pobres. Esse é o efeito trágico do globalitarismo que acentua as desigualdades, na mesma medida em que decreta a supremacia dos mercados de forma imperialista.

Essas indicações expressam, a nosso ver, a visão de sociedade civil sob a ótica do capital, como uma esfera à parte que não estabelece uma correlação de forças com o Estado. Nosso propósito é retomar aqui a discussão gramsciana sobre sociedade civil, indicando a definição dessa categoria no pensamento marxista e como vem sendo utilizada no debate teórico e político, deslocada da sua relação com a construção de processos hegemônicos.

A rigor, a "sociedade civil" é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. Ora, na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos "privados", reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção, quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares.

"...os outros se contentam com a estima e a solidariedade própria dos pobres. Esse é o efeito trágico do globalitarismo que acentua as desigualdades, na mesma medida em que decreta a supremacia dos mercados de forma imperialista."

"A rigor, a 'sociedade civil' é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. Ora, na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos 'privados', reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção, quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares."

Podem-se apontar duas questões básicas que marcam a diferenciação entre a esfera da sociedade civil e a esfera da sociedade política. A primeira é a "diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder" (Coutinho, 1979: 77); enquanto na sociedade política o exercício do poder ocorre sempre através de uma ditadura, ou seja, de uma dominação mediante coerção, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso. A partir dessa compreensão, essas esferas podem tornar-se terreno para o encaminhamento de uma ação transformadora ou de uma ação conservadora. A segunda diferença refere-se à "materialidade (social e institucional)" própria a cada uma. Os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado, cujo controle é realizado pelas burocracias executiva e policial-militar; já na sociedade civil os portadores materiais, denominados por Gramsci de "aparelhos privados de hegemonia", possuem uma certa autonomia em relação à sociedade política. É justamente essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil, e que, ao mesmo tempo, a distingue como uma esfera com estrutura e legalidade próprias, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. A ontologia materialista do ser social, que funda a teoria social de Marx, reaparece em Gramsci, por exemplo, na afirmação de que "não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social" (Coutinho, 1989: 78). Em outros termos, a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das institui-

ções e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições.

Nesse sentido, longe das interpretações idealistas, a sociedade civil não existe descolada das condições objetivas, plano em que ocorre a produção e a reprodução da vida material e, consequentemente, a reprodução das relações sociais. A esfera da sociedade civil, dessa forma, pode ser abordada a partir das diferenciações de classe e de interesses que se modificam pelo impacto das novas dinâmicas econômicas, políticas e sócio-culturais.

São cada vez mais expressivas as frações da sociedade civil articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada, que buscam garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos, o que lhes confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela performance do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Tais canais encontram-se ancorados, principalmente, na nova organização do Estado, destituído de seu caráter público e cada vez mais submetido aos interesses daquelas classes. As regras do chamado "ajuste econômico", expressão das políticas neoliberais, vêm promovendo a "morte pública" do Estado, desqualificando-o enquanto esfera de representação dos interesses das camadas de classes subalternizadas. Nesse sentido, o Estado vem atuando, com uma fúria jamais vista, com procedimentos voltados a um verdadeiro desmonte da esfera pública, efetuando a privatização dos mais elementares bens públicos (como saúde e educação), sob o propalado discurso da necessidade de reduzir o déficit público.

"As regras do chamado "ajuste econômico", expressão das políticas neoliberais, vêm promovendo a "morte pública" do Estado, desqualificando-o enquanto esfera de representação dos interesses das camadas de classes subalternizadas."

A idéia de déficit público é frequentemente vinculada pelos governos à relação direta com a produção de bens sociais de caráter público e não à presença dos fundos públicos na reprodução do próprio capital. James O'Connor (1973: 78) indica que a "crise fiscal do Estado" está diretamente relacionada à disputa entre os fundos destinados à reprodução do capital e os destinados ao financiamento de serviços sociais públicos. É no interior desse discurso que se fortalece a dicotomia entre "público" e "privado", caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado a esfera da eficiência e da qualidade. Oculta-se, também, de forma cuidadosa, o fato de que a precária situação das contas públicas não tem origem apenas no excesso de investimentos em ações de natureza pública, mas também na incapacidade dos governos em ampliar suas fontes via reformas no sistema tributário, controlar as taxas de evasão e sonegação, que ocorrem em larga escala.

No dizer de Atílio Borón (1995: 78), esse "discurso satanizador do público" passa a fortalecer a idéia da crise estrutural do Estado, criando-se uma cultura anti-Estado que cimenta a necessidade de privatizar bens e serviços de natureza pública, apropriados pelas empresas privadas como fonte de novos lucros. É com essa lógica que se fortalecem as relações Estado-sociedade-mercado e criam-se padrões, no âmbito da subjetividade e do consentimento, da necessidade de sacrifício de todos os segmentos de classe para "salvar" a nação. Enquanto nos períodos populistas as classes hegemônicas faziam concessões aos setores populares, nos anos 90 há uma inversão desse processo, na medida em que o Estado, em nome das elites econômicas, impõe sacrifícios às classes populares, as quais consentem

em favor da hegemonia burguesa. Reforça-se, assim, uma "cultura política da crise", cuja pretensa verdade é repassada à sociedade e incorporada, principalmente pelas camadas de classe subalternas (mas não só), como única, numa assimilação de concepção de mundo matriz de uma unidade ideológica que congrega toda a sociedade. Reafirma-se, assim, a hegemonia burguesa, na medida em que uma determinada visão de mundo converte-se em senso comum, tornando-se o cimento de um novo bloco histórico.

Na medida em que esses pressupostos se universalizam, transformando-se em senso comum, transfere-se para as classes dominantes uma "poderosíssima ferramenta de controle político e social" (Borón, 1995: 95), convertendo-se o capitalismo na organização econômica final da história. A classe dominante consegue, assim, legitimar a sua ideologia, porque, em primeiro lugar, detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, mídia), "lugar constituinte dos valores sociais e garantia de sua reprodução" (Vianna, 191: 155), e, em segundo, possui o poder econômico, que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e a distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias. Assim, as superestruturas ganham materialidade, isto é, a classe dominante reatualiza a sua "estrutura ideológica" a fim de defender e manter um certo tipo de consenso dos aparelhos de hegemonia em relação aos seus projetos, legitimados por via democrática. A transformação da objetividade burguesa em subjetividade e sua naturalização na sociedade expressam-se através de um "movimento molecular" que, conforme indica Badaloni (1991: 109), "envolve indivíduos e grupos, modificando-os insensivelmente, no curso do tempo, de modo tal

"Despolitiza-se o trabalhador, principalmente através do alardeamento da "ideologia do medo", pelo fechamento de inúmeros postos de trabalho e pela desmontagem das formas jurídicas de resolução dos conflitos trabalhistas, fazendo com que não mais se respeitem garantias e direitos conquistados."

que o quadro de conjunto se modifica sem a aparente participação dos atores sociais".

Nessa fase de expansão do capitalismo, o poder político passa a ser pensado sob a ótica do poder econômico. Estabelece-se um vínculo orgânico dos agentes políticos com o capital, gerando para o poder uma base material de sustentação. Isso significa trazer para dentro do Estado a lógica do capital, deslocando serviços essenciais como saúde e educação para o âmbito do mercado. "Estado e capitalismo tendem, assim, a fundir-se mais intimamente. Funcionários do Estado e das empresas tendem a formar um corpo relativamente homogêneo e intercambiável" (Dias, 1996: 35).

No Brasil, a Reforma do Estado que vem ocorrendo é farta de exemplos. Na Reforma Administrativa esse processo é denominado de "contrato de gestão", que afeta diretamente a esfera social, quando o Estado repassa para a "sociedade" (mercado) o desenvolvimento de serviços, que terão os subsídios públicos reduzidos, devendo buscar no mercado sua subsistência. O produto final dessa reforma resulta na "descentralização e flexibilização" de diversos serviços públicos, através da criação das chamadas "organizações sociais", o que, na prática, significa a privatização de hospitais, escolas técnicas, postos de saúde, universidades, transformados em fundações de direito privado que receberão do governo subvenções praticamente simbólicas. Esse processo de privatização do público posto pelas burocracias ligadas aos aparelhos executivos e repressivos do Estado está intrinsecamente relacionado à rearticulação de novas ideologias na esfera da sociedade civil, onde os projetos das elites econômicas sobrepõem-se aos das classes subalternas. Sob o manto dessa nova ideologia, ganha força, também, a indústria cultural desti-

nada a criar atitudes e comportamentos que valorizam os interesses corporativos de classe, em detrimento dos institutos de caráter coletivo.

As formas coletivas de organização e representação vêm, desse modo, sendo erodidas através de um progressivo processo de esvaziamento e fragmentação de suas protoformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Tanto a crise do *Welfare State* quanto o esgotamento do padrão fordista-keynesiano, bem como a queda do socialismo real, conforme indicamos anteriormente, têm atingido diretamente os diferentes institutos representativos das classes trabalhadoras. Despolitiza-se o trabalhador, principalmente através do alardeamento da "ideologia do medo", pelo fechamento de inúmeros postos de trabalho e pela desmontagem das formas jurídicas de resolução dos conflitos trabalhistas, fazendo com que não mais se respeitem garantias e direitos conquistados. Essa fragmentação vai, sorrateiramente, destruindo as possibilidades de construção de uma "vontade coletiva", de um momento "ético-político", trilhando o caminho de volta para o que Gramsci denominou de momento "econômico-corporativo". Essa nova hegemonia fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, reflexo da reestruturação produtiva do capital, quer do ponto de vista político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente em relação ao ideário do capital. O "pertencimento" de classe cede lugar ao individualismo e ao "desencantamento utópico".

As estratégias de desmonte das organizações coletivas são enfeixadas no discurso enganoso sobre a sociedade civil, remetendo-se a esta a responsabilidade no encaminhamento de projetos para dar

conta dos complicadores das novas expressões da "questão social", conforme exemplos dados anteriormente. Nessa ótica, a sociedade civil é tomada ao avesso do sentido gramsciano, na medida em que é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados. Tomada em sentido transclassista, é convocada, em nome da cidadania, a realizar parcerias de toda ordem, sendo exemplares os projetos de refilantropização das formas de assistência (como o Comunidade Solidária), em face das seqüelas da "questão social". Ocorre, assim, um progressivo esvaziamento da sociedade civil, cujas formas de protesto irrompem, muitas vezes, através da violência, do racismo, da xenofobia e de fundamentalismos de diversos tipos, que anunciam a busca da felicidade, da liberdade e do sucesso financeiro. Esse discurso turva a consciência e interfere na vida concreta das classes e, portanto, na criação de uma visão de homem e de sociedade crítica e coerente. A construção da hegemonia move-se nesse plano da subjetividade abstrata com fortes apelos a valores como família, solidariedade, fraternidade, tão caros às idéias da New Age, para a qual "não importa se as convicções são verdadeiras ou não, desde que elas façam sentido para você" (Schick Jr. e Vaughn, apud Sagan, 1996: 244). A crítica de Gramsci às promessas fáceis do liberalismo do século XVIII, que adentram os séculos XIX e XX, reatualizam o figurino, mas seguem privilegiando a hegemonia do capital financeiro, sendo a esfera econômica a dimensão mais alta da modernidade e o mercado o "novo príncipe" do cenário nacional e internacional. Mas essa modernidade ilusória é totalmente despida de uma dimensão

ético-política, na medida em que reforça o sistema de exclusão, as injustiças sociais e a deterioração das condições de vida de imensos estratos populacionais.

Se tal hegemonia ideológica é, por um lado, o sustentáculo do novo estágio do capital globalizado, por outro constitui-se no espaço de florescimento de "novas formas de expressão do coletivo". As instituições da sociedade civil representativas do protesto dos "de baixo" também tendem a crescer no interior da crise mesma do capitalismo. A cultura pública e democrática, gestada com o intenso processo de socialização da política, precisa ser reafirmada, de forma que os organismos de base não sejam esfumados por esse processo de fragmentação, desmobilização e passividade, esvaziador da democracia e da cidadania. O dilema está no esforço para que essas lutas cotidianas não se restrinjam a reformas pontuais, desencarnadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio. As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiaram-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci denomina de "pequena política", que engloba questões parciais e cotidianas e que precisa, necessariamente, vincular-se à "grande política" para criar novas relações. As expressões fragmentadas mas muitas vezes consistentes dos multiformes movimentos da sociedade civil, embora tragam como marca a luta contra a violência do "pós-moderno", também encerram em si a impotência de congregar os diferentes interesses particulares em interesses universais. O esmaecimento dos processos de luta de dimensão global é alvo privilegiado das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares, desligadas

"As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiaram-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci denomina de "pequena política", que engloba questões parciais e cotidianas e que precisa, necessariamente, vincular-se à "grande política" para criar novas relações."

Bibliografia

- BADALONI, N. "Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWN, E. (Org.). *História do marxismo*, vol. X, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BORÓN, A. "A sociedade civil após o dilúvio neoliberal" In: SADER E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- CHAUI, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- . *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992.
- . *Marxismo e política*. São Paulo, Cortez, 1994.
- DIAS, E. "Hegemonia: racionalidade que se faz história". In: DIAS, E. et al. *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã VM Editora, 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno 2, 4/11/97, novembro, São Paulo, 1997, pg 9.
- . Caderno 1, 16/11/97, novembro, São Paulo, 1997, pg19.
- GRAMSCI, A. *L'Ordine Nuovo: 1919-1920*. Turim, Einaudi, 1954.
- . *Scritti Giovanili*. Turim, Einaudi, 1975.
- . *Quaderni del carcere: edição crítica de Valentino Gerratana*. Turin, Einaudi, 1977. 4v.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- MELLO, A. F. de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo, Cortez, 1996.



da totalidade social. A relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, dependem, em grande medida, da reafirmação desses organismos, de sua capacidade de fazer política, enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária. A primazia do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem, neste momento de crise, como referências fundamentais, à medida em que se reatualizam elementos diversos da tradição autoritária e excludente, que significam, antes de mais nada, o atraso da modernidade. A reatualização desses valores foi brilhantemente expressa por Togliatti (1954: 25), ao escrever que, nos tempos de luta por justiça e democracia "todos os direitos são afirmados, mas o exercício de qualquer direito pode ser negado, e é negado, de fato, a quem não se encontra em determinadas condições materiais e sociais, e qualquer direito é destruído, de propósito, quando o curso dos acontecimen-

tos é tal que ponha em risco a segurança de determinado grupo dominante".

Nesse contexto contraditório, a parcela da sociedade civil representada pelos novos institutos democráticos, também surgidos com o intenso processo de socialização da política, que se expressam através dos partidos, dos sindicatos, das associações profissionais, de movimentos sociais de ordem diversa, de comissões de fábrica, de organizações culturais etc, passa a desempenhar um papel fundamental nas relações Estado/sociedade, principalmente na defesa de interesses universais, diminuindo os poderes coercitivos do Estado e definindo a prioridade do público sobre o privado. Constituindo-se enquanto mecanismos de representação de interesses, tais organismos têm aberto canais, originando uma nova trama nas relações entre governantes e governados e ampliado as formas de acesso e participação nos processos decisórios. A democracia representativa vai, dessa forma, ampliando-se, abrindo espaços para a democracia direta,

através desses novos atores políticos, que fazem emergir, a partir "de baixo", novas formas de vivência em sociedade. É essa ampliação da esfera pública que indica, segundo Gramsci (1977: 662), que o "elemento Estado-coerção vai exaurindo-se pouco a pouco e se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)". Em outros termos, as funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pelas de hegemonia e consenso e a "sociedade política vai sendo reabsorvida pela sociedade civil".

Mesmo considerando as características heterogêneas e multifacetadas da sociedade civil, não sendo tomada aqui de forma generalizada, nem mesmo como o centro de todas as virtudes, é possível, a partir dela e de sua interface com o Estado, buscar o alargamento da participação nos processos decisórios e o bloqueamento das estratégias de destruição dos direitos sociais e dos institutos de representação coletiva. Destaca-se, também, a importância do "partido político" enquanto articulador de interesses universais, cuja crise atual tem tornado cada vez mais tênues os seus vínculos com o conjunto da vida social. É no pensamento de Gramsci que encontramos a importância do partido junto à sua classe na elaboração de uma concepção de mundo, no esclarecimento das relações antagônicas e das contradições que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis para sua superação. Gramsci não deixa, jamais, de pensar o partido como instituição ético-política que, enquanto "intellectual coletivo", no dizer de Togliatti, ou "partido de massa", conforme expressa Ingrao (e mesmo Gramsci), possui a tarefa permanente de organizar politicamente a classe e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia.

Na realidade contemporânea

desempenha papel fundamental não só o partido enquanto esfera de representação política, mas, igualmente, as formas de democracia direta (reconhecidos por Gramsci e também por Lênin) que têm se fortalecido enquanto espaços públicos para além da institucionalidade estatal. O fortalecimento dessas novas instâncias de participação não significa, contudo, apenas uma transferência de responsabilidade aos setores mobilizados, reforçando novos particularismos, mas um operar efetivo na formulação e implementação de propostas democráticas para além dos marcos do capitalismo. O alargamento da democracia direta reforça a ação do partido, através de uma nova dinâmica democrática, recuperando sua legitimidade na formação de alianças e na aglutinação de interesses de classe em torno de um projeto radicalmente voltado à socialização do poder econômico e do poder político. É o conjunto plural de forças progressistas (portadoras de projetos de classe e não de um pluralismo pastiche e folclórico) que será capaz de fazer retornar o "pêndulo da história" para o campo da justiça, da igualdade e da democracia, expressão da vontade coletiva, e fortalecer uma consciência "ético-política" necessária à criação de um novo "bloco histórico". O que vivemos neste final de século não deve, a nenhum preço, furtar-nos a esperança no devir, mesmo que pareça estarmos restando "contra a corrente". A transformação da ordem atual, a construção de uma nova *civiltà* que consiga vencer os desafios da modernidade necessitam de vontade, ação e iniciativa políticas, capazes de impulsionar a criação de uma nova racionalidade que englobe a socialização da economia, da cultura e do poder político, superando a servidão que nos vem sendo imposta pelas artimanhas do capital.

MOTTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo, Cortez, 1995.

NOGUEIRA, M. A. "Democracia política, governabilidade e representação". In: VIGEVANI, T. ET ALL. *Liberalismo e socialismo*. São Paulo, UNESP, 1995.

NETTO, J. P. "Transformações societárias e serviço social no Brasil - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". In: *Serviço Social e Sociedade*, n.50. São Paulo, Cortez, 1996.

O'CONNOR, J. USA: *A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SCHICK JR, T. e VAUGHN, L. *How to think about weird things: critical thinking for a New Age*, 1995. Apud: SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

TELLES, V. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, E. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

VIANNA, L. W. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro, Revam, 1991.

TOGLIATTI, P. "Storia come pensiero e come azione". In: *Rinascita*, 11-12, Roma, Riuniti, 1954.



LITERATURA

.....

N

essa edição da revista PLURAL, a editoria de Literatura aborda um tema de importância fundamental: os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão brasileira.

E esse é um assunto que faz a cabeça de muita gente. É urgente elevar o nível? A banalidade tem um sentido? A baixaria é mesmo inevitável? Ou, que fazer de uma TV Cultura?

Todos esses são aspectos essenciais de um problema da comunicação social que de alguma forma já foram tratados pelos escritores, nesse caso pelo russo Vladimir Maiakowski, e pelo contista catarinense Emanuel Medeiros Vieira.

De quebra, um texto de Alberto Dines e outro de Laudelino Sardá, jornalista e atual diretor de produção da TV Cultura Anhatomirim.

Raimundo C. Caruso



O CHARME DOS RATOS E DA TELEVISÃO LIVRE

Concessão pública dos governos, as empresas de televisão são um negócio diferente e especial. Além de terem lucros, elas informam, criam gostos, instigam exageradamente ao consumo, e às vezes elegem ou derrotam candidatos à presidência da república. Sua influência cultural é imensurável. No entanto, a programação quase sempre é acusada de ser de má qualidade, de imitar padrões e estilos de vida de outros países, e de favorecerem a violência, o mau gosto e a baixaria.

A pesar da barra não estar hoje lá essas coisas, creio que ainda não nasceu o sujeito que, encerrado o expediente às seis da tarde, pense logo em chegar em casa para ligar a televisão e assistir a um crime qualquer: do cego que decapitou a mãe, da criança pobre de duas cabeças, do cachorro que trucidou o enfermo da cadeira de rodas, ou os restos humanos incendiados de um desastre de avião.

À primeira vista, esse é um cenário impossível.

No entanto, não dá outra: todos os dias quase a metade da população adulta do país gasta até cinco horas curtindo esse inútil e absurdo circo de seres despedaçados.

Para os empresários que gerenciam o negócio, a opção pelo lixo tem sua lógica: "é a vida como ela é".

Estranha essa ética do caos e do dinheiro, cuja legitimidade é nada mais nada menos que a mera existência do "fato". Uma espécie de lei cartesiana às avessas: "existe, logo é legítimo, é ótimo, é necessário, deve ser imitado".

Porém, apenas existir, existem muitas

coisas: o crime, a chacina habitual, a mulher barbada, o louco que come cacos de garrafa. Ou a aventura nas florestas amazônicas dos irmãos Villas Boas, os personagens extraordinários de Jorge Amado ou do romancista catarinense Adolfo Boos Júnior, o violeiro e compositor da esquina, os pescadores de alto mar, as invisíveis vinte e quatro horas num acampamento dos "sem-terra", os vaqueiros e os campos de Lages, os boêmios e contadores de histórias das tantas praias, a vida nos sertões, as professoras das ilhas dis-



L I T E R A T U R A

tantes, os escritores e poetas da vida cotidiana, os artistas do bairro, os artesãos da estética lúdica, os Franklin Cascaes, os Edino Krieger, os Zininhos e as Maria Rosa. E, se a questão for mesmo de pólvora, cadáveres e pistolas, que tal os Víctor Meirelles pintando quadros em plena guerra do Paraguai em 1866?

Apenas existir por existir não justifica nada. A vida é infinita e a escolha até que poderia ser milionária.

Por que então essa obsessão com o mórbido, com a miséria alheia, com a população indefesa da periferia?

Se o índice de audiência provem mesmo do enfermiço, do caótico, do desamparo e do sofrimento, por que então não teatralizar a escola sem telhado, os escombros dos hospitais públicos, os agriculto-

res sem terra, o salário de três dólares por mês, as populações sem comida, a merenda roubada, os rios poluídos, os zônicos depredados, e os coronéis juizes da Bahia, do Nordeste, de São Paulo e de Santa Catarina?

Se as opções são tantas, por que a insistência patológica apenas naquilo que quer que se perpetue sempre igual?

Na verdade, a história é bem outra, não é só a tragédia o que importa. O que vale para a mídia é a farsa e os estampidos do efeito sem causa, do cidadão sem um país, e dos destinos implacáveis, com se a vida em mil anos jamais tivesse mudado em parte alguma. No cenário profundo, a aparente irresponsabilidade de um rio que apenas passa sem mais remédio, e corre pesaroso para o mar.

A MÍDIA QUE NÃO RIMA É A TÉCNICA DE B. CASOY

Não precisa ser um especialista em comunicações para ver que toda essa parafernália tecnológica recente – internetes, xerox em cores, gráficas de bolso, impressoras instantâneas, micro-computadores e encomendas sedex – não democratizou no Brasil uma única vírgula, simplesmente porque o comum dos usuários não tem simplesmente o que dizer. Nas mãos de um adulto iletrado – apenas um em cada dez universitários lê jornal, e um em 150 folheou no último ano algum livro – esses equipamentos das galáxias não passam de brinquedos inúteis das histórias da carochinha. No máximo, simulam o charme, o vazio ácido da face oculta da lua.

Então, como diz o sambinha, o que é que fica, cidadão? Qualquer globalização é inevitável? Somos todos iguais perante o mercado? Enfim igualdade, liberdade e fraternidade? Não há mais economias su-

balternas ou “dependentes”, como garantia há uns anos o FHC? Será mesmo impossível um projeto político original? A crise é realmente do mundo inteiro? Quantos, dos 180 países existentes, estão de fato em crise? Meia dúzia? Uma dúzia? Quem foi o responsável pelo Ministério da Fazenda do Brasil nos últimos cinco anos? Que é que significa, na realidade, uma aliança política com os Inocentes de Oliveira e os ACM? A modernidade? As alvíssaras do século XXI?

Vira e mexe, e a mídia é a expressão acabada da paz de cemitério.

Há três meses uma das mais importantes empresas de TV gastou vinte minutos do horário nobre de um domingo, com uma reportagem sobre os banheiros dos hotéis de luxo dos Estados Unidos. Pode ser o Frank Sinatra, hem? E o Clinton? E Harvard? E Massachusetts? E Oklahoma?



E a fotografia gratuita daquele entardecer em Los Angeles publicada em setembro último na primeira página da "Folha de São Paulo"? É barra! Mas no dia seguinte- felizmente agora é um fato nacional- um outro canal fez gato e sapato do câncer na língua de uma mulher do interior de Minas Gerais. E um terceiro juntou no mesmo cenário a novela da dívida: o credor e o caloteiro. Resultados óbvios: porradas e sangue para todos os lados.

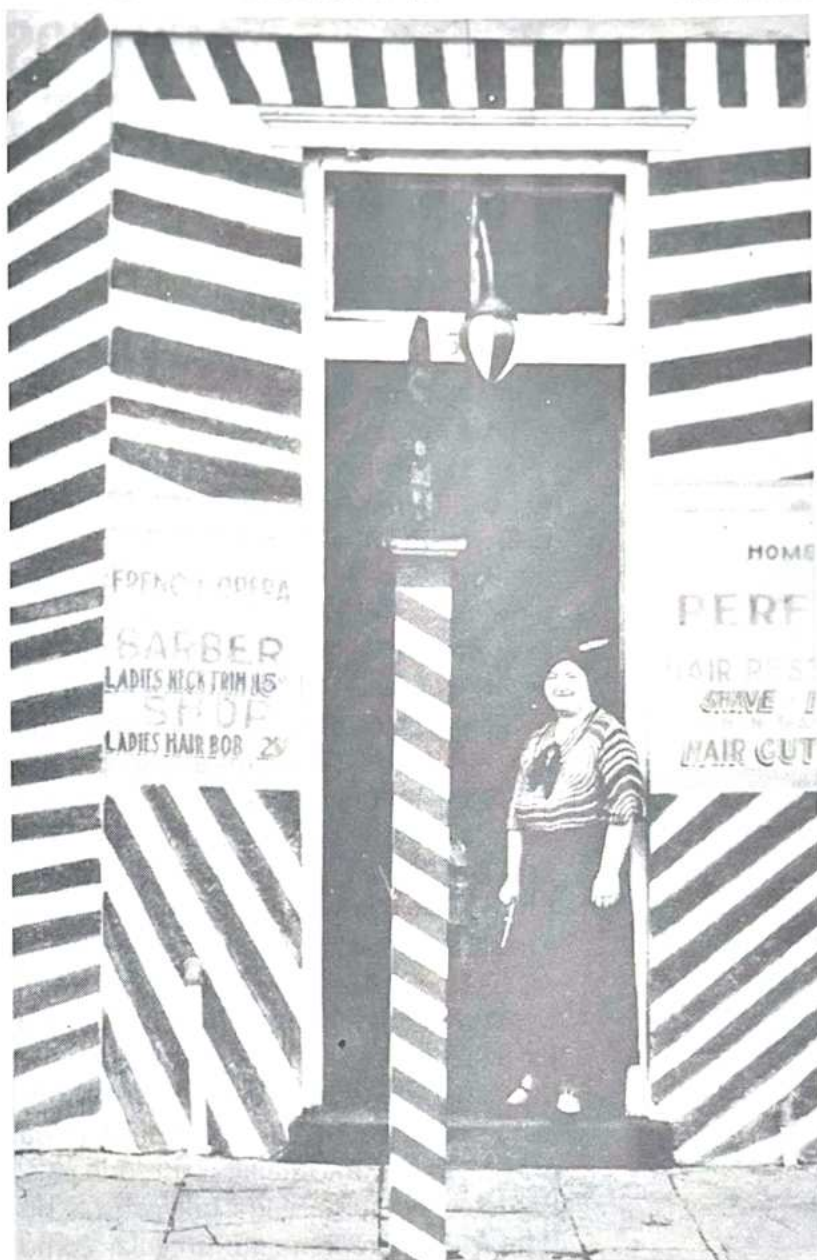
Mas, como gosta de dizer o Boris Casoy, "isso tem em todos os países do mundo". Logo, estamos todos desculpados: governantes, eleitores, contribuintes, malufes e quejandos. Por isso nada deve mudar na face da terra.

Aliás, não deixa de ser curiosa a tática deste locutor: funcionário de prestígio de uma empresa de religião- são inumeráveis os milagres que essa seita comete nas tardes de domingo no estádio de futebol Orlando Escarpelli- tem uma biografia profissional que o credencia a tudo, menos a ingênuo. No entanto, quanta acrobacia verbal, quanta indignada empostação escusa.

FHC não errou e não é responsável pela crise, pois, "se houvesse uma saída ele a teria encontrado".

O M.S.T. "está à procura de um cadáver", quando na verdade qualquer um que lê o jornal da esquina sabe que apenas nos últimos dez anos mais de 800 pessoas foram assassinadas no campo brasileiro - entre elas deputados (Fontenele, no Pará), padres, líderes sindicais, posseiros, mulheres e crianças.

Outra informação que sempre é escondida: entre os grandes latifundiários da Amazônia estão conhecidos bancos, empreiteiras e várias empresas de comunicação, entre elas a SBT, um ex-patrão seu. Daí o silêncio aparentemente inexplicável sobre essa fantástica metade do país, repleta de crimes e impunidades.



Desgraçadamente, o Casoy não é a exceção, e sim a regra generalizada. Ao nível regional, então, é um Deus nos acuda. Entrevistados? Sempre os mesmos. Nenhuma inteligência nova, nenhuma voz destoante da cantilena empolada e monócórdica. Liga-se a TV no noticiário e quase nunca sabemos se estão lendo uma piada do papagaio ou a última do português. Divertidos, nossos locutores e locutoras exibem um perpétuo sorriso insonso.

Então, leitor, qual é a saída?

L I T E R A T U R A

LITERATURA

DIREITOS HUMANOS VAI MULTAR EM 35 MILHÕES

Orofino em liberdade, vinte milhões de dólares desaparecidos e "Anemia afeta 44% em creches de Florianópolis", segundo a manchete do jornal "AN Capital" de 10/11/98. E a vida vai rolando. Mas de repente, como nos tempos épicos da advogada carioca Denise Frossard (vide o affair "os bicheiros") em São Paulo o "promotor da cidadania" Clilton Guimaraens dos Santos entra com ação civil pública contra um tal de "Ratinho" e o SBT. Objetivo: uma indenização de 35 milhões de reais em consequência de danos morais e ofensa aos direitos humanos e da criança. Origem desses atentados: um programa mundo cão de TV, onde se costuma exibir crianças com defeitos físicos, alucinados e criminosos dos mais diversos matizes. De quebra, entre lágrimas e gargalhadas, os apresentadores promovem agressões, lutas corporais, sangue, ofensas e escoriações de todo o tipo.

Estranho, isso. Até há pouco tempo, a formação média de uma pessoa provinha da escola, do mundo familiar, do bairro, dos amigos, da linguagem, dos livros, da música, da história, afinal, do próprio país. Por isso não surpreende que artistas de formação aparentemente irregular como Cartola, Pixinguinha, Caymi, Lupicínio Rodrigues e tantos, outros produzissem a obra sofisticada que sabemos. Porém hoje os tempos mudaram. O cidadão médio é a extensão "natural" do vídeo. A TV é a sua alma, a sonora e elevada catedral gótica, o sinuoso barroco das igrejas mineiras. Se isso não bastasse, em inúmeras oportunidades a TV o induz a eleger governantes, cria best sellers e até derruba e escolhe técnicos de futebol. E então?

Ora, até na Disneylandia, paraíso neo-ocidental de certa classe média brasileira,

tem leis, regras, graduações, limites. Lá dizem, até um Maluf, que segundo o "Estado de São Paulo" de 6/5/98 sofreu mais de 100 processos por corrupção, estando num mato sem cachorro.

Mas, neste país tropical, a quem tem de correr?

Bem que os cursos de jornalismo e de comunicação poderiam dar uma mão, mas não podem. A maioria deles não estuda história, economia, literatura, geografia, sociologia, arte, nada. Sabem muito pouco do mundo que os rodeia. Ali, o jogo quase sempre gira em torno de uma meia dúzia de equipamentos sucateados e alguns botões de ferrugem. Além disso, se porventura algum professor ou aluno estiver o alerta, estará fechando para todo o sempre o futuro mercado de trabalho para o próprio e para os seus acólitos.

E então, como é que fica? Pedir socorro à Petrobrás, à Companhia Vale do Rio Doce, ao 7º de Cavalaria?

Hoje a população conta, bem ou mal, com o Procon, instituição pública que deve estar à serviço do consumidor. Roubaram o peso da lata de sardinha, falsificaram a fragrância morango do iogurte, e pimba, o cidadão vai correndo para o Procon.

Mas se lhe furtarem a própria alma e a dos filhos? Se falsificarem o próprio país?

Vamos pedir socorro a quem?

A história sempre enganosa garante que "quem não quiser que não assista à TV". Porém isso é uma balela. O espectador quase sempre desconhece uma pá de truques. O "fato", o palavrão, o soco no olho, o tiro na barriga, a criança desgraçadamente defeituosa, a chacina num bairro, o cuspe na cara nunca vêm só, em estado





puro. Eles são dramatizados, a voz do locutor se alterna, vizinhos começam a chorar, crianças buscam pelas mães, os entrevistadores escavam o "lado humano" da notícia (há uma técnica banal para

fazer isso), e de repente estamos presos àquela gosma, àquela meleca, porque bem ou mal é um drama humano que eles estão tentando ... falsificar. E aí o livre arbítrio já foi práς cucuia.

A IMAGEM CAÓTICA QUE SE FAZ DO PRÓPRIO PAÍS

Quando voltou do exílio na Suécia, o escritor Fausto Wolff comeu o pão que o diabo amassou. Curtiu desemprego, dívidas, alimentação incerta e alugueis atrasados. Até que um dia lhe ofereceram o trabalho de crítico de TV. Ele contou que no início foi um inferno. Ficar até seis horas diárias vendo coisas similares aos Faustões, Ratos, Xuxas, Liberatos, Sílvios Santos, etc. Então, com o tempo, e aos poucos, o Fausto (o outro, o Wolff) foi ficando indiferente àqueles programas. Passaram-se outros dois meses, e de repente ele até pensou que estava começando a gostar do que via. Foi o fim. No mesmo dia ele pediu o boné e foi beber uma dúzia de cervejas no botequim da esquina.

Mas esse cenário de domesticação generalizada não precisava ser assim.

Em determinados países europeus, particularmente os escandinavos, as televisões estatais – as TV *cultura* locais – contam com efetivo apoio público e têm 60% da audiência. Elas criam e desenvolvem programas interessantes e não necessariamente enfadonhos e recriam a experiência regional, abordando com inteligência os temas da aventura, da ciência, da história, da arte e da vida instigante das próprias sociedades. Dizem, lá, que a exibição de um enlatado norte-americano seria uma verdadeira heresia.

No entanto, como são diversos os propósitos culturais num país governado por um intelectual que fala 30 idiomas. No

Brasil, a sobrevivência das televisões ditas "educativas", como todo o resto, também devem ser expressão das leis mercado, da competição desigual e da premeditada penúria. Logo, não passam de um barraco mambembe de almas penadas.

Porém, ampliando o assunto, o problema não é só a péssima qualidade do que se vê na TV brasileira em geral (- noticiário excessivamente exíguo e compartimentado (polícia e economia), filmes *sempre* norte-americanos, pagodes do pior padrão-) mas também – e isso é fatal – a imagem que o espectador começa a fazer do cidadão brasileiro em geral. Como ele pensa que *todos* estão vendo a mesma coisa – afinal os aplausos *previamente* gravados no estúdio e sobrepostos às entrevistas ou aos shows sempre indicam alguma adesão ou "consentimento" – nada mais natural que ele *generalizar* a sua experiência particular à toda a sociedade. Logo, não há mesmo mais salvação e toda a esperança – como hoje a seca e a miséria social nordestinas – inexplicavelmente, acabou.

Desse salve-se quem puder, restam então o inevitável e as cinzas: a desencoragem social (afinal, que esperar desse bando de "espectadores" inermes e relapsos?), a cumplicidade, a indiferença, a violência gratuita (perguntem a um professor como é a vida numa escola pública), o deboche, a desinformação ostensiva, a corrupção sutil e o conformismo político.

Se duvidar, gire o botão.

L I T E R A T U R A

L I T E R A T U R A

MAIAKOWSKI (1893-1930)

Vladimir Maiakowski é um dos criadores mais originais da poesia mundial. Poeta futurista e revolucionário, participou diretamente das agitações políticas da Rússia do início do século. Escreveu teatro, livros de poemas e roteiros de filmes. Suicidou-se com um tiro na cabeça em 1930. No poema abaixo, ele aborda um aspecto básico da comunicação social: manter, ou elevar a qualidade e o nível? A tradução do russo é de Haroldo de Campos

"INCOMPREENSÍVEL PARA AS MASSAS"

Entre escritor
e leitor
posta-se o intermediário,
e o gosto
do intermediário
é bastante intermédio.
Medíocre
mesnada
de medianeiros médios
pulula
na crítica
e nos hebdomadários.
Aonde
galopando
chega teu pensamento,
um deles
considera tudo
sonolento:

- Sou homem
de outra têmpera! Perdão,
lembra-me agora
um verso
de Nadson...
O operário
Não tolera
linhas breves.
E com tal
mediador
ainda se entende Assiêiev
Sinais de pontuação?
São marcas de nascença!
O senhor
corta os versos
toma muitas licenças.
Továrich Maiacóvski,
porque não escreve iambos?
Vinte copeques
por linha
eu lhe garanto, a mais.
E narra
não sei quantas
lendas medievais,
e fala quatro horas
longas como anos.
O mestre lamentável
repete
um só refrão:
- Camponês
e operário
não vos compreenderão.
O peso da consciência
pulveriza
o autor.
Mas voltemos agora
ao conspícuo censor:
Camponeses só viu
há tempo
antes da guerra,



L I T E R A T U R A

L I T E R A T U R A

na datcha,
ao comprar
mocotós de vitela.
Operários?
Viu menos.
Deu com dois
uma vez
por ocasião da cheia,
dois pontos
numa ponte
contemplando o terreno,
vendo a água subir
e a fusão das geleiras.
Em muitos milhões
para servir de lastro
colheu dois exemplares
o nosso criticaastro.
Isto não lhe faz massa –
é tudo a mesma massa...
Gente – de carne e osso!
E à hora do chá
expende
sua sentença:
- A classe
operária?
Conheço-a como a palma!
Por trás
do seu silêncio,
posso ler-lhe na alma –
Nem dor
nem decadência.
Que autores
então
há de ler essa classe?
Só Gógol,
só os clássicos.
Camponeses?
Também.
O quadro não se altera.



Lembra-me agora –
a datcha, a primavera...

Este palrar
de literatos
muitas vezes passa
entre nós
por convívio com a massa.

E impinge
modelos
pré-revolucionários
da arte do pincel,
do cinzel,
do vocábulo.

E para a massa
flutuam
dádivas de letrados –
lírios,
delírios,
trinos dulcificados.

Aos pávidos
poetas
aqui vai meu aparte:

Chega
de chuchotar
versos para os pobres.

A classe condutora,
também ela pode
compreender a arte.

Logo:
que se eleve
a cultura do povo!

Uma só,
para todos.

O livro bom
é claro
e necessário

a vós,
a mim,
ao camponês
e ao operário.



L I T E R A T U R A

EMANUEL MEDEIROS VIEIRA

Autor de 13 livros de contos e vencedor de inúmeros concursos literários, o catarinense Emanuel M. Vieira escreveu há trinta anos um texto profético. Trata-se de **EM CADA CORAÇÃO**, publicado no livro "Expição de Jeruza", em 1972, onde ele descreve um programa de TV típico dos dias de hoje, e sua repercussão entre as pessoas de uma mesma família. Esse conto já foi cogitado para roteiro de um filme.

"EM CADA CORAÇÃO"

O pai, a mãe, a filha noiva, o noivo, o irmão caçula e o mais velho. O pai trinca os dentes, se contorce excitado, faz caretas.

Estão todos sentados no sofá vendo televisão.

Ela está ligada há vinte e quatro horas consecutivas: a ausência de imagens, durante a noite, não é motivo para que seja desligada. A mãe esfrega as mãos, entusiasmada: nesse momento assistem a um concurso de gargalhadas. Um velho – quase sem dentes, a maioria podres e pretos – que tem o número 7, joga-se ao chão, se arrepia com o olhar desvairado, esgoela-se nas gargalhadas para ganhar o prêmio.

A família no sofá ri nervosa, o pai alisa a língua nos lábios. O Apresentador acirra os ânimos e entusiasma o velho com dentes podres. Os outros concorrentes são também estimulados a disputar com fibra. Os adversários – no intervalo das gargalhadas – se exami-

nam. Que o rival não triunfe. O Apresentador se diverte e pisca os olhos para o auditório e para os telespectadores.

O pai imita as gargalhadas mais fortes. O júri do programa discute (são sete homens vestidos com a mesma roupa: "O 4 é melhor"; "não, é o 3"; "o cinco é o melhor").

Mais emoções no vídeo. Vem o menino prodígio – tem uma memória infalível – que sabe todas as datas referentes à Independência. Outro pequeno gênio é estrangeiro, conhece muitas línguas e declama uma poesia – de sua autoria, sim – sobre o amor.

Outros concursos são apresentados: "Bêbados que se Recuperaram"; agora está na hora do momento mais esperado: quem comer a maior barata ganha o Volks novinho. O caçula tenta também arrancar uma barata para comê-la. A mãe: "Nada de jantar na mesa. Cada um que pegue o seu prato e venha comer no sofá".



Estão excitados e ofegantes. "Come, come", berra o noivo da irmã para o n.º 2, que, no momento em que ia engolir a barata, alisava o estômago e contorcía a cara. O n.º 9 morde um pedaço, mas volta tudo. O auditório vaia. A família vaia. O irmão mais velho não para de rir.

A irmã briga com o irmão pois acha que o programa da outra estação é melhor, no qual estão escolhendo "A Mãe mais Bondosa e Possuidora das Mais Belas Pernas". O noivo abre a boca: "ah, um dia vou trabalhar na TV. Se ganha um dinheirão". A mãe jantava com os olhos molhados, vermelhos ainda do programa anterior: o último capítulo da novela onde o amor vencera terríveis obstáculos e triunfara finalmente. E a outra mãe, bondosa e velhinha, reconheceu o filho que supunha morto – agora rico – e não via há 16 anos. Os maus, felizmente pagarão os seus pecados no inferno.

Cada um tem o seu prato no sofá. Mastigam com voracidade, fazem barulho com a boca, chupam os dentes. O pai fecha os punhos como quem vai dar um murro na TV: detesta o jurado n.º 3. Intervalo para os comerciais: uma loira, lábios bem pintados, soltando devagar a língua, voz macia e melosa, com gestos provocativos fala das vantagens do carrão vermelho. Outro homem, bem vestido e elegante fuma o melhor cigarro que é exclusivo de pessoas "agressivas, com vontade de subir na vida".

O caçula faz cambalhotas, dá tiros com as mãos e acerta um soco no irmão gordo (como vira o mocinho fazer com o bandido). O irmão devolve-lhe um bofetão no meio da cara. O caçula

chora mas a mãe, rindo, pede calma, pois "vem coisa melhor aí".

O pai transborda de excitação, não se contém, aperta os punhos, diz para a mulher calar a boca se não lhe arre-benta as fuças.

A família imita o júri: "o melhor é o n.º 4; não, é o n.º 1". Vem uma velhinha que custa a andar: pede com voz trêmula, chorando, que a platéia e as pessoas que estão em casa ajudem-na a encontrar o marido que fugira de casa há 30 anos. O Apresentador simula uma expressão triste, pede com voz forte e grave que alguém tenha um gesto de amor e tente encontrar o marido extra-viado.

Aquele negro come vidro, gilete, prego e bota o cigarro inteiro na boca: "Impossível", diz o noivo. A família está trêmula e silenciosa.

O noivo repete: "Quero ficar rico, muito rico, para chegar a Apresentador de TV". O pai se levanta e coloca o aparelho no último volume. Agora é o caçula que quer mudar de estação para ver um filme que tem muita briga e no qual os soldados matam índios.

O Apresentador traz a modelo famosa, que ganha muito dinheiro. Ela é muito parecida com a mulher que faz o comercial do carrão vermelho. Um membro do júri – que entende de costura – faz gestos afeminados: o auditório e a família se revezam nas vaias e nos aplausos.

Dois jurados discutem acerbamente. O Apresentador pede calma. A família briga junto: quem tem razão é o jurado n.º 5; não, quem tem é o n.º 6. O irmão mais velho se irrita e torce o braço da irmã que havia discordado de sua opinião. Ela geme de dor. O noivo ofe-

L I T E R A T U R A



LITERATURA

rece-lhe um copo d'água, a noiva cala a boca a pedido do pai e, está, novamente tudo em paz: é a melhor hora do programa.

Vem um homem que não tem braços nem pernas, trazido numa cadeira de rodas.

Uma menina cega, surda e muda.

A lavadeira que ficou rica na Loteria Esportiva.

Um sertanejo que é parecidíssimo com um macaco e não fala: só dá grunhidos.

O preto mais bonito foi eleito. O cantor se estrebucha, enorme cabeleireira, barba comprida, olhos vidrados: joga-se no chão, se levanta, vai ao fundo da goela, berra outras vezes, grita, se contorce, geme, chora e sua.

É a vez do velho cantor, 70 anos, agora na miséria. Chora e conta a sua triste vida. Bêbado, a mulher o trai, os filhos não tem o que comer, não recebe direitos autorais. O Apresentador esclarece que as lágrimas impedem o sofrido cantor do falar claramente. Um membro do júri chora também e se abraça no cantor. Aplausos. Uma mulher do auditório corre para o palco e lhe dá um beijo. Aplausos. A mãe no sofá diz: "coitado". Todos dizem, até o caçula: "coitado".

O Apresentador pede a atenção do júri, do auditório, das famílias em casa, para esse "terrível drama humano". O velho cantor continua chorando. O júri agora não briga, é todo silêncio e respeito. O Apresentador, num gesto de benevolência, dá ao cantor dinheiro do seu próprio bolso: "Isso é para a comida das crianças". O auditório aplaude intensamente. A família elogia o Apresentador. Ele agora é abraçado por um

jurado.

O pai diz: "que homem". O jurado que entende de costura chora e pede justiça para todos os humilhados do mundo.

Vaiam, gritam. Em casa, no auditório. A família, após tanta emoção, treme e sua. Derrubam restos de comida no chão, no sofá, na roupa. O pai se levanta e tenta aumentar o volume: esquecera-se que já o fizera momentos atrás.

Comerciais.

Anuncia-se antecipadamente que o programa do domingo que vem "será ainda mais emocionante": virão os dois homens que se casaram, o travesti bem sucedido, o assassino que se regenerou, o operário mais trabalhador, o pai do ano, o toxicômano que contará as suas terríveis experiências, o padre que abandonou a batina e casou, o ser que é meio homem e meio cavalo.

"TV também é cultura", berra nervoso o Apresentador. Aplaudem, xingam, brigam.

O pai não se conforma e vai ver TV mais de perto. Puxa uma cadeira, a cara quase colada no vídeo. Os outros protestam: "não estamos enxergando nada". O pai não quer sair de sua posição. O rosto fica colado no vídeo. Procuram arrastá-lo. Ele é gordo e não se mexe. Todos gritam, a esposa chora e mexe com as mãos, andando de um lado para o outro. O caçula espeta o pai com alfinetes. Estão todos desesperados. A filha dá com o cabo da vassoura nas costas do pai. O pai não se mexe. A filha fala no ouvido do noivo e do irmão: que dêem um jeito de tirá-lo da frente da TV.

O filho acerta-lhe um murro nas costas. Depois outro, mais outro. Ele e o



noivo da irmã se revezam na pancadaria. Vão derrotando o pai. O pai agora se vira e então entra em luta com o filho. O noivo senta, entusiasmado. O pai está ofegante e cansado. Tentar tapar o rosto com as mãos para não apanhar mais. Já quase não enxerga, mais o filho, forte e musculoso, não o poupa. A filha ri, o caçula torce e diz que a briga está melhor que as da TV. Improvisam um júri para ver quem ganha: "não tem graça, ele ganha" e apontam todos para o irmão, menos a mulher. Fazem a votação: 3 votos para o irmão e 1 para o pai. Organizam uma roda em torno do pai e do filho. "Bate, bate" diz, excitada, a mulher para o marido que sangra. "Dá nele, dá nesse velho barrigudo", dizem o caçula e a irmã. "Reage, reage", continua a mulher para o marido.

O pai sangra ainda mais pelo nariz. O rosto está todo preto: ofegante e tonto parece que vai desmaiar. Com voz fraca pede que o filho pare, que não

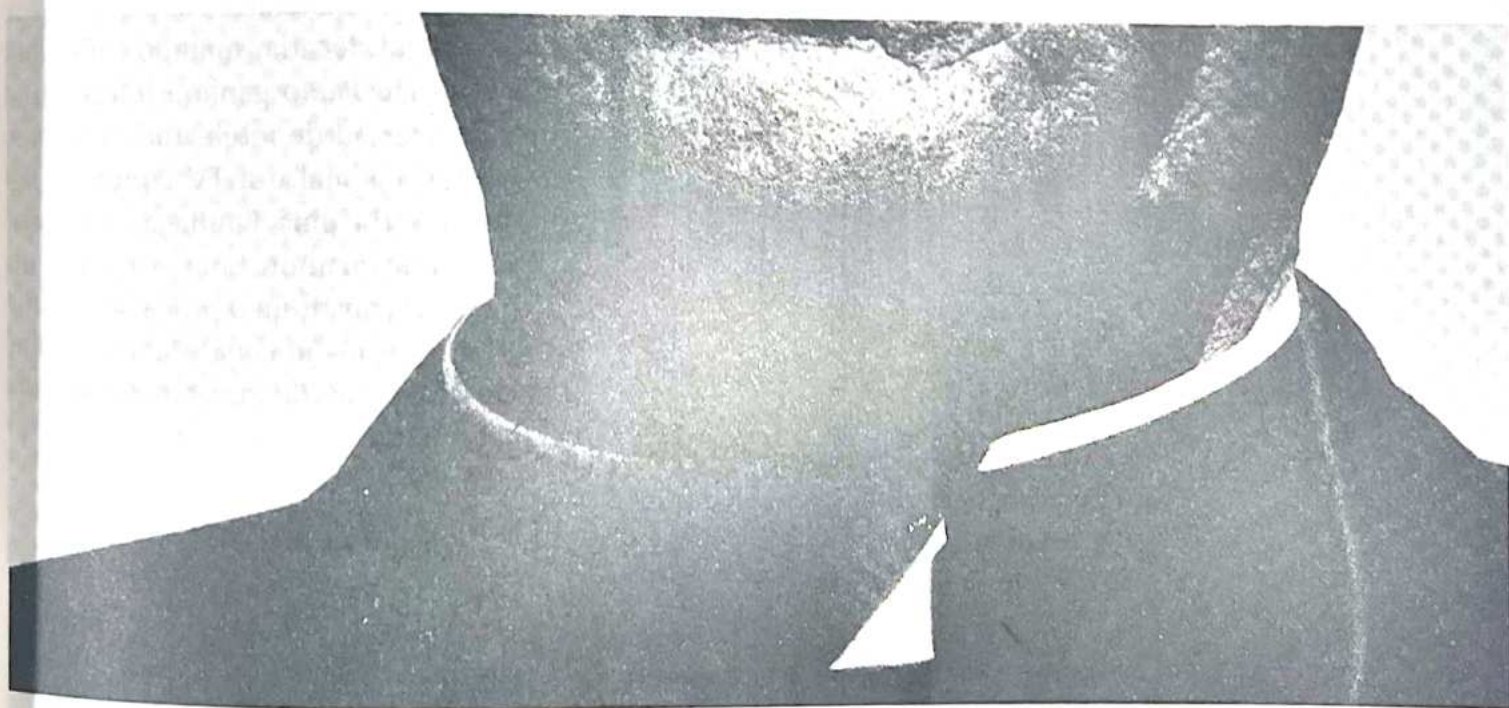
agüenta tanta porrada, que está sofrendo muito, dois dentes estão moles e não enxerga nada.

O marido pede o apoio da mulher. Ela não diz nada, apenas ri e diz para ele reagir. O filho trinca os dentes, cospe no chão, faz uma careta de ódio e continua a soquear o pai.

Ele também está cansado de tanto esmurrar, mas não pára. O filho acerta um soco no olho direito do pai para acabar logo com a briga. O pai tonteia mas não cai. O filho tira a camisa. Parece um cavalo depois de árdua corrida: sua e respira ofegante.

Mas o pai resiste um pouco, roda pela sala, tonto, sangrando, já cego. O filho impaciente não espera mais: puxa a televisão e acerta-a na cabeça do pai. Caem cinzeiros, óculos, relógios, vasos.

Ainda ressoa a voz do apresentador, piedoso, trazendo a menina órfã e aleijada que não tem ninguém no mundo.



L I T E R A T U R A

A AUDIÊNCIA NA TV COMERCIAL E OS OBJETIVOS COM A TV EDUCATIVA

Laudelino José Sardá –
Diretor de Produção
da TVE – SC

A televisão brasileira nasceu sob o signo da tirania político-ideológica e só pôde aliviar-se dessa turbulência nesta década, quando a democracia começou a remover os entulhos da ditadura militar e de partidos. Mas está longe de se identificar com as causas e razões da sociedade brasileira, por se ver ainda impregnada na cultura da política de dominação ideológica. Da omissão à denúncia, a televisão brasileira tenta simular o papel de compromisso com a sociedade, mas, ao mesmo tempo, descobriu no filão da desgraça social uma forma de satisfazer o telespectador, como na idade média onde a presença de leões em arena contra escravos indefesos produzia risos e prazer, numa analogia festiva entre reis e súditos.

Não há dúvida de que a palavra audiência é a única radiografia que pode atestar a saúde financeira de uma televisão comercial. Mas até que ponto é possível driblar a ética e a moral para se atingir o pico de audiência? De outra parte, pode uma nação conviver com leis que permitem a iniquidade na produção de informação como suporte para a geração negócios fora do ambiente da comunicação? Em outras palavras, a mídia eletrônica pode servir de trampolim para negócios políticos e econômicos que comprometam ou omitam a veracidade da informação?

O avanço da tecnologia provoca constantes mudanças no desempenho da mídia eletrônica. A globalização dos meios de produção está sinalizando

para um milagre de final de século: a (re)valorização do sentido humano da vida em comunidade; o reencontro com o comunitário. Daí o prenúncio de sucessos das TVs comunitárias.

Contudo o prejuízo brasileiro com a comunicação de massa decorreu, principalmente, da sobreposição do poder econômico sobre a determinação governamental, que sequer se espelhou nas experiências de países europeus para enxergar a importância de a sociedade contar com uma mídia isenta de pressões políticas e ideológicas.

Embora dispusesse de uma estrutura de TVs Educativas, que não chegou a ser tão deteriorada pelo poder em função de a ideologia dominante não ter acreditado no seu potencial, o Brasil começou a valorizar estas emissoras a partir desta década, quando a TV Cultura de São Paulo ganhou fôlego através da pressão de intelectuais contra o governo regional e a TV Educativa foi redescoberta pela Fundação Roquette Pinto, que acabou com o cabide de empregos e instituiu o processo de profissionalização ainda não concluído, em face dos sinais de resistência de Brasília.

Inovação e Criatividade

As duas Universidades públicas de Santa Catarina – a UFSC e a UDESC – criaram, através de seus professores, a Fundação Jerônimo Coelho que passou a gerar a TV Anhatomirim. Ambas aim-

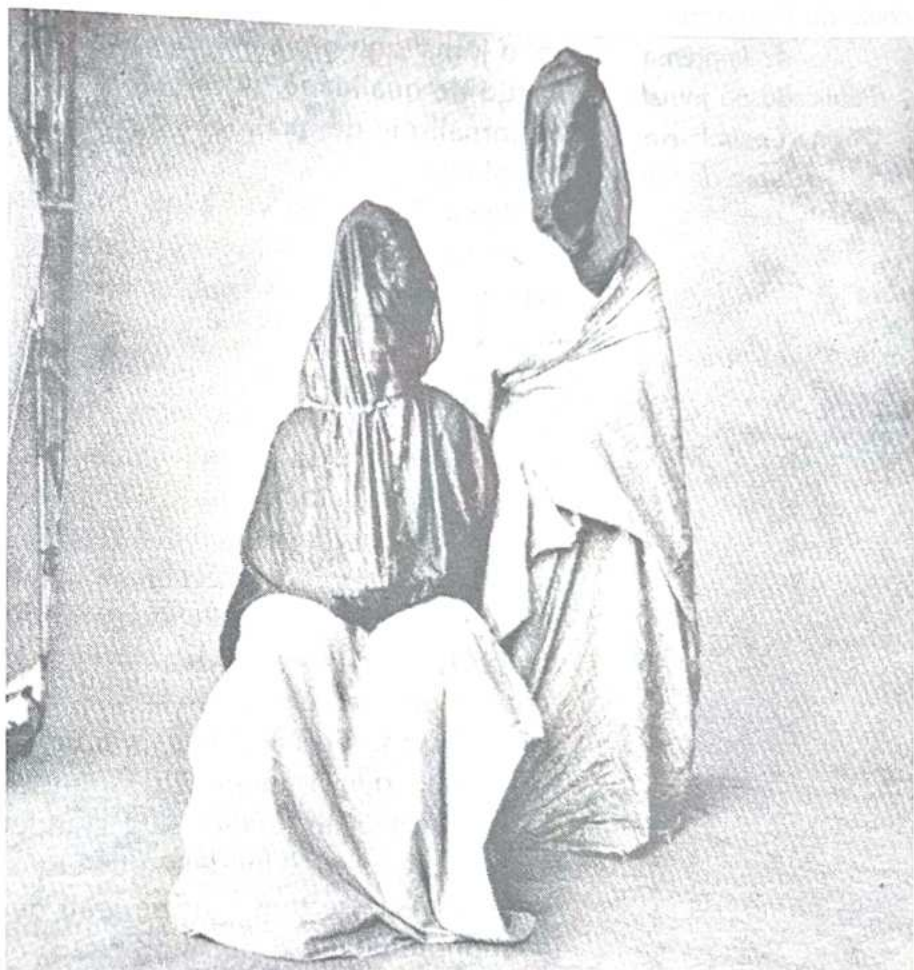


da não enxergaram a importância deste canal e resistem ao compromisso de fortalecê-la e mantê-la. Embora distantes menos de quatro quilômetros em linha reta, as duas Universidades chegaram a ficar meses sem discutir – e muito menos planejar – a sua televisão.

Santa Catarina é um estado atípico pela sua conformação étnica, cultural e econômica, o que acabou consagrando um modelo de ensino superior também comunitário, havendo em cada microrregião uma instituição integrada no contexto cultural, econômico e no espírito empreendedor de sua gente. Há, assim, condições de se dotar este Estado de uma rede de emissoras educativas. A FURB já implantou a sua em Blumenau; a Unisul ganhou concessão para Tubarão e as demais podem conquistar seus canais para Oeste, Norte, etc.

O Governo que assume em janeiro embutiu no seu programa de compromissos, investimentos em televisão educativa. É uma excelente perspectiva. É importante, contudo, que haja preocupação com o modelo de emissora, seu conteúdo, estabelecendo um permanente compromisso com a sociedade nos seus diversos aspectos. O seu diferencial é a causa social. É necessário que a TV Cultura – nova denominação da TV Anhatomirim – identifique-se com as ações, os reclamos e os desafios comunitários, com a cultura, a arte, as idéias e nunca temer ou prejudicar comportamentos e ações que não se aliem aos paradigmas da ideologia dominante. A TV Educativa precisa ser inovadora e experimentalista, fugindo aos padrões do moderno que, por exemplo, conduzem o telespectador a ver o William Bonne sem se preocupar com o conteúdo

do do telejornal. A Educativa precisa valorizar os que querem dar valor à história, aos costumes, aos legados deixados pelos criadores de cidades e povoadamentos. A Educativa não tem de competir com as tvs comerciais. Sua missão é ocupar espaço de forma inteligente e participativa.



L I T E R A T U R A

"TELEJORNALISMO ESTÁ NO MESMO BOLO"

por Alberto Dines

**Jornalista e editor-chefe do Observatório de Imprensa (Publicado no Jornal "Página Central" em outubro de 98)*

O telejornalismo não está pior nem melhor do que o jornalismo impresso, o jornalismo de rádio; está tudo baixando de qualidade, mesmo o chamado jornalismo de qualidade dos quatro jornalões.

Nossa! Está cada vez pior. Eu acho que está cada vez mais irresponsável e, evidentemente, que o jornalismo eletrônico, o telejornalismo, que já é por si só uma coisa mais amena, menos qualificada, não é apenas o infrator, aquele que está abaixando de nível. É injusto porque todos estão baixando o nível. Se vocês examinarem como foi a irresponsabilidade de alguns jornais em noticiar o pronunciamento do Presidente da República, acho que foi quarta-feira, a respeito do pacote fiscal e ver que, dos quatro grandes jornais, dois foram efetivamente, rigorosamente irresponsáveis na angulação, então, se a grande imprensa, que era o modelo, que era o norte, está nesse tom e nesse grau de irresponsabilidade e de imprecisão, é evidente que o telejornalismo, que sempre toca duas oitavas abaixo, acompa-

nha. Isso sem falar nos outros fatores como a preocupação com o Ibope. O telejornalismo não devia se preocupar com o Ibope. Ele é um serviço público que não deve estar influenciado e agido pelas preocupações com a audiência. Seria uma espécie de cartão de visita das empresas concessionárias que prestariam serviço público de alta qualidade.

Na medida em que começa a baixar o nível, e baixa mesmo, não é só o Jornal Nacional, mas o Jornal da Globo, que passa à meia-noite com a Lilian Wite Figueiredo é a mesma porcaria, então, não há exceções. E o telejornalismo está no mesmo bolo do resto do jornalismo. Essas pessoas não estão preocupadas em prestar serviço público, não tem preparo profissional, não são exigidas para darem o melhor; estão preocupados em fazer espetáculos e fazer abobrinhas e aí eu estou usando a expressão citada, ou, pelo menos, divulgada por Evandro Carlos de Andrade em uma entrevista que ele nos deu, então, oficializou-se o padrão abobrinha, com ou sem pressão do Ibope".



Reconstruir uma identidade classista,

Retomar o projeto histórico

Movimentos sindical Brasileiro e a nova "civiltà"

GRAMSCI sugere que toda a prática continuada de uma classe fundamental se torna uma racionalidade. Precisamente aí reside a possibilidade de construção de *Weltanschauung* e hegemonia. Ou seja: "a capacidade de construir uma hegemonia decorre da possibilidade de uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de elaborar sua visão de mundo. Diferenciar-se e contrapor-se como visão de mundo às demais classes (...) elaborar uma visão de mundo que seja capaz de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar as frentes de intervenção e articular as alianças (...) trabalhando a hegemonia como elaboração de uma nova *civiltà*." (DIAS, 1991, p.5).

O que está em jogo aqui, portanto, é o que GRAMSCI denomina como sendo a construção de uma "vontade coletiva nacional popular", na direção de construir uma "radicalmente nova e incomparavelmente superior forma de civilização" (GRAMSCI, 1989, p.165).

Assinala ainda o marxista italia-

no que construção dessa vontade nacional, precedida de uma "reforma moral e intelectual" é o papel central do intelectual coletivo, o partido. O que sustentamos é o papel determinante que poderá ter nesta elaboração o movimento sindical, notadamente em função das características orgânicas e estruturais que este tipo de "intelectual coletivo" assumiu nos últimos anos no Brasil. Vale dizer: embora GRAMSCI não assuma que o sindicalismo possa ser determinante (e, na verdade não o é) na construção desta nova racionalidade (isso é mesmo papel do partido) argumentamos que as características assumidas pelo movimento sindical brasileiro, em sua expressão orgânica máxima, as centrais sindicais, podem determinar que este venha a desempenhar um papel importante na elaboração e concreção de um projeto ético-político.

O corte que pretendemos fazer se concentra no setor do movimento sindical onde esta potencialidade se faz mais presente, quer analisemos seu grau de estruturação, quer analisemos suas

* Professor do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT) do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina

"...a Central abriu mão de um projeto emancipatório, a construção da nova *civiltà*, para assumir crescentemente a luta restrita ao campo econômico corporativo, e, ao mesmo tempo, fazer indicações sobre o que motivou esta inflexão na prática política da Central."

práticas históricas: a Central Única dos Trabalhadores, CUT.

A tentativa das próximas páginas é contribuir para o entendimento da "estrutura" que a "conjuntura permanentemente atualiza", buscando entender, com base em categorias gramscianas qual a lógica subjacente que informa as práticas sindicais e em que medida a Central abriu mão de um projeto emancipatório, a construção da nova *civiltà*, para assumir crescentemente a luta restrita ao campo econômico corporativo, e, ao mesmo tempo, fazer indicações sobre o que motivou esta inflexão na prática política da Central.

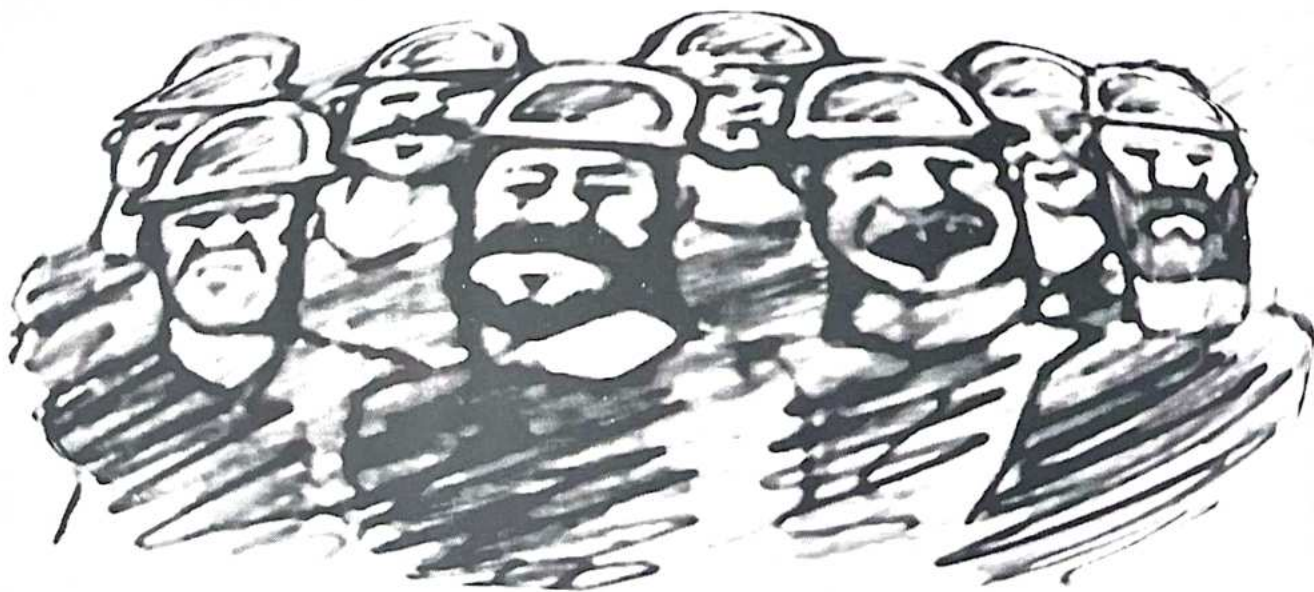
O movimento sindical brasileiro: notas sobre sua trajetória

Tem sido suficientemente trabalhado pela sociologia a trajetória histórica do movimento sindical brasileiro. Sua gênese orgânica no estado novo varguista (em que pesem movimentos de trabalhadores nada irrelevantes ocorridos anteriormente) determinou um atraso histórico de cinquenta anos cujas consequências efetivas ainda estão a merecer uma investigação definitiva. De orientação fascista, o movimento sindical brasileiro criou-se à sombra do aparelho de Estado que, por financiá-lo, o controlava politicamente no conjunto de suas ações. Este mecanismo de ausência de autonomia sindical propiciou o apareci-

mento de uma burocracia sindical oficialista, sem inserção na luta, dócil e subserviente aos patrões.

"A organização sindical brasileira tem como ponto de partida uma espécie de organograma mantido pelo Estado. O Instituto Público organiza uma espécie de 'Atlas' da geografia sindical brasileira, onde teoricamente devem constar todas as categorias profissionais e todas as categorias econômicas respectivas". (SADY, 1985, p. 35). Este foi, sem dúvida, um dos laços políticos mais engenhosos das classes dominantes deste país a ponto de, passados mais de cinquenta anos, persistirem ainda práticas sindicais guiadas pelo estatuto padronizado e o seu sucedâneo moderno, o sindicalismo de negócios, com a diferença que este último é muito bem aparelhado ideologicamente, na matriz política do mais puro liberalismo econômico, numa bem explicada aliança com as classes dominantes.

O fato novo, que rompe com o sindicalismo burocrático-fascista do varguismo, é a emergência de uma prática sindical de novo tipo, qualitativamente diferente, em agosto de 1983 no CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) que deliberou pela criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, cujo nascimento e trajetória examinaremos a seguir.



De uma gênese promissora à institucionalização

A tradição do movimento sindical brasileiro, até o golpe militar de 1964, era marcada pela tradição varguista de sindicalismo atrelado ao Estado, na medida em que dele dependia financeiramente, através dos repasses do imposto sindical e, mesmo, de freqüentes alianças políticas com setores estatais e mesmo patronais. Seu protagonista principal, no âmbito das lutas políticas e sindicais, o Partido Comunista Brasileiro, manteve-se, notadamente de 45 a 64, numa linha de intervenção contraditória na direção de conquistar espaços políticos no interior do próprio aparelho do Estado. Sem conseguir desprender-se da institucionalidade ditada pelo varguismo, o que caracterizava a prática do PCB era um sindicalismo sem enraizamento na base dos trabalhadores, sem representatividade, atrelamento à estrutura oficial e, como consequência uma dependência ideológica da burguesia, patrocinando uma prática sindical que objetivamente externava uma ideologia de colaboração de classes.

Desta concepção sindical nasceu uma profunda auto-crítica, ocorrida nos anos da ditadura militar, o que conduziu os setores classistas do movimento sindical que a ditadura não conseguiu silenciar à conclusão de que um novo sindicalismo precisava ser construído.

Os conturbados anos 70 correram, quando os primeiros efeitos desta crítica começam a mostrar seus primeiros resultados. Já no final da década de 60, antes do Ato Institucional n. 5 (um golpe dentro do golpe editado em 13-dez-68), as greves de Osasco e Contagem (MG) indicavam uma luta de resistência à ditadura militar que continha elementos novos, entre os quais o principal era um decisivo enraizamento na base dos trabalhadores na organização das lutas.

Foi, no entanto, em novembro

de 1979 que os metalúrgicos de São Paulo, refletindo uma acumulação política que indicava uma nova prática, iniciaram uma greve massiva contra a direção do sindicato, na época dirigido pelo Sr. Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, greve esta organizada e dirigida por um Comando de Greve brotado diretamente da base do movimento.

"Sob a liderança do Comando de Greve, formaram-se imensos piquetes, os piquetões de até 10 mil operários. Essa greve, que entrou em confronto com o poder e seus órgãos de repressão, tem sua figura emblemática no militante oposicionista Santo Dias da Silva, membro do comando de Greve, assassinado num piquete na porta de uma fábrica na zona sul de São Paulo, por um policial militar" (GIANNOTTI & NETTO, 1991, p.17).

Estava nascendo, como prática, uma nova concepção de sindicalismo que evoluiria rapidamente, forjando novas lideranças, e que se espalhava em direção ao ABC paulista, conhecida zona de grande concentração industrial, predominantemente voltada para a indústria automotiva.

"A imagem que mais reflete essa acumulação de experiência de mobilização das grandes massas é aquela do Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, onde até 80 mil metalúrgicos, em assembleias diárias, decidem pela continuidade da luta, sem medo da intervenção do governo federal, dos camburões da tropa de choque ou dos helicópteros do exército que em visível provocação sobrevoavam as assembleias em vôos quase rasantes" (id. p.18)

"A diminuição da participação das organizações sindicais, o princípio de...

O movimento sindical aos poucos volta ao cenário da luta política, não sem antes romper com o sindicalismo varguista, resultante do acúmulo político a que conduziu a crítica radical aos erros cometidos no passado, determinados por um sindicalismo cupulista e conciliatório. Este crescimento redundou na Primeira CONCLAT, em 1981, que congregava amplos setores do sindicalismo brasileiro, desde remanescentes do varguismo, passando por figuras emblemáticas como Magri e Medeiros, mas, principalmente, com a participação decisiva de novas lideranças sindicais que emergiam de uma nova prática sindical. Esta heterogeneidade acabou por dar espaço a um processo de divisão no interior deste movimento que visava a criação de uma central única de trabalhadores. Em 1983, poucos dias antes do Congresso de fundação da CUT o bloco conhecido como Unidade Sindical, formado por militantes do PCB, PC do B, MR-8 mais alguns sindicalistas clássicos do varguismo (conhecidos como pelegos) anunciavam sua recusa em construir uma central de trabalhadores junto com as lideranças autênticas, forjadas numa nova prática sindical. Desta divisão nasceram, de um lado, a CGT (Central Geral de Trabalhadores), vinculada ao Sr. Antonio Rogério Magri, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), dirigida pelo Sr. Joaquinção; de outro, em fins de agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, uma central operária, praticamente depurada do varguismo, nasce a partir da conjugação de quatro princípios:

- a) Classismo, independência de classe, socialismo como meta histórica;
- b) Democracia interna como condição indispensável;
- c) Sindicalismo de base;
- d) Sindicalismo de massas.

A CUT nascia, portanto, negando tudo o que o oficialismo sindi-

cal varguista representava, tendo como móvel de intervenção política não só os interesses "imediatos" das classes trabalhadoras, mas, com igual ênfase, seus interesses "históricos". O título II de seus estatutos explicita seus objetivos fundamentais:

"A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impera a democracia política, social e econômica. Seu objetivo fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado" (CUT-Estatuto, 1o. CONCLAT, 1984, p.1)

Nascia, desta forma, uma nova concepção de prática sindical, nacionalmente articulada em torno de uma central de trabalhadores, democrática, classista, independente de patrões e do Estado, construída a partir dos locais de trabalho e com ampla inserção na base.

As CGTs chegaram ao final da década de 80 completamente debilitadas, ao mesmo tempo em que a CUT se inseria decisivamente na vida sindical de todo o país, o que levou à uma composição de forças e a criação da Força Sindical, sob a liderança do Sr. Medeiros, definindo os dois campos no movimento sindical brasileiro.

Os fatos políticos dos últimos anos, patrocinados pela Central parecem corroborar as análises segundo as quais a CUT abandonou as possibilidades históricas representadas pela organização classista na luta dos trabalhadores. Paulatinamente, a Central, dirigida por uma fração majoritária, a Articulação Sindical, abandona seus instrumentos privilegiados de luta (passeatas,

"A CUT nascia, portanto, negando tudo o que o oficialismo sindical varguista representava, tendo como móvel de intervenção política não só os interesses "imediatos" das classes trabalhadoras, mas, com igual ênfase, seus interesses "históricos"."

greves, assembleias gerais, manifestações, etc.). Tais instrumentos estão sendo, aos poucos, substituídos pela tática negocial, puramente negocial: são as negociações tripartites, as câmaras setoriais, as negociações com o governo em torno da questão previdenciária, etc. Esta inflexão ocorre no âmbito de um processo complexo, como complexa e rica é a trajetória da Central, sobre a qual alinhamos as próximas frases.

O primeiro Congresso da CUT, I CONCUT, ocorreu em São Bernardo do Campo-SP, em 1984, com a participação de mais de cinco mil delegados, tendo como tônica a reafirmação dos princípios gerais da Central, a democracia ampla, o sindicalismo de massas e organizado na base, contra qualquer espécie de pacto social, etc. Este é o Congresso de aprovação dos estatutos, consignando à Central o papel de articuladora das lutas sindicais no país, tanto no campo como na cidade, tendo em vista organizar os trabalhadores brasileiros em torno de seus objetivos imediatos e históricos. Já no II CONCUT aparecem as primeiras tentativas de alteração estatutária, que em sua maioria, acabam sendo remetidas para o III CONCUT. Mesmo neste Congresso os artigos 14, 21 e 27 dos Estatutos são modificados; são os artigos de tratam da participação das oposições sindicais nos fóruns cutistas e que pelas modificações introduzidas passam a ter sua participação restringida e monitorada pela direção estadual. Neste CONCUT, ocorrido no Rio de Janeiro, com a participação de 5564 delegados de todo o país, já se desenham claramente duas tendências no interior da Central, portadoras de posições políticas diferenciadas: de um lado, a Articulação Sindical, com uma concepção sindical inspirada na tradição européia, que propugna por uma sociedade cujo centro seja o mercado e por um movimento sindical que se contraponha às desi-

gualdades geradas no seu interior; de outro, a CUT pela Base, que compõe um campo que quer manter a CUT orientada para os princípios de democracia e de socialismo. É no III CONCUT, realizado em Belo Horizonte, em 1988, com 6243 delegados, que o centro do debate se dá em torno das mudanças estatutárias embrionariamente presentes no Congresso anterior. Mesmo reafirmando sua posição pró-socialismo, este Congresso rompe com um dos pilares da concepção cutista de democracia: a tirada de delegados aos congressos regionais, estaduais e nacional. Ganha espaço crescente a concepção européia de representar apenas trabalhadores sindicalizados. Até então, as delegações aos congressos da CUT eram construídas a partir das assembleias gerais, segundo o número de trabalhadores na base, garantindo assim um efetivo poder da base representada. Este CONCUT altera este critério determinando que a tirada de delegados passe a ser feita nos congressos estaduais, estabelecendo uma espécie de funil, segundo o qual um trabalhador que não tenha vinculação direta com certa força política fica praticamente impedido de participar em CONCUTs. Isto determina a ocorrência de uma série de problemas: a participação do sindicalismo rural é duramente restringida, dado a baixa taxa de sindicalização; a APEOESP (sindicato dos professores do estado de São Paulo), por exemplo, pelo novo critério tem direito a mais delegados aos CONCUTs que alguns estados do nordeste juntos. A diminuição da participação das oposições sindicais, o princípio de representar somente trabalhadores sindicalizados e o impedimento da tirada de delegados pela base reunida em assembleias gerais, indicam a negação prática das idéias centrais de democracia operária que animaram a fundação da CUT.

"A diminuição da participação das oposições sindicais, o princípio de representar somente trabalhadores sindicalizados e o impedimento da tirada de delegados pela base reunida em assembleias gerais, indicam a negação prática das idéias centrais de democracia operária que animaram a fundação da CUT."

1 - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres; trata-se de uma central sindical mundial nascida do movimento sindical de direita norte-americano e social-democrata europeu, no bojo da guerra fria, com uma trajetória política tão truculentamente conservadora a ponto de um documento de congresso da ANDES-SN (Caderno de Teses-1982) resumir adequadamente: "a CIOLS é tudo o que combatemos no sindicalismo".

2 - Trata-se de uma instância tri-lateral, onde empresários, trabalhadores e governo "negociam" estratégias para sair da crise, numa espécie de versão acanhada de pacto social, delimitada a um ou mais setores, onde o governo renuncia tributos e os trabalhadores renunciam a luta política; o argumento dos ideólogos do que ficou conhecido como "acordo das montadoras" é de que "os atores estavam de joelhos" ante a crise, com demissões de um lado e prejuízos contábeis de outro; as análises econômicas deste início de ano, ao fazerem o balanço do acordo são unânimes: as montadoras registram uma produção recorde em 93 embora o nível de emprego tenha, no máximo, se mantido. (vide p.ex. FSP, p.2, 8.01.94)

O IV CONCUT ocorreu em São Paulo, com a participação de 1554 delegados, todos ou quase todos vinculados à força política A, B, C, etc., onde a possibilidade do debate político se amesquinha e onde a capacidade de convencimento a partir do melhor argumento político é praticamente nula. O caderno de resoluções deste CONCUT festeja o cerceamento da democracia operária:

"Terminou a fase dos congressos de massa, verdadeiros atos públicos que não ofereciam o mínimo de conforto para se poder pensar, discutir e elaborar propostas para o próximo mandato.(...) Do ponto de vista organizativo procurou-se compensar a realização de um Congresso não massivo com a melhor qualidade possível de transporte, alojamento, infra-estrutura de local, criando condições adequadas para um bom trabalho dos delegados" (grifo nosso, Resoluções do IV CONCUT, 1991, p.2)

Foi o CONCUT "padrão nota 10", segundo GIANNOTTI e NETO:

"Já se foi o tempo em que os delegados aos congressos nacionais da CUT ... discutiam como dar respostas concretas aos ataques do governo, planejavam a Greve Geral ao canto alegre da Internacional. De fato o Congresso foi nota 10... limpo, organizado, sem aqueles delegados todos dormindo em colchonetes nas arquibancadas dos estádios e comendo marmitas azedas sentados na grama... Sem camponeses de chinelos de dedos, nem nordestinos de chapéu de couro. Realmente ele foi TOTALMENTE DIFERENTE!" (1991, p.67).

Foi o Congresso que apresentou um lamentável espetáculo de ma-

nobras (redução de delegados em Minas e Bahia), de sectarismo político e de negação do debate político, dando lugar, inclusive, a agitações físicas entre delegados de diferentes posições na plenária que deliberou sobre a questão da proporcionalidade (simples ou quociente) na composição da executiva. Nesta votação ocorreram cinco votos em separado que, por acordo entre as posições, seriam abertos no caso da possibilidade de modificar o resultado final da votação. Estes cinco votos, já que eram identificados porque as cédulas eram numeradas segundo o número do delegado ao Congresso, modificariam o resultado final, favorável à Articulação Sindical, razão pela qual não só não foram contados como foram incinerados.

Ainda neste Congresso foi encaminhado pela força majoritária o debate sobre a filiação da CUT à CIOLS, decisão que acabou sendo remetida para uma próxima plenária nacional, que acabou deliberando pela vinculação da Central à este organismo internacional¹.

Do IV CONCUT para cá o processo de degeneração da Central se consolidou, a disputa por espaços no aparelho burocrático passou a ser encarniçada, em substituição aos princípios de luta emancipatória que animaram a fundação da Central. O paroxismo desta orientação podem bem ser exemplificados, entre muitos outros, com alguns episódios na direção política da CUT que demarcam com precisão seu recuo ideológico.

1. Filiação da Central à CIOLS;
2. Estabelecimento das "Câmaras Setoriais"² como instância central na luta sindical.
3. Participação nos debates reformista da previdência proposta pelo governo, cujo único objetivo é a redução e/ou anulação de direitos previdenciários historicamente conquistados;

4. Inúmeras mudanças estatutárias (fim dos congressos de base, impedimento de filiação de trabalhadores não sindicalizados, reduções de bancadas, etc.), cujo objetivo central parece ser o de garantir uma certa maioria de uma força política no comando da CUT.

Desta forma, uma das mais fortes organizações sindicais no cenário internacional, vai progressivamente abandonando seus princípios de democracia operária, de enraizamento da base, de autonomia e independência, de defesa do socialismo, e se transformando num aparelho burocratizado internamente e inofensivo externamente.

A contribuição de GRAMSCI ao marxismo nos parece adequada para uma tentativa de compreensão das contradições e impasses que marcam o movimento sindical brasileiro neste final de século. O marxista italiano, ao examinar os movimentos que designou como "correlações de força" descreve três momentos porque passa uma classe fundamental na construção da nova racionalidade:

Inicialmente, a classe existe em sua materialidade, sem, no entanto que esta existência represente uma existência política coletiva. Este primeiro momento, nas palavras de GRAMSCI:

"permite verificar se na sociedade existem condições necessárias e suficientes para sua transformação; permite controlar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que ela gerou durante o seu curso"(id, p.49).

Um segundo momento a classe está organizada coletivamente onde o que contam são os interesses econômico-corporativos, ou interesses materiais mais imediatos; é, no entanto, um momento político onde possui alguma consciência de suas possibilidades de enfrentamento

coletivo e organizado. GRAMSCI ainda o subdivide em dois. Um primeiro, rudimentar, cujo âmbito de ação não extrapola a esfera do economicismo. Este é seguido de outro onde se adquire a "consciência da solidariedade", e onde, mesmo ainda restrito ao campo econômico, já se coloca a questão do Estado, numa perspectiva de conquista de "igualdade político-jurídica com os grupos dominantes", ou



" (...) reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes"(id. p.50)

Enfim, um terceiro momento, onde a classe não só organiza-se em torno de seus interesses materiais de corporação, como consideram em

3 - A este respeito é bastante esclarecedor do texto de DIAS (Cadernos ANDES-SN, 1993) sob o título Educação e Cidadania: Classes e Racionalidades. "A cidadania, sob o capitalismo, é pensada como uma determinação de mercado. Determinação abstrata de uma "racionalidade eterna", "meta-histórica". (...) Do ponto de vista do mercado, desaparecem as determinações de operário e capitalista e de dominado e dominante. Exploração e opressão são tornadas palavras vazias pelo efeito mágico da idéia de cidadania. Tudo se passa como se todos fossem iguais" (p. 81)

seus movimentos os interesses dos demais grupos subalternos. É a fase

"que assinala nitidamente a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas (quando) as ideologias anteriormente germinadas tornam-se 'partido' (...) determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral" (id.p.50)

Estes movimentos são seguidos pelo definitivo que é o da relação de forças militares, ou da criação de um novo "bloco histórico", onde a perspectiva de ruptura com a antiga ordem é claramente dada.

Tendo por base essa análise Gramsciana dos movimentos sociais, é razoável sugerir que a Central, que nasceu alimentando no imaginário das classes subalternas do país um projeto classista, se demora (ou estacionou) entre as duas primeiras fases do segundo movimento da correlação de forças sugerido por GRAMSCI, não só abandonando a noção de "acelerar o futuro", de que nos falava o mesmo autor, mas como, aparentemente ao menos, estar encontrando uma enorme (embora não intransponível) dificuldade de conceber uma prática sindical que aponte para a construção de um projeto que contemple a criação de uma "vontade coletiva nacional e popular", rompendo com a heteronomia em relação às classes dominantes.

Não constitui novidade constatar que no interior da Central inexistia uma concepção sindical minimamente homogênea; desde sua fundação a CUT é animada por convicções políticas as mais diversas. Há, no entanto, como já tivemos a oportunidade de mencionar um setor da Central (ou seria um conjunto de setores?), que detem a maioria no jogo de forças políticas.

GRAMSCI ao se referir aos está-

gios que a consciência humana e coletiva assumem identifica três fases: o senso comum (características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época e lugar), a religião (concepção de mundo mais norma de conduta, ou "um conjunto de escrúpulos que dificultam o livre exercício de nossas faculdades" (1989, p.350)) e finalmente o plano da filosofia, não a filosofia contemplativa, mas uma filosofia que seja o elemento plasmador de uma historicidade classista, onde o autor encontra a grande dificuldade, a grande questão para a filosofia: "elaborar uma filosofia que se torne senso comum renovado pelo rigor e pela coerência das filosofias individuais, numa palavra: uma filosofia da práxis" (id., p. 356).

O argumento que sustentamos aqui é que, no plano da ideologia a nova *civiltà* vem perdendo terreno crescentemente para uma prática sindical de orientação reformista, onde a busca da igualdade político-jurídica (GRAMSCI) é entendida como fim, onde o poder taumáturgico da palavra cidadania se exerce em sua plenitude³. Com isso, a noção de construção de uma nova racionalidade se torna cada vez mais rarefeita no discurso e na prática da Central. Sem pretender fazer uma análise definitiva ou exaustiva, podemos identificar alguns fatores, entre muitos outros possíveis, que contribuíram para determinar este recuo:

a) a religiosidade/misticismo, tão próprios da formação histórica de nosso povo; em anos recentes observou-se um recuo progressivo do caráter contestatório e de rebeldia contra a ordem que constituíram a tônica do aparecimento de certas formas mais populares de expressão religiosa do catolicismo, notadamente as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base); além disso esta religiosidade/misticismo têm suscitado o aparecimento de formas ditas

"carismáticas" de expressão religiosa no âmbito do próprio catolicismo e, ainda, assiste-se o crescimento importante de novas religiões, as igrejas neo-pentecostais, cujo eixo ideológico é claramente conservador;

b) a onda neo-liberal instalada pelos períodos do tatcherismo e Reaganismo, na Inglaterra e EUA respectivamente, cujo reflexo no Brasil se traduz no Governo FHC;

c) a estratégia permanente por parte do capital de desconstrução do trabalhador coletivo, quer via inovações tecnológicas, quer via novas práticas gerenciais; e

d) os desempregos, o conjuntural da crise econômica e o "estrutural", provocado pelas novas tecnologias, que reforçam práticas políticas do tipo *interna corporis* e,

e) um recuo ocorrido no âmbito do ideário socialista, determinado pelo esgotamento de uma forma de construção socialista no leste europeu, nos países do chamado socialismo realmente existente.

É compreensível que esta conjunção de fatores, associados ainda a um preparo teórico não satisfatório de uma parcela importante dos intelectuais orgânicos vinculados à Central, determinasse o aparecimento de indícios ideológicos relevantes de abandono de uma perspectiva de classe para a luta política da Central. Relacionado com isso, mudanças estatutárias que tem ocorrido na entidade que não só dificultam o retorno da Central aos princípios que nortearam o seu nascimento como apresenta sinais de um processo de institucionalização, onde a ordem capitalista funciona como limite, e a cidadania como projeto⁵.

GRAMSCI pensava o reformismo como a evidência da incapacidade da classe trabalhadora em enfrentar a burguesia, tomada igualmente como classe. O reformismo estaria para o movimento das classes subalternas assim como o naciona-

lismo para a burguesia, são os dois lados de uma realidade que espelha a imaturidade ideológica de ambas as classes, ou estágio ideológico menos refinado. Ocorre que esta análise GRAMSCI fazia da Itália (mais ou menos entre os anos 17 a 20), onde se dava um processo de industrialização tardia, e era, portanto, razoável e correto pensar esta questão como confrontação, na luta política, entre o nacionalismo e o reformismo, e que o confronto definitivo se daria entre estas duas racionalidades quando atingido o seu grau de maturidade ideológica: de um lado o liberalismo de outro o socialismo.

Nosso entendimento é o de que, a fase vivida pelo movimento sindical brasileiro pode ser perfeitamente compreendida a partir do material histórico analítico desenvolvido nas categorias de movimento Gramscianas, dotando-as de vigorosa atualidade histórica e rigor explicativo.

Uma leitura possível, no plano que GRAMSCI denomina estrutural, é a de que houve no interior da Central a idéia de construção, "no pulsar da luta política", de uma nova racionalidade que foi, no entanto, pelos inúmeros fatores acima arrolados (entre outros), abandonada. Então, a natural necessidade de pertencimento ideológico foi preenchida, no imaginário da massa, pelo culto à cidadania e às reformas necessárias para atingi-la, devidamente corroborado por este aparelho privado de ideologia, a Igreja⁶.

Examinando a questão num plano mais geral, este fenômeno de recuo ideológico (plenamente reversível) não é restrito ao Brasil. Pelo contrário, esta "marcha-a-ré da história" associada aos impactos das novas tecnologias, associada ainda a uma crise recessiva de caráter global, têm trazido dificuldades crescentes para o conjunto das classes trabalhadoras, quer ideoló-

4 - As dúvidas em relação ao fato de que as inovações tecnológicas com base na micro-eletrônica e na robótica parecem não existir mais, ou seja: quanto mais moderno e mais racional o capitalismo maior o recuo do trabalho humano necessário; MARX, num exame de grande atualidade, previu os efeitos sobre os avanços da técnica sobre o trabalho na produção de mercadorias.

5 - "Para que cidadania não seja uma palavra absolutamente vazia, o requisito fundamental é a necessidade de que ela possa expressar as diferenças sociais mais do que espelhar/cristalizar a subordinação mecânica e automática da imensa maioria da população. A cidadania (e a democracia) devem ser compreendidas como espaço de luta, espaços contraditórios onde as vontades classistas (e dos seus indivíduos) se exercem. Espaços abertos de participação real na construção da história, e não apenas de legitimação social do regime e das classes dominantes." (DIAS, 1983, p. 89)

6 - A Encíclica *Rerum Novarum*, cujo autor foi o papa Leão XIII, no longínquo ano de 1891, ou seja quando o capitalismo destruía a institucionalidade anterior do feudalismo para firmar-se como nova forma de organização da sociedade, estabelecia: "O primeiro princípio a por em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição" (p. 18) E, mais adiante, numa notável antecipação à FORD: "O Cristianismo, além disso, prescreve que se tenha em consideração os interesses espirituais do operário e o bem de sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada completa satisfação, que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos da economia" (p. 21). Nessa confluência de: interesses espirituais, sedução, espírito de família e hábitos da economia, temos, além de uma apreciável antecipação ao Fordismo, o resumo de uma matriz ideológica absolutamente clara e acabada, temos uma *Weltanschauung*, muito embora não seja a que se desejaria.



gica (na denominada "crise de projeto") quer organizativa (diminuição da taxa de sindicalização).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quinhentos anos as classes dominantes tem feito do aparelho de Estado e da riqueza do país sua inalienável propriedade. Isso nos conduz à inevitável conclusão demoram-se as classes subalternas em partir para o movimento decisivo de construção de uma vontade coletiva nacional popular, que possibilite amalgamar as grandes massas de trabalhadores, da cidade e do campo, para constituir-se numa "força jacobina eficiente". O argumento que sustentamos é o de que o movimento sindical, expresso por uma central sindical, organizada em todos os quadrantes do país, possui um papel decisivo na reforma intelectual e moral que propiciará a construção de uma nova racionalidade, e que, neste sentido, uma central sindical classista, pode e deve constituir-se como uma espécie de espinha dorsal do moderno Príncipe.

"O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna" (GRAMSCI, 1989, p.9)

Sem as armadilhas do reformismo e do voluntarismo, como sugeria GRAMSCI, o "dever da intransigência" na construção da nova racionalidade, é o imperativo histórico para aqueles que pensam que a história não acabou. Naturalmente

te, este "dever da intransigência" de vir acompanhado com a "tolerância" de que nos fala o pensador marxista italiano.

A construção do novo projeto hegemônico, cujo método é a filosofia da práxis, contrariamente aos modismos veiculados pela economia burguesa tais como globalização, mundialização, fim dos estados nacionais, etc., possui um aspecto nacional, muito embora o aspecto internacional deve ser sempre colocado igualmente em perspectiva:

(...) segundo a filosofia da práxis (na sua manifestação política), seja na formulação de seu fundador, mas especialmente na definição de seu recente grande teórico, a situação internacional deve ser considerada no seu aspecto nacional. Realmente, a relação 'nacional' é o resultado de uma combinação 'original' única (em certo sentido), e para dominá-la e dirigi-la é preciso compreender e conceber esta originalidade e unicidade. É certo que o desenvolvimento verifica-se do sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é nacional, e é deste ponto de partida que se devem adotar as diretivas" (GRAMSCI, 1989, p.130).

A formação econômica capitalista, ao par de desenvolver em níveis inéditos as forças produtivas materiais, desenvolve numa mesma proporção suas contradições iminentes. O paradoxo da luta de classes neste final de século pode ser pensado na forma como a classe operária acumulou poder político em sua mão, na mesma medida da concentração de trabalho em apenas um operário, de tal sorte que, objetivamente, a classe burguesa nunca esteve tão suscetível a tama-

nha concentração de poder político em um número tão reduzido de operários. Em outras palavras, nunca o processo produtivo esteve tão vulnerável à ação organizada da classe operária, o que leva HUMPREY, ao analisar o modelo japonês, a perguntar:

"Como é possível que os operários japoneses não utilizem o controle de que dispõe sobre o trabalho para alcançar objetivos diferentes daqueles fixados pela empresa?" (apud VIERA, 1995, p. 268).

Objetivamente nunca tão perto; subjetivamente nunca tão distante: parece resumir-se nesta expressão o paradoxo vivido pela luta de classes neste final de século.

GRAMSCI em sua célebre análise sobre o fenômeno americano insistia no fato de que, muito embora trabalhando sob condições de trabalho extremamente intensificado, o operário, após um período de adaptação, continua detendo a capacidade de pensar, inclusive e principalmente a capacidade de ter "pensamentos pouco conformistas". As novas tecnologias de gestão, muito embora elevem em níveis inéditos a intensificação do trabalho e da exploração em nada alteram a assertiva gramsciana, o que torna atual o prognóstico do marxista italiano:

"Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais 'condenados', mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais dessa nova ordem. Eles 'devem' encontrar o sistema de vida 'original' (...) para transformar em 'liberdade' o que hoje é 'necessidade'" (1989, p.412)

Bibliografia

- ANDES-S.N. - **Caderno de Teses**. Brasília, 1992.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- CUT. **Estatuto**. I Congresso, 1984.
- CUT, **Resoluções do II Congresso**. Rio de Janeiro, 1986.
- CUT, **Resoluções do IV CON-CUT**, São Paulo, 1991.
- CUT. **Caderno de Teses ao IV CON-CUT**, São Paulo, 1991.
- CUT PELA BASE. **Construir a CUT pela base**. Tese ao III Congresso Nacional, 1988.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Educação e Cidadania: Classes e racionalidades**. (in) Cadernos ANDES n. 10, Brasília, 1993.
- _____. **Projeto Democrático-Popular**. (in) Universidade e Sociedade, n. 8, ANDES-SN, Brasília, 1995.
- _____. **Revolução tecnológica ou nova dominação**. (in) Universidade e Sociedade, n. 10, ANDES-SN, Brasília, 1996.
- DRAIBE, Sônia. **As Políticas Sociais e o Neo-liberalismo**. (in) Revista da USP, São Paulo, mar-mai, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio, Zahar, 1973.
- GERARD, G. B. **A Nova Ofensiva do Imperialismo**. Texto de circulação Restrita, Florianópolis, 1996.
- GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, Sebastião. **CUT Ontem e Hoje**, São Paulo, Vozes, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. **Depois de Tudo Aquilo**. (in) BLACKBURN, Robin. Depois da Queda. São Paulo. Paz e Terra, 1992.
- KATZ, Cláudio e COGGIOLA Osvaldo. **Neoliberalismo ou Crise do Capital**. São Paulo, Xamã, 1995.
- LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo, Global, 1982.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. S. Paulo, Abril, 1982.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Obras Escolhidas**. 3 vol. São Paulo, Alfa-ômega, 19__.
- MARX, Karl. **O Capital**. Série Os Economistas. Vol. II. S. Paulo, Nova Cultural, 1988.
- SADY, José J. **Direito Sindical e Luta de Classes**.

A CUT diante do novo padrão de acumulação de capital: dilemas e desafios**

**Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando no Programa de História e Filosofia da Educação da PUC-SP e membro do Núcleo de Pesquisa Transformações no Mundo do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi diretor de política sindical da APUFSC (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina) - Seção Sindical da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) - Sindicato Nacional, filiadas à CUT.*

***Como este texto foi escrito em 1997, dedico-o ao companheiro Che, neste ano em que se comemora seu aniversário.*

"Nos países [da América], o povo mobiliza suas legiões, ano após ano, para conquistas que lhe custam imensos sacrifícios e que não têm o mínimo valor. São apenas pequenas colinas dominadas pelo fogo cerrado da artilharia inimiga. Os nomes delas são parlamento, legalidade, greve econômica legal, reivindicações por aumento salarial, constituição burguesa, libertação de algum herói popular. E o pior de tudo é que para ganhar estas posições têm que intervir no jogo político do Estado burguês e, para obter a autorização de entrar neste jogo perigoso, é preciso demonstrar que atuará dentro dos estritos limites da legalidade, que é bonzinho, que não representa perigo, que não passará pela cabeça de ninguém assaltar casernas ou trens, nem destruir pontes, nem punir os casacas e os torturadores, nem ir até as montanhas e erguer com o punho forte e definitivo a única e violenta afirmação da América: a luta final por sua redenção."

As mudanças que ora se processam no mundo do trabalho, sendo expressão aparente do novo padrão de acumulação de capital, traduzem no seu bojo uma série de desafios ao movimento sindical, particularmente aquele de cunho combativo, que, a bem da verdade, ainda não são de todo conhecidos. Ao contrário, a apreensão dos elementos essenciais dessas transformações em sua dinamicidade e, mais do que isto, a compreensão de sua relação com o sindicalismo brasileiro se constituem em uma tarefa nada fácil e ainda incipiente.

Com o propósito de contribuir para a discussão de tão importante tema, procuro analisar neste texto, primeiramente, tanto as transformações que ocorrem no mundo do trabalho decorrentes desse novo padrão de acumulação, quanto os impactos destas mudanças no sindicalismo no mundo e, particularmente, no Brasil. Em seguida, faço uma breve discussão a respeito da trajetória da CUT e, por último, discorro sobre os dilemas e desafios colocados à esta central sindical.

O novo padrão de acumulação e as mudanças no mundo do trabalho

A crise do regime fordista-keynesiano e a conseqüente emergência de um novo padrão de produção capitalista, denominado por Harvey (1993) de *acumulação flexível de capital*, vêm se expressando através de profundas modificações no mundo do trabalho. Ao abordar tal questão, afirmando que verifica-se uma múltipla e contraditória processualidade no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, Antunes (1995) elenca e analisa, com profusão de dados empíricos, cinco itens que caracterizam esta processualidade: 1. um processo de desproletarização do trabalho fabril; 2. uma tendência de subproletarização do trabalho, "presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, 'terceirizado', vinculados à 'economia informal', entre

tantas modalidades existentes" (idem, ibidem); 3. um enorme crescimento do contingente de mulheres, para além, inclusive, dos setores onde tradicionalmente a força de trabalho feminina sempre foi expressiva, o que propicia um aumento da exploração da força de trabalho, notadamente a feminina, tendo em vista que são geralmente empregadas em ocupações precárias e/ou de tempo parcial e em trabalhos "domésticos" subordinados ao capital; 4. um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrente da expansão do setor de serviços; e 5. uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, "que de um lado impulsiona para uma maior **qualificação** do trabalho e, de outro, para uma maior **desqualificação**"¹ (idem : 47, grifado pelo autor).

Para completar esse quadro, Harvey (1993) sublinha que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação e vem se estruturando com base em dois grandes grupos de trabalhadores, os do **centro** e os da **periferia**. O centro se compõe de empregados em tempo integral, gozando de maior segurança e outras vantagens e "deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel" (idem : 144). A periferia abrange dois subgrupos. O primeiro consiste em "empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho"; e o segundo "oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico" (idem, ibidem). Entretanto, assevera que a "atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos

1 - Esta é uma questão polêmica e ainda não resolvida. Paiva (1991), p. ex., ao fazer uma revisão da bibliografia internacional acerca do tema produção e qualificação para o trabalho detecta 4 teses a respeito da qualificação, a saber, tese da desqualificação, tese da requalificação, tese da polarização das qualificações e, por último, tese da qualificação absoluta e da desqualificação relativa (cf. idem : 24). Todavia, creio que uma das melhores análises a respeito de tal tema é desenvolvida por Machado (1996).

quando as coisas ficam ruins" (idem, ibidem).

Cabe, ainda, lembrar mais um aspecto importante concernente às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho: o incremento sistemático do desemprego, que vem sendo chamado por muitos de desemprego estrutural² e, por outros, de desemprego tecnológico. Creio que seja possível afirmar que, a respeito desta matéria, haja um consenso entre os estudiosos dos mais diferentes matizes teóricos e político-ideológicos. Mesmo os entusiastas e defensores do novo padrão de produção capitalista são obrigados a reconhecer que se trata de uma tendência praticamente insolúvel. Além de Harvey (op. cit. : 141), Mattoso (1995) apresenta uma tabela da taxa de desemprego, demonstrando sua evolução. Nos países da OCDE, esta taxa era de 3,2% em 1973, chegando a 6,4% em 1989, enquanto que nos países da comunidade econômica européia (CEE), passou de 2,4% para 9,0% no mesmo período (cf. idem : 83). As informações mais recentes nos dão conta que em alguns países da Europa, como é o caso da Espanha, a taxa de desemprego chegou a níveis alarmantes, ultrapassando a casa dos 20%. Uma longa reportagem da revista *Veja* (19/10/94) traz em seu título *A revolução que liquidou o emprego*, enquanto Joffily (1993) alerta que as "novas tecnologias" e as "novas formas de organização do trabalho" podem ser chamadas de *job killers* — assassinas de emprego.

Contudo, é preciso ressaltar que as características acima descritas nada mais são do que a expressão, no que diz respeito ao mundo do trabalho, do padrão de produção capitalista que começa a tomar feição por volta do início nos anos 70, a chamada acumulação flexível de capital. Tal padrão representa não só a busca de superação do modelo keynesiano-fordista, mas principalmente, a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação³ que precede o processo recessivo de

1973. Neste sentido, este novo padrão, em que pese suas substanciais diferenças, busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, quais sejam, a superação da crise e a manutenção da continuidade da acumulação capitalista, sob um novo patamar, sobretudo através da intensificação da exploração sobre a força de trabalho.

Com relação aos períodos anteriores, é esta mesma tese, em linhas gerais, que está contida nas análises feitas por Marx, especialmente nos capítulos XI a XIII d' *O Capital* (1983), que abrangem desde a cooperação até a maquinaria e grande indústria, passando pela manufatura, e por Braverman na sua obra *Trabalho e Capital Monopolista* (1983) que investiga o período taylorista-fordista. Nestes reconhecidos textos clássicos, os autores fazem uma análise primorosa acerca do desenvolvimento capitalista, em suas diversas fases, destacando as formas através das quais o capital foi se constituindo historicamente e, no seu movimento contraditório, sintetizado pela contradição de classe que é sua contradição fundamental, foi engendrando formas de intensificar a exploração sobre a força de trabalho. No seu processo de desenvolvimento, o capital tem de lidar com um conjunto de contradições geradas pela articulação de, entre outros, dois elementos básicos: a concorrência intercapitalista e a luta antagônica com a classe trabalhadora.

Por causa da concorrência, que é um elemento inerente a esse modo de produção, os capitalistas — sejam eles individuais ou grandes conglomerados globais — são constrangidos a fazer investimentos proporcionalmente maiores em capital constante em relação ao capital variável, o que diminui o valor unitário das mercadorias produzidas, proporcionando aos capitalistas que primeiramente assim o procederem uma condição favorável, mesmo que momentaneamente, na concorrência do mercado.

2 - Penso, entretanto, que tal definição — desemprego estrutural — seja no mínimo problemática, na medida em que o desemprego, numa taxa maior ou menor, conforme a conjuntura e o país, sempre foi um componente estrutural do capitalismo, mesmo durante a era keynesiana, formando o que se convencionou chamar de exército industrial de reserva (embora tal denominação não seja muito adequada), com vistas a manter o preço da força de trabalho sob constante pressão para baixo, garantindo, assim, níveis razoáveis de acumulação de capital. É verdade que o desemprego na atualidade tem características diferenciadoras em relação àquele do período anterior, mas o "conceito" de desemprego estrutural não me parece muito adequado para explicar tais diferenças.

3 - A maioria dos autores consideram-na como crise do petróleo, em decorrência do aumento dos preços deste insumo. Em minha avaliação, embora tenha características particulares que a distinguem de outras, trata-se essencialmente de uma crise típica de superprodução de capital, sendo o choque do petróleo apenas uma de suas manifestações aparentes. A respeito desta questão veja a análise, fundada em abundância de dados empíricos, desenvolvida por Mandel, 1990.

4 - A respeito dessas intrincadas questões, Marx tece uma minuciosa discussão em vários capítulos d' *O Capital* (1983). Meu objetivo não é o de fazer uma análise aprofundada delas, mas, tão somente, trazê-las à tona de forma resumida.

do e, ao mesmo tempo, permitindo-lhes auferir, durante um certo tempo, um lucro extra. Estas condições favoráveis são anuladas tão logo outros capitalistas implementam as mesmas — e até outras — inovações, o que gera uma diminuição generalizada do valor unitário das mercadorias e, portanto, de seu valor social (valor), neutralizando aquelas vantagens obtidas pelos primeiros. Toda vez, o processo se reinicia de forma constante e ininterrupta, o que acaba por gerar uma contradição inerente à acumulação capitalista, qual seja, uma tendência à queda da taxa de lucro, mesmo que a massa de lucro possa até aumentar. Tal fenômeno pode ser melhor apreendido através do que se segue: 1. como a taxa de lucro é resultante da relação entre a mais-valia e a soma do capital constante e variável; 2. como a mais-valia e, por decorrência, o lucro só podem ser produzidos pela força de trabalho, ou seja, pelo capital variável e nunca pelo capital constante; e 3. como há um investimento cada vez maior em capital constante em relação ao capital variável, ou seja, um aumento da composição orgânica do capital; resulta daqui uma queda tendencial da taxa de lucro que, evidentemente, não ocorre de maneira uniforme, e que se constitui como um dos elementos centrais das crises capitalistas. Dessa forma, é possível perceber que, se de um lado o aumento da composição orgânica do capital encaminha soluções para os capitalistas no que diz respeito à concorrência intercapitalista, de outro, causa problemas no processo de acumulação do capital, na medida em que provoca uma tendência de queda da taxa de lucro, cujo desdobramento mais grave é a eclosão das crises cíclicas de superprodução de capital⁴.

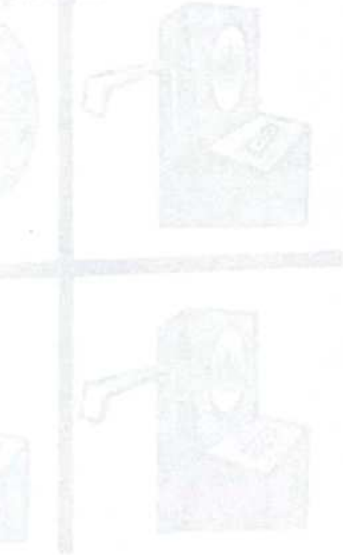
Por sua vez, é no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, que o capital engendra a solução, mesmo que precária e temporária, para a contradição descrita acima, basicamente através da destruição parcial do capital acumulado,

vale dizer, tanto capital constante, como variável. Destruição de capital constante significa aumento da capacidade ociosa das empresas, eliminação de mercadorias, falência de algumas empresas e absorção destas por outras, etc., e destruição de capital variável implica o rebaixamento de salários, aumento da taxa de desemprego e do exército industrial de reserva, fome, miséria, etc., o que propicia uma intensificação da exploração da força de trabalho — que é o principal segredo da retomada do crescimento e da continuidade da acumulação capitalista —, aguçando, assim, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais. A crise de 1972/73, e sua conseqüente recessão, podem ser consideradas como um dos exemplos mais importantes no período recente, pois representam não só a solução e, por conseguinte, a continuidade do processo de acumulação em seu movimento cíclico, como também demarcam a crise do modelo fordista-keynesiano — o que não significa, em absoluto, a sua eliminação — e, por esta razão, a necessidade de o capital gestar e construir um novo padrão de acumulação.

Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, tão em voga na atualidade e cuja expressão mais conhecida é o chamado *modelo japonês*, nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora, vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica político-econômica. Neste sentido, as empresas capitalistas têm procurado implantar os mais variados processos de trabalho — inovações tecnológicas articuladas com novas formas de organização e gestão da produção —, inclusive misturando características

"... as 'novas formas de organização do trabalho' podem ser chamadas de *job killers* — assassinas de emprego."

condições necessárias e primeiras das diversas processos de trabalho que vêm sendo implementados na atualidade, cujo desdobramento é a substituição das atividades sob total controle das empresas. Como é o caso de algumas casas de máquinas ou por meio de sistemas de controle de sinais, como a



" A destruição ou pelo menos a neutralização de formas organizativas dos trabalhadores, particularmente aquelas de cunho combativo, têm sido uma das condições necessárias e primeiras dos diversos processos de trabalho que vêm sendo implementados na atualidade, cujo desdobramento é sua substituição por alternativas sob total controle dos empresários, como é o caso do *sindicato-casa* no Japão, ou por sindicatos que *vestem a camisa* do atual projeto do capital."

dos diversos *modelos*, com vistas à intensificar a exploração sobre a força de trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização dos trabalhadores, principalmente aquelas de cunho mais combativo. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um padrão de produção único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de *modelos* produtivos, de acordo com as características de conjuntura - situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores, etc. - com o propósito de atingir os objetivos supra expostos.

Portanto, nesta chamada era da *globalização*, os diversos processos de trabalho são sempre particulares a determinados países ou regiões, empresas e até seções ou ilhas dentro de empresas e, neste plano, balizado analiticamente pela categoria de *trabalho concreto*, não é possível encontrar uma identidade entre eles. Tal identidade só pode ser desvendada no plano da universalidade, ou seja, quando se considera que os processos de trabalho estão subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista, tendo como base as categorias analíticas de *trabalho abstrato* e *trabalho produtivo de mais-valia*. Dessa maneira, se torna compreensível a razão pela qual os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, qual seja, encontrar as formas históricas mais adequadas para intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a *unidade na diversidade* dos processos de trabalho. Levando em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre

si, este é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde os seus primórdios, na cooperação até o keynesiano-fordista e o padrão que daí vem se originando. Não é por outro motivo que o subtítulo da obra de Braverman (1987), que na verdade explicita sua tese central, seja *a degradação do trabalho no século XX*. Neste sentido, as análises do padrão de acumulação de capital que vem se conformando no período recente, balizadas por um referencial teórico-metodológico marxista, vêm explicitando a *degradação do trabalho no final* do séc. XX.

O impacto das mudanças no sindicalismo no mundo

Pelas razões expostas até agora, era de se esperar que as mudanças oriundas da conformação do novo padrão de acumulação flexível de capital, tenham impactado profundamente o movimento sindical. Antunes (op. cit.) busca analisar as repercussões daquelas metamorfoses junto ao movimento dos trabalhadores, seja no universo da materialidade, bem como no da subjetividade, e a crise dos sindicatos que daí advém. De posse de inúmeros dados, o autor identifica nos itens seguintes os contornos e dimensões desta crise: 1. uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 80; 2. um abismo que se amplia entre os trabalhadores "estáveis", de um lado, e os trabalhadores vinculados ao trabalho precarizado, de outro, o que enfraquece o poder sindical e questiona o sindicalismo vertical; 3. avanços na organização sindical dos assalariados médios; 4. intensificação da tendência neocorporativa, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado ao sindicato, contra os segmentos que compreendem o trabalho precarizado; 5. fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores afetando as ações grevistas, que diminuíram significativamente; e 6.

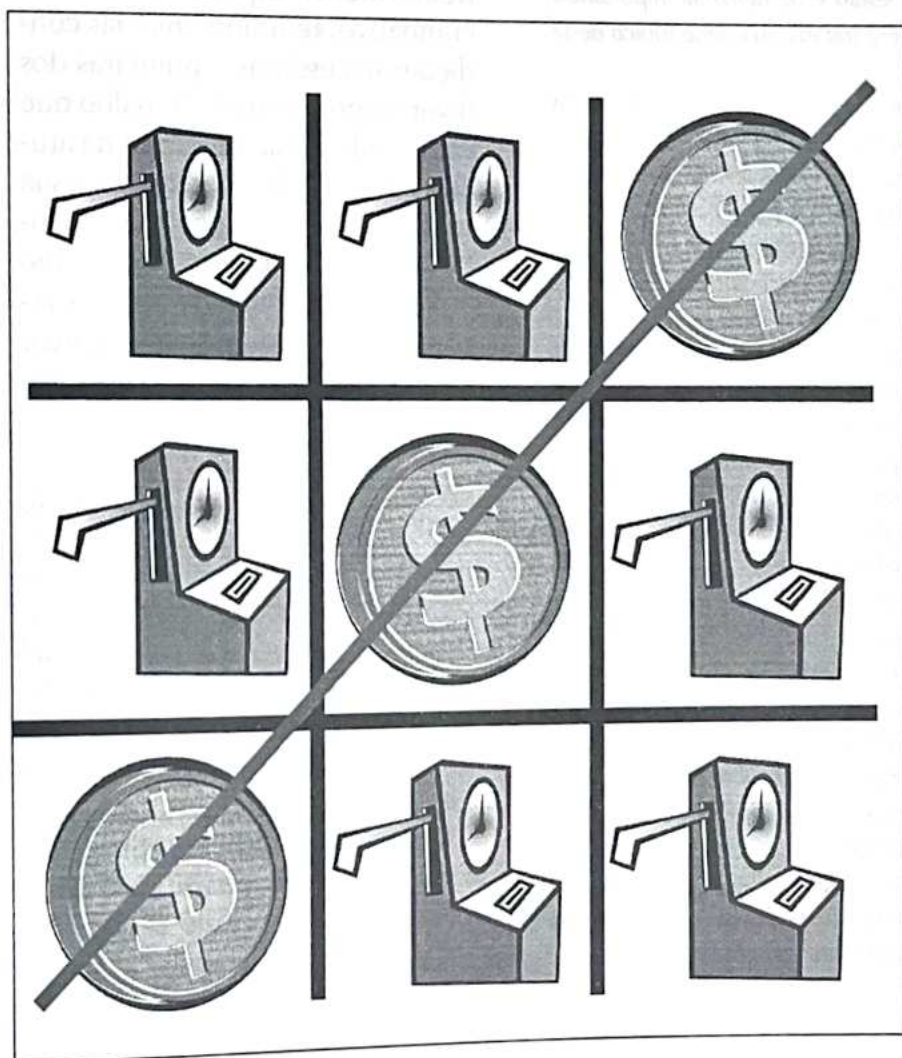
em razão dos itens anteriores, observam-se as possibilidades de desenvolvimento e consolidação da consciência de classe dos trabalhadores (cf. p. 59 ss).

Segundo o autor, esta crise sindical se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências: 1. uma crescente individualização das relações de trabalho, cujo desdobramento mais nefasto é o sindicalismo de empresa, o "sindicato-casa"; 2. um processo de desregulamentação e flexibilização ao limite do mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical; 3. a opção pelo **sindicalismo de participação**, que agora contabiliza prejuízos de brutal envergadura — dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos; 4. uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando com isso, "legitimidade" e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social; e 5. o capital amplia enormemente — por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos — sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista (cf. p. 65 ss).

Contudo, é preciso ressaltar que, como o objetivo central do novo padrão de produção capitalista é a intensificação da exploração sobre a força de trabalho, tendo em vista a resolução, mesmo que precária e momentânea, dos problemas causados pelo conjunto de contradições que são inerentes ao processo de acumulação, há uma redução gradativa e tendencial das possibilidades de reformas mais ou menos profundas no interior do capitalismo, inclusive

nos países centrais, onde aliás, em muitos deles, estas serviram de base para a implantação do *welfare state*, e também foram a razão do surgimento e consolidação do sindicalismo socialdemocrático. Para além do desemprego, que assola também os países centrais, convertendo-se num dos problemas mais graves da atualidade, conforme já visto anteriormente, e do conjunto de perdas sofridas pelos trabalhadores, talvez o exemplo mais cabal seja a generalização mundial da extração da mais-valia absoluta, inclusive para os países centrais. Desde o período da *subsunção real* do trabalho ao capital e do advento do imperialismo, que propiciou uma determinada divisão internacional do trabalho, a extração preponderante de mais-valia absoluta foi se circunscrevendo à periferia do sistema, de tal maneira a permitir, nos países centrais, a preponderância da extração de mais-valia relativa. Tal quadro se altera com o novo padrão de acumulação, que tem como uma

5 - A esse respeito, vide o sugestivo artigo de Meiksins (1996).



de suas características mais marcantes a globalização da extração de mais-valia absoluta, o que implica a globalização da superexploração da força de trabalho⁶.

O desdobramento disso é perceptível na diminuição acentuada do campo de atuação dos sindicatos, principalmente no que tange às atividades sindicais que lhes são próprias e específicas, tais como, as mobilizações e ações grevistas, a luta por melhores salários e pelo incremento dos postos de trabalho para absorção dos novos membros da PEA, a luta pela diminuição da jornada de trabalho e do tempo de vida ocupado com o trabalho, melhoria nas condições de trabalho e de vida - saúde, educação, previdência, lazer, etc., o que significa que este novo padrão se torna cada vez mais incompatível com o sindicalismo combativo e tem dificuldades de convivência até com o sindicalismo de cunho socialdemocrata. A destruição ou pelo menos a neutralização de formas organizativas dos trabalhadores, particularmente aquelas de cunho combativo, têm sido uma das condições necessárias e primeiras dos diversos processos de trabalho que vêm sendo implementados na atualidade⁷, cujo desdobramento é sua substituição por alternativas sob total controle dos empresários, como é o caso do *sindicato-casa* no Japão, ou por sindicatos que vestem a camisa do atual projeto do capital.

Para o sindicalismo combativo, de corte classista e anticapitalista, esta situação agudiza um dos dilemas que o acompanha desde os seus primórdios e que nunca foi satisfatoriamente equacionado, qual seja, a combinação e articulação das lutas conjunturais imediatas, no plano estritamente sindicalista, com a luta histórico-estratégica com vistas à superação da ordem capitalista⁸.

É justamente a partir da análise desse quadro de elementos articulados que Antunes extrai sua conclusão, que, para o sindicalismo, é

pouco alentadora:

"esse quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções afetou agudamente o movimento sindical, originando a **crise mais intensa** em toda a história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países do capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros" (idem : 65, grifado pelo autor).

A trajetória da Central Única dos Trabalhadores

Quando se faz uma retrospectiva do movimento sindical brasileiro, desde o seu ressurgimento quando ainda vigorava o tacão da ditadura militar, na segunda metade da década de 70 e durante os anos 80, e o comparamos com o movimento sindical da imensa maioria dos outros países, principalmente com aqueles dos países do Primeiro Mundo, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é a tendência oposta entre os dois, ou seja, enquanto na maioria dos países centrais o movimento sindical amargava, com algumas exceções, um processo de descenso, no Brasil, ao contrário, houve um intenso processo de crescimento. Isto não significa afirmar, entretanto, que sua trajetória só tenha sido ascendente. Antunes (1995) identifica, por exemplo, o período 1980/82 como de refluxo. Apesar disso, entre avanços e recuos, vitórias e derrotas, é possível afirmar — e esta é a opinião praticamente unânime entre os estudiosos do tema — que o saldo é o de um substantivo crescimento.

Entretanto, se se reconhece que, na época considerada, houve um significativo crescimento do movimen-

6 - Este é um dos temas mais importantes na análise desenvolvida por Harvey (op. cit.). Vide por exemplo p. 174 ss.

7 - A respeito disso, vide, p. ex., Leite (1995), Coriat (1994), entre outros.

8 - Esta questão é de tamanha importância que será tratada no último tópico deste texto.

9 - Esta posição é partilhada por todos os estudiosos da CUT, dos mais diversos matizes teórico-políticos. Além dos já citados, vide também Martins Rodrigues (1990), Gianotti & Lopes Neto (1991, 1991a, 1993), Gianotti (1993), Costa (1995) e Boito Jr. (1996).

10 - É preciso sublinhar que se trata de um caráter propositivo **dentro da ordem**, e não propositivo no sentido de uma estratégia que tenha em seu horizonte a superação da ordem.

11 - Esse processo de mudança, contudo, não vem ocorrendo de forma tranqüila; ao contrário, houve e tem havido no interior da CUT uma relação bastante conflituosa entre as diversas correntes político-ideológicas que a compõem, que, em alguns momentos, tende a se acirrar, principalmente por ocasião da realização dos congressos e/ou encontros da Central, ou ainda quando da deflagração de alguma ação grevista de maior fôlego, como foi o caso da greve dos petroleiros no primeiro semestre de 1995.

to sindical brasileiro, particularmente aquele do "campo cutista", numa situação oposta àquela que ocorria nos países centrais do capitalismo, no período próximo à virada da década de 80 para a de 90, este quadro começa a se alterar substancialmente, ou seja, a crise vivida pelo sindicalismo dos países centrais começa a se fazer sentir no sindicalismo cutista, de tal forma que é possível afirmar que, no desenrolar da primeira metade dos anos 90 entra em "sintonia" com o sindicalismo dos países do Primeiro Mundo. Tal fenômeno vem sendo constatado pelos estudiosos que têm se debruçado sobre esta questão. Além de Antunes (op. cit. : 52), Rammelho (1994), na conclusão de seu artigo, ao se referir sobre a CUT, afirma que "já é possível detectar uma mudança na estratégia sindical desta central" (idem : 169). Por sua vez, Rodrigues (1993) assinala que se inicia, "paulatinamente, um novo padrão de ação sindical do sindicalismo-CUT: ao invés de uma ação mais conflitiva, observa-se uma tentativa de busca de diálogo, de negociação, a todo custo" (idem : 240). Também Martins (1994) identifica, no movimento sindical cutista, a presença de uma "nova concepção" (idem : 14), uma tendência de passagem de um sindicalismo de confrontação para um sindicalismo de negociação, de concertação⁹.

Dessa forma, partindo da análise dos estudiosos, pode-se vislumbrar três fases na trajetória do sindicalismo cutista. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988 que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador¹⁰. Trata-se, portanto, de uma **mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindi-**

cal pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da "cidadania"¹¹.

Se, no entanto, esse processo de mudança da CUT é fatualmente perceptível e unanimemente constatado pelos estudiosos, as explicações para este fenômeno ainda são deveras incipientes e limitadas. E é compreensível que assim seja, pois trata-se de um fenômeno bastante recente. De qualquer maneira, é possível extrair das análises dos autores que vêm pesquisando esta problemática vários elementos explicativos acerca de tal processo.

Primeiramente, as profundas transformações político-econômicas que vêm ocorrendo neste final de século, expressas, principalmente, pela conformação da nova ordem mundial da acumulação flexível de capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, com a gradual inserção da economia brasileira, cujos desdobramentos para o movimento sindical já foram discutidos anteriormente; e pela derrocada dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim. Soma-se a isso tanto o fracasso da experiência revolucionária Sandinista, que serviu, durante algum tempo, como modelo ou referência para diversos movimentos sociais do campo da esquerda, inclusive no Brasil, como principalmente as duas derrotas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República, notadamente aquela de 1989.

No entanto, alerta Costa, "ao se aprofundar a análise sobre a história e a propalada 'crise' na CUT, percebe-se que ocorreram significativas alterações no cenário político-econômico internacional e nacional, que **por si só são insuficientes para explicar a atual situação** e o imobilismo existente na CUT." (Costa,

" Em outras palavras, a *margem de manobra* para a realização de reformas que interessam aos trabalhadores é cada vez menor, o que significa, de um lado, que um sindicalismo que busque *resultados* ou *alternativas* dentro da ordem capitalista tem cada vez menos possibilidades reais de conseguí-lo e, de outro lado e como desdobramento do primeiro, que o sindicalismo de *cunho combativo* deve fortalecer sua *dimensão classista*, pois se recoloca na ordem do dia um antigo dilema: a *necessidade da ruptura e da superação da ordem capitalista*, ou *seja, da revolução social*."

1995:146, grifado por mim). Por isso, para além desse *pano de fundo*, é preciso agregar um conjunto de elementos internos, que dizem respeito à própria trajetória da CUT, dentre os quais, pode-se destacar: 1. perda gradativa da perspectiva anticapitalista/socialista; 2. processo de burocratização, que tem resultado num sacrifício da democracia interna; 3. permanência dos aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial, em que pese as tentativas de sua superação¹²; 4. política de relações internacionais que se manifesta pela filiação à CIOSL, viagens, contatos e cursos junto às Centrais sindicais de linhagem socialdemocrata, que têm financiado várias atividades da CUT, inclusive as de formação sindical; 5. disputa com outras Centrais Sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical; e 6. determinada política interna que se expressa pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais, etc.

Contudo, é preciso sublinhar que se os elementos elencados anteriormente buscam explicar, mesmo que ainda precariamente, a profunda mudança na trajetória da CUT, eles só podem ser pensados articuladamente. Por outro lado, é possível afirmar que as condições objetivas se constituíram como elemento determinante no referido processo ou, em outras palavras, que a atual estratégia da CUT tem sido a resposta política construída pela Central para a realidade presente. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, manifestada pela consolidação do novo padrão de acumulação, e tendo em vista o fracasso das experiências de construção do socialismo, a estratégia tem sido a de conviver com o capitalismo, oferecendo alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores¹³. Isso explica a CUT *do sim* dos anos 90 como superação da CUT *do não* dos anos 80. Entretanto, não

quer dizer, em absoluto, que existia ou existe somente tal alternativa, mas esta tem sido a que efetivamente logrou ser vitoriosa e se consolidar.

CUT: dilemas e desafios

Na primeira parte deste texto, procurei demonstrar, dentro dos limites possíveis, que, por razões históricas-estruturais, principalmente pela necessidade imperiosa de intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora, o novo padrão de acumulação de capital é cada vez mais incompatível com um sindicalismo combativo e tem dificuldades de convivência até com o sindicalismo socialdemocrata, o que tem implicado uma sensível redução nas conquistas especificamente sindicais. Em outras palavras, a *margem de manobra* para a realização de reformas que interessam aos trabalhadores é cada vez menor, o que significa, de um lado, que um sindicalismo que busque *resultados* ou *alternativas* dentro da ordem capitalista tem cada vez menos possibilidades reais de conseguí-lo e, de outro lado e como desdobramento do primeiro, que o sindicalismo de *cunho combativo* deve fortalecer sua *dimensão classista*, pois se recoloca na ordem do dia um antigo dilema: a *necessidade da ruptura e da superação da ordem capitalista*, ou *seja, da revolução social*.

Mesmo partindo do pressuposto segundo o qual não se pode confundir o sindicato e a central sindical com uma organização partidária, tudo isso repõe a necessidade de se voltar a discutir uma *velha* questão que sempre esteve presente no *campo da esquerda* e no seio do movimento operário de orientação marxista: a relação entre reforma e revolução. Sem a pretensão de desenvolver uma análise aprofundada desta intrincada e polêmica questão, que seria impossível nos limites deste estudo, buscarei apresentar, de forma resumida, como alguns dos principais autores-militantes de linhagem marxista abordaram

tal temática, para daí extrair algumas conclusões.

Sem dúvida, um dos primeiros a entrar na polêmica foi o próprio Marx, justamente num momento — meados da década de 60 do século passado — em que estava ocorrendo uma onda de greves na Europa. Instigado e irritado por um discurso feito pelo operário John Weston, membro do Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), segundo o qual a luta dos trabalhadores por aumentos salariais é inútil e a ação sindical ineficaz, Marx elabora um estudo com o escopo de demonstrar as falácias de tal proposição e o apresenta em duas sessões do Conselho Central da AIT. Neste texto — que foi publicado em português com o título *Salário, preço e lucro* (Marx, 1988) — Marx expõe, pela primeira vez, o resultado parcial de suas investigações, ou seja, suas principais teses acerca do salário, valor, mais-valia, lucro, etc., categorias centrais de seu futuro *Capital* (que nesta época já estava sendo redigido) e, com esta base, defende a necessidade premente de os trabalhadores lutarem por aumentos salariais pois, ao contrário do que propugnava seu opositor, “uma elevação geral do nível dos salários originaria uma queda geral da taxa dos lucros, mas não afetaria, de um modo geral, os preços das mercadorias” (idem : 85). Na verdade, como se pode perceber, a luta sindical por aumentos salariais deve ter como objetivo atingir a *espinha dorsal* da acumulação capitalista, qual seja, a taxa de lucro, e justamente por esta razão os capitalistas são impelidos a travar uma luta no sentido diametralmente inverso, ou seja, pela redução do salário. Aliás, sobre esta questão, Marx não nutre nenhuma ilusão. No final de sua explanação demonstra que

o próprio desenvolvimento da indústria moderna deve necessariamente fazer pender sempre a balança a favor do capitalista em

prejuízo do operário e, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista não reside em elevar o nível médio dos salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir, mais ou menos o **valor do trabalho para o seu limite mínimo** (idem : 84, grifado pelo autor).

Mas, pergunta o autor,

se a tendência das coisas dentro deste sistema é essa, significará que a classe operária deve renunciar a defender-se das usurpações do capital e abandonar os seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe oferecem para melhorar a sua situação temporariamente? (ibidem).

O próprio autor responde afirmando que

se o fizesse, ver-se-ia degradada numa massa informe, esmagada, de seres famintos para os quais não haveria salvação.(...) Se a classe operária cedesse covardemente no seu conflito diário com o capital, privar-se-ia sem dúvida da possibilidade de empreender movimentos de maior envergadura (ibidem).

No entanto, enfatiza que os trabalhadores não podem esquecer que, ao lutarem por aumentos salariais, “lutam contra os **efeitos** e não contra as **causas desses efeitos**, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam **paliativos** e não a **cura da doença**” (idem : 85, grifado por mim). Por isso

os “sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se li-

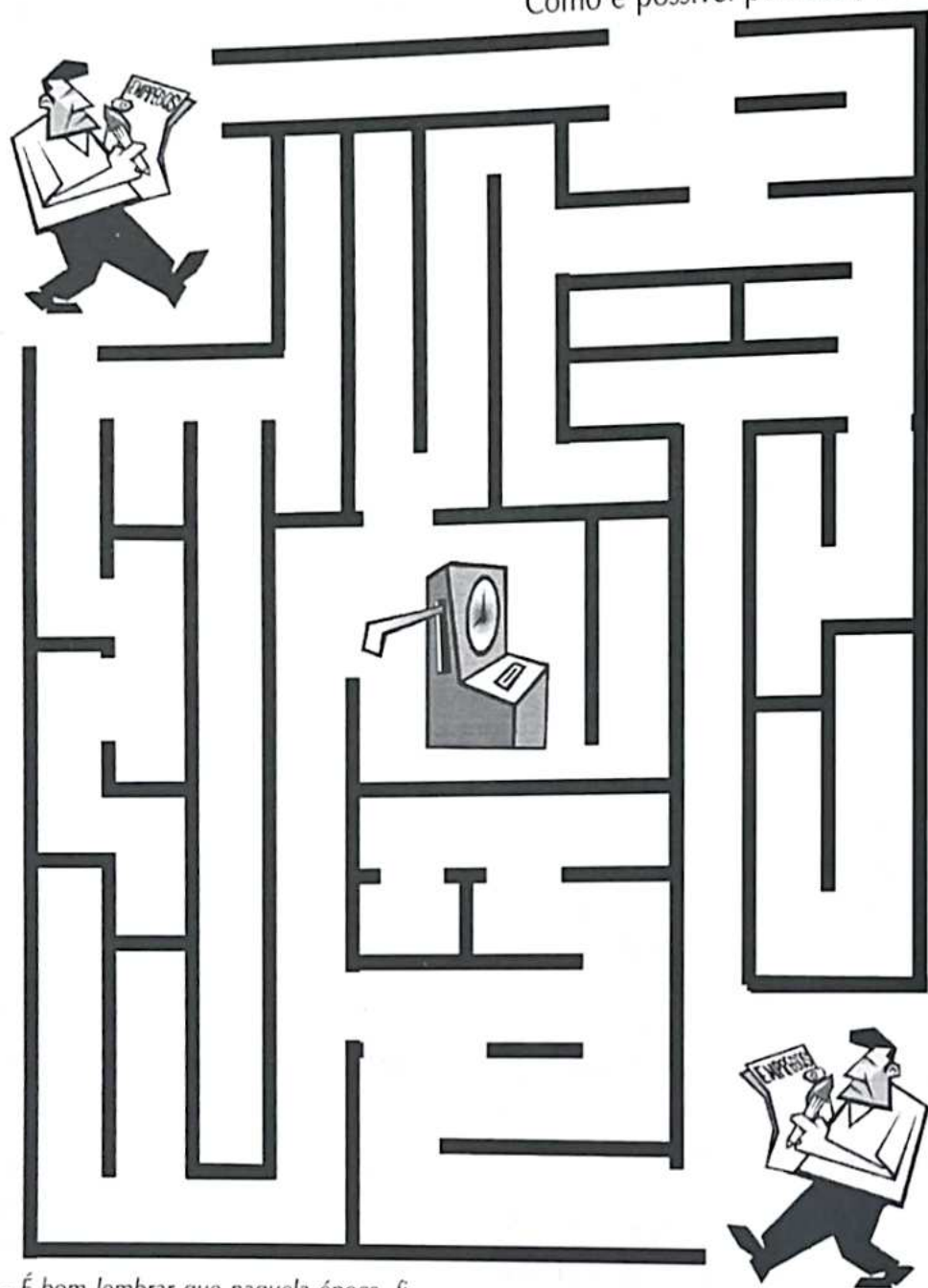
12 - Não deixa de merecer registro a análise desenvolvida por Boito Jr. (1991_a e 1991_b) segundo a qual a estrutura sindical, mesmo reformada por ocasião da Constituição de 1988, continua presente, inclusive no sindicalismo cutista, e “desempenha o papel de limitar e moderar a luta sindical dos trabalhadores” (Boito Jr, 1991_b : 50).

13 - Por esta razão uma das propostas mais difundidas na CUT pode ser sintetizada no lema crescimento com distribuição de renda.

"Se fosse possível que o capitalismo se adaptasse de tal modo a criar condições de produção e reprodução satisfatórias da vida humana, ou seja, que fosse se reformando, o que significa dizer em última instância que teria de eliminar suas próprias contradições internas, então a revolução seria desnecessária, porque o socialismo seria desnecessário."

mitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora. (...) Em vez da palavra de ordem conservadora "um salário justo por um dia de trabalho justo", devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: "abolição do salariado" (idem : 85-6, grifado por mim).

Como é possível perceber, Marx



14 - É bom lembrar que naquela época, final do século passado e início do século 20, social-democracia era a denominação dada às organizações partidárias de orientação marxista e, portanto, com uma perspectiva revolucionária, que pertenciam à II Internacional.

coloca como objetivo estratégico das organizações dos trabalhadores a construção da revolução. Não se trata, para ele, de uma simples possibilidade, mas de uma **necessidade** histórica. A revolução é a expressão da ruptura, do salto de qualidade, sem a qual é impossível passar da velha para a nova forma.

Não se pode, todavia, confundir revolução (tomada do poder) com uma simples ação militar de assalto ao poder (Putsch), com um mero golpe de Estado, ou com o momento insurrecional. Como essa confusão foi utilizada como expediente tático pelos reformistas na época da II Internacional, e como Rosa Luxemburgo se encontrava no seio dessa discussão, ninguém melhor que ela para fazer os devidos esclarecimentos:

esta objeção revela uma série de mal-entendidos quanto à natureza real e ao desenrolar de uma revolução social. Primeiro mal-entendido: a conquista do poder político pelo proletariado, quer dizer, a grande classe popular, não se faz artificialmente. Exceto em casos excepcionais — como a Comuna de Paris, onde o proletariado não obteve o poder no fim de uma luta consciente, mas onde o poder lhe coube como herança que ninguém queria — a conquista do poder político implica uma situação política e econômica que atingiu um determinado grau de maturidade. É esta a diferença básica entre os golpes de Estado, no estilo blanquista, levados a efeito por uma minoria atuante, desencadeados num momento qualquer e, de fato, sempre inoportunos, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente; uma tal conquista só pode ser o produto da decomposição da sociedade burguesa, contém em si própria a justificação econômica e política da sua oportunidade. (Luxemburgo, 1986:107).

Exatamente por causa disso, ou

seja, que a revolução pressupõe necessariamente um processo, um conjunto de mediações, voltemos à questão da relação reforma/revolução. Para Luxemburgo,

lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia¹⁴ vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. (1986:23, grifado por mim).

Podemos extrair daqui dois importantes ensinamentos. Primeiro que a revolução (tomada do poder) é uma necessidade, e que, por pressupor um processo, guarda uma relação não abstratamente dialética com a luta pelas reformas, mas uma relação em que ela é o **objetivo estratégico** (fim) e a luta por reformas é o **meio**. Em segundo lugar, há de se destacar um detalhe aparentemente irrelevante: não é a realização mesma das reformas que constitui a tática, mas a **luta por elas**; mesmo porque, sua realização depende do contexto econômico, da correlação de forças e da flexibilidade tática das classes em luta. Voltarei a esta questão mais adiante.

Se o traço marcante dos marxistas, que os diferencia dos reformistas, é a defesa da necessidade da revolução, enganam-se os mais incautos ao acreditar que o reformismo se caracteriza simplesmente pela negação formal da revolução. É claro que há reformistas e reformistas, e muitos deles admitem a negação explícita da revolução. Mas nem sempre é assim. O que caracteriza o reformismo sutil é o fato de que, embora faça a afirmação formal da revolução,

acaba por esvaziar o seu conteúdo, extraindo-lhe sua razão de ser. Para se entender melhor o que pretendo dizer é preciso fazer uma breve retrospectiva da gênese do reformismo, bem como da crítica que ele recebeu, no seio do movimento proletário.

Não se pretende analisar em detalhes a trajetória dos diversos reformistas, mesmo porque somente as diferenças entre eles já se constituiria como objeto de uma investigação específica. O que importa ressaltar é que os reformistas, mais explícitos ou mais sutis, desde Lassalle até o Kautsky da época de seu *superimperialismo*, passando por Bernstein e outros, chegam à mesma conclusão geral, qual seja, que o próprio desenvolvimento do capitalismo, através de sua adaptação, vale dizer, da superação de suas contradições, vai desembocar no socialismo, prescindindo assim da necessidade da ruptura. Percebe-se, portanto, que para o reformismo, a desnecessidade da revolução não é uma questão de princípio, mas é uma conclusão; não é o ponto de partida, mas de chegada. O seu traço característico é acreditar na possibilidade de adaptação do capitalismo — quaisquer que sejam os meios —, acreditar num processo de contínua evolução de reformas no âmbito do capitalismo. Dessa maneira, o reformista não precisa, necessariamente, negar formalmente a revolução; pode até afirmá-la, mas na medida em que crê naquelas possibilidades, esvazia seu conteúdo, arranca sua essência, transformando-a no desaguardo natural do processo de adaptações e reformas do capitalismo.

Contra essa posição se colocam, primeiramente, Marx e Engels, que fizeram duras críticas ao reformismo embrionário de Lassalle, especialmente na *Crítica ao Programa de Gotha* (Marx & Engels, s. d. v. 2), e depois, principalmente Rosa Luxemburgo com seu livro *Reforma social ou Revolução?* (Luxemburgo, 1986)

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. (1992) *A rebelião do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2.ed. São Paulo : Cortez/Ensaio.
- _____. (1995) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo : Cortez/UNICAMP.
- _____. (1995) *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas : Pontes.
- A revolução que liquidou o emprego. *Veja*. 19/10/94, p. 88-95.
- BOITO JR, Armando (org.). (1991) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo : Paz e Terra.
- BOITO JR, Armando. (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo : UNICAMP/HUCITEC.
- _____. (1991) Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo : Paz e Terra.
- _____. (1996) Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, vol.1 n. 3/ 80-105
- BRAVERMAN, Harry. (1987) *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro : Guanabara.
- BRESCIANI, Luis P. (1991) *Tecnologia, organização do trabalho e ação sindical: da resistência à contratação*. São Paulo : USP, Dissertação de Mestrado.
- BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o Imperialismo*. Esboço econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- CORIAT, Benjamin. (1994) *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro : UFRJ.
- COSTA, Silvio. (1995) *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia/São Paulo : Anita Garibaldi.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT. (1994) *Indicadores DESEP 94*.
- _____. (1994) *Anuário dos Trabalhadores*.
- EHRKE, Michael. (1994) *Relações de Trabalho no Japão*. São Paulo:IDELFES, n. 5.
- ENGELS, Friedrich. (s.d.) *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, Karl & _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, v.2.

- FLEURY, Afonso. (1993). Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In.: HIRATA, Helena. (org.) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP.
- FREEMAN, Richard B. (1986) Pueden sobrevivir los sindicatos en la sociedad postindustrial? SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE LAS PERSPECTIVAS FUTURAS DEL SINDICALISMO. (mimeo)
- GIANNOTTI, Vito. (1988) *Reconstruindo nossa história: 100 anos de luta operária no Brasil*. Petrópolis : Vozes.
- _____. (1993) *Collor, a CUT e a pizza*. São Paulo : Página Aberta/Es-crita.
- GIANNOTTI, Vito & LOPES NETO, Sebastião. (1991) *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis : Vozes.
- _____. (1991a) *CUT ontem e hoje*. São Paulo : Vozes.
- _____. (org.). (1993) *Para onde vai a CUT?* São Paulo : Página Aberta/ Escrita.
- GRAMSCI, Antonio. (1986) *Concepção dialética da história*. 6.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GOUNET, Thomas. (1992) O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista. *Debate Sindical*. n. 10/21-25.
- HARVEY, David. (1993) *A condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola.
- HILFERDING, Rudolf. (1985) *O Capital financeiro*. São Paulo : Nova Cultural.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. (1991). Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, 12(5)/173-185.
- HIRATA, Helena (org.). (1993) *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP.
- HUMPHREY, John. (1993) Adaptando o "modelo japonês" ao Brasil. In.: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP.
- _____. (1993) *New issues in the sociology of work*. 1st LATIN AMERICAN CONGRESS ON THE SOCIOLOGY OF WORK, México : UNAM (mimeo).
- JOFFILY, Bernardo. (1993) Uma revolução que desafia os sindicatos. *De fato*, ano 1, n.2/14-25.
- LARANGEIRA, Sonia M. G. (1994) Inovações tecnológicas e ação sindical:

polemizando com Bernstein, e Lênin que trava uma batalha com Kautsky em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (Lênin, 1989). É interessante observar que, embora o fulcro da discussão tenha sido político, tanto Rosa como Lênin recorrem a um instrumental de análise econômica do capitalismo cuja característica principal, naquela época, era o advento do capital financeiro e monopolista, ou seja, do imperialismo. Isso se deve ao fato de que era preciso investigar, utilizando-se do método materialista dialético, as determinações fundamentais, ou melhor, detectar as leis do movimento objetivo do capital em sua fase imperialista para que se pudesse vislumbrar as tendências daquele movimento. Não é por acaso que *Reforma social ou revolução?* de Rosa Luxemburgo tenha sido o ensaio geral de sua futura obra maior *A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo* (Luxemburgo, 1985), onde analisa com profundidade e controvertidamente, a natureza das crises, construindo, assim, os fundamentos de sua teoria do desenvolvimento e do colapso do capitalismo. O mesmo se dá com Lênin no texto acima citado, que se baseia, entre outros, em Marx, Hilferding - *O capital financeiro* (Hilferding, 1985) e Bukarin - *A economia mundial e o imperialismo* (Bukarin, 1986)¹⁵, e onde "se perde a maior parte do tempo" em discussões econômicas (para o leitor menos avisado trata-se de um simples compêndio de economia). Toda essa análise da economia lhes serve de base sólida para concluir, em oposição aos reformistas, que o desenvolvimento do capitalismo não só não vai atenuar ou eliminar as contradições internas, mas ao contrário, vai acirrá-las, de tal modo que o uso da violência reacionária por parte da burguesia seguirá na mesma proporção da agudização das contradições, o que poderá criar as condições objetivas para

que o proletariado use a sua violência revolucionária¹⁶, condição sine qua non para a construção de uma sociedade onde a violência entre as classes esteja relegada aos disquetes que registrarão a pré-história da humanidade, empoeirados nas bibliotecas informatizadas do futuro.

Dessa forma, pode-se concluir que a revolução não é o desdobramento de um processo de reformas. Se é verdade que existe uma relação dialética entre reforma e revolução, esta explicitação não é suficiente para se compreender a relação entre estes dois elementos. A revolução só é necessária exatamente porque o capitalismo não pode fazer reformas profundas, não pode eliminar suas contradições internas. A anarquia da produção, a concorrência entre os monopólios gigantes ou as megaempresas globalizadas, a partilha e repartilha das áreas de influência, o uso constante e crescente da violência (qualquer que seja sua forma), a concentração e centralização do capital, o incremento da composição orgânica do capital e a decorrente queda tendencial da taxa de lucro, as crises cíclicas de superprodução de capital e mercadorias, a exploração ascendente sobre o proletariado mundial, o arrocho salarial, a miséria, a fome, etc., tudo isso é condição necessária para o desenvolvimento capitalista. Se fosse possível que o capitalismo se adaptasse de tal modo a criar condições de produção e reprodução satisfatórias da vida humana, ou seja, que fosse se reformando, o que significa dizer em última instância que teria de eliminar suas próprias contradições internas, então a revolução seria desnecessária, porque o socialismo seria desnecessário.

(...)Ou a transformação socialista da sociedade é consequência, como anteriormente, das contradições internas do sistema capitalista e, então, a evolução do sistema inclui também o acerbamento

mento das suas contradições, acabando necessariamente um dia ou outro na derrocada sob uma ou outra forma, e nesse caso, os 'fatores de adaptação' são ineficazes e a teoria da catástrofe é justa. Ou os 'fatores de adaptação' são capazes de evitar realmente o desmoronamento do sistema capitalista e assegurar a sua sobrevivência, portanto, anular essas contradições e, nesse caso, o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica e, a partir daí, é tudo o que se queira, exceto o resultado do desenvolvimento material da sociedade. (Luxemburgo, 1986:31-2) Acreditar, portanto, que a revolução é o desdobramento de um processo de reformas do capitalismo é cair na ilusão da tese reformista, é transformar a revolução em conceito vazio. Se é verdade que a revolução é o salto de qualidade que ocorre a partir de um acúmulo de quantidades, isso não significa dizer que a revolução seja fruto de um acúmulo de **quantidades de reformas**, mas ao contrário, de um acúmulo de **quantidades de dificuldades e impossibilidades** de realizá-las, ou seja, acúmulo de **agudização de suas contradições internas**.

Essa afirmação não pode nos conduzir, entretanto, à conclusão de que o capitalismo não pode, em hipótese alguma, operar reformas no processo de seu desenvolvimento. Essa conclusão seria absurda, pois é possível constatar a olho nu sua incrível flexibilidade e capacidade de criar condições que lhe sejam favoráveis na tentativa de se perpetuar. Porém, é preciso enfatizar que as reformas acabam se restringindo à superficialidade do sistema, pois, como já vimos, se elas atingissem os elementos essenciais que o constituem, ou seja, as contradições que regem seu movimento, o capitalismo deixaria de ser ca-

pitalismo.

Não obstante, há de se considerar que se a tática das reformas pode ser utilizada pelo proletariado, pode também ser usada pela burguesia, na medida em que a realização delas consiga cooptar o proletariado, ou parte dele, convencendo-o da desnecessidade de superação do capitalismo. Confirmando a posição de que as relações imperialistas possibilitam um espaço maior de manobra para as burguesias dos países centrais, assim se manifesta Lênin a respeito da questão:

os elevados lucros que os capitalistas de um entre muitos outros ramos da indústria, de um, entre muitos outros países, etc. ..., obtêm do monopólio, dão-lhes a possibilidade econômica de corromperem certas camadas de operários e até, momentaneamente, uma minoria operária bastante importante, atraindo-a para a causa da burguesia que pertence ao respectivo ramo industrial ou à nação considerada e jogando-as umas contra as outras. E o antagonismo cada vez maior que as nações imperialistas revelam perante as ocupações de partilha do mundo reforça esta tendência. Assim nasce a ligação entre o imperialismo e o oportunismo. (Lênin, 1989:124-5).

Num outro trecho, citando uma carta de Engels, Lênin é mais esclarecedor:

Assim, Engels escrevia a Marx em 7 de outubro de 1858: 'Na realidade o proletariado inglês emburguesa-se cada vez mais e bem parece que esta nação, burguesa entre as demais, quer possuir, **ao lado** da sua burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Evidentemente que, da parte de uma nação que explora o universo

- crise nos sindicatos? In.: DINIZ, Eli; LOPES, José Sergio Leite; PRANDI, Reginaldo (org.). *O Brasil no rastro da crise*. ANPOCS/IPEA, HUCITEC.
- LEITE, Marcia de Paula. (1994) Modernização tecnológica e relações de trabalho. In.: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis : Vozes.
 - _____. (1995) Modernización Tecnológica y calificación. In.: GITAHY, Leda (org.) *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas : IG/UNICAMP, Buenos Aires, RED CIID-CENEP.
 - _____. (1993) Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho? *Educação & Sociedade*, n. 45/190-210.
 - LÊNIN, V. I. (1989) *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. S. Paulo : Global.
 - _____. (1982) Que fazer? In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo : Alfa-Omega, v.1.
 - LOPES NETO, Sebastião; GIANNOTTI, Vito (org.). (1993) *Para onde vai a CUT?* São Paulo : SCRITTA.
 - LÖWY, Michael. (1987) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo, Busca Vida.
 - LUXEMBURGO, Rosa. (1986) *Reforma social ou revolução?* S. Paulo : Global.
- 15 - O prefácio desta obra de Bukarin escrito por Lênin em 1915 é um prenúncio da tese que defenderá no seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1916.
- 16 - Ao falar de violência, não estou reduzindo-a somente à violência militar, mas tratando-a de forma abrangente: violência econômica, político-jurídica, ideológica, diplomática, militar, etc. Já nos ensinava Clausewitz, o grande teórico da guerra, que "a guerra é a continuação da política por outros meios". Poderia completá-lo dizendo: "a guerra e a política são a continuação da economia por outros meios". A miséria vivida pela maioria da população mundial é uma violência incomensurável do capitalismo; em contrapartida, a expropriação dos meios de produção da burguesia pelo proletariado não deixa de ser, também, uma violência.

- (1985) *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. S. Paulo : Nova Cultural.
- MACHADO, Lucília R. S. (1996) *Qualificação do trabalho e relações sociais*. In.: FIDALGO, Fernando S. (org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista.
- MANDEL, Ernest. (1990) *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo : UNICAMP/Ensaio.
- MARTINS, Heloisa de Souza. (1994) *Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização*. In.: _____; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo : HUCITEC - CEDI/NETS.
- MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. (org.). (1994) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo : HUCITEC - CEDI/NETS.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. (1990). *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo : Paz e Terra.
- _____. (1991) *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In.: BOITO JR. Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo : Paz e Terra.
- _____. et alii. (1991) *Retrato da CUT*. São Paulo : CUT.
- MARX, Karl. (1983) *O Capital*. Vol. I, São Paulo : Abril Cultural.
- _____. (1988) *Salário, preço e lucro*. São Paulo : Global, 6ª. ed.
- _____. (s.d.) *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo : Moraes.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (sd.) *Crítica ao programa de Gotha*. In : _____. *Obras escolhidas*. S. Paulo : Alfa-Omega.
- MATTOSO, Jorge. (1995) *A desordem do trabalho*. São Paulo : Scritta/Página Aberta.
- MEIKSINS, Peter (1996). "Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho". *Crítica Marxista*, vol. 1 nº 3/106-117. São Paulo: Brasiliense.
- NORONHA, Eduardo. (1991) *A explosão das greves na década de 80*. In.: BOITO JR., Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo : Paz e Terra.

inteiro, isso é até certo ponto lógico'. (1989:105-6. Grifado pelo autor).

Mas se tudo o que afirmei até aqui é verdade, ou seja, que o capitalismo não pode fazer reformas estruturais, mas somente superficiais; que o espaço dessas reformas tem sido tendencialmente menor no âmbito do novo padrão de acumulação de capital; e que a realização de algumas reformas superficiais pode se tornar uma tática da burguesia para cooptar parcelas do proletariado; caberia então perguntar como as reformas se articulam com o objetivo estratégico do proletariado — a revolução — de tal maneira que elas sejam meios de condução para esta última. É claro que não existe uma resposta única a esta questão, pois esta depende da análise da realidade na qual se desenvolve a luta entre as classes. Todavia, sabemos que, qualquer que seja a proposta para solucionar tal questão, dois elementos são imprescindíveis: as condições objetivas (desenvolvimento das forças produtivas, etc., que acarreta a agudização das contradições) e subjetivas (grau de consciência, organização e direção, etc.), sem as quais se torna impossível para o proletariado alcançar seu intento, na medida em que o processo revolucionário exige uma ação política deliberada, voluntária, consciente da classe revolucionária.

Pois bem, se a revolução pressupõe um conjunto de mediações, estas últimas não podem ser aquilo que se queira, mas devem ser táticas que conduzam ao objetivo estratégico. A luta por reformas só adquire um caráter de tática proletária quando seu objetivo é muito menos o de **conquistar posições** no capitalismo e muito mais o de **denunciar os limites da capacidade do capitalismo em se reformar**. É justamente na luta pelas reformas

que a massa do proletariado pode ir percebendo os limites do capitalismo e adquirindo consciência da necessidade de sua superação. A direção do proletariado tem de ter clareza da impossibilidade das reformas estruturais e por isso mesmo conduzir o conjunto da classe à luta pela exigência de reformas que a burguesia não pode fazer. Caso a burguesia consiga, por qualquer que seja a razão, realizar alguma reforma, cria as condições para transformar a tática proletária em tática burguesa. Por isso, ao conquistar qualquer reforma, o proletariado tem de lutar por reformas ainda mais profundas, que não possam de fato ser efetivadas. Isso significa que não é a conquista mesma das reformas que se constitui como tática, pois poderia criar na massa do proletariado a ilusão de que o capitalismo vai se reformando (tese reformista), mas sim a luta por reformas profundas, estruturais (impossíveis de se realizar no capitalismo), que possibilita a criação de condições para a elevação do nível de consciência das massas, ou seja, a percepção da necessidade da revolução (condições subjetivas). Como a tática das reformas pode ser utilizada tanto pelo proletariado, como pela burguesia, cabe à direção do proletariado tentar revertê-la a seu favor, o que pressupõe, neste aspecto, uma clareza da impossibilidade de realização de reformas estruturais.

O que temos aqui, portanto, é o seguinte: quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é o acirramento das contradições, mais reduzido se torna o espaço de reformas substantivas (condições objetivas). Exatamente por isso, o proletariado não só não deve abandonar a luta por reformas cada vez mais profundas, como, ao contrário, deve intensificá-la, não com a ilusão de conquistar tais reformas, mas com o intuito de transformá-la numa tática indispensável que sirva

como instrumento de criação e desenvolvimento da consciência e organização da classe (condições subjetivas) com vistas à transformação revolucionária do capitalismo. Dessa maneira, dependendo da forma como é conduzida, tal luta pode adquirir um caráter pedagógico, quer dizer, os trabalhadores vão aprendendo e percebendo, na própria prática da luta, os limites e possibilidades postos por este modo de produção e, portanto, a necessidade de superá-lo.

Ora, este é o caráter da luta que deve ser realizada por uma Central Sindical que nasceu sob a égide da combatividade, numa perspectiva anticapitalista e socialista. É claro que uma tarefa de tal envergadura não pode ser levada adiante somente pelo sindicalismo cutista, mas pelo conjunto das organizações que compõem o movimento operário, sobretudo os partidos políticos, a quem cabem, primordialmente, a tarefa estratégica. Entretanto, é preciso evitar uma concepção estreita de partido e sindicato e também uma espécie de *divisão técnica do trabalho*, onde caberia aos sindicatos a tarefa de desenvolver a ação sindical, ou seja, cuidar dos interesses imediatos (conjunturais) e aos partidos a elaboração e construção da estratégia revolucionária, vale

dizer, a busca da realização dos interesses históricos da classe trabalhadora. Se é verdade que o(s) partido(s) deve(m) ser a expressão por excelência da organização da classe com vistas à transformação revolucionária da sociedade, os sindicatos e a Central Sindical de cunho classista, mesmo considerando os limites objetivos de sua atuação, não podem se eximir da tarefa de construção da revolução, sob pena de se tornarem, consciente ou inconscientemente, num apêndice do capital. Aliás, aqui reside a diferença fundamental entre um sindicalismo classista e um sindicalismo *pelego* ou de participação.

Sem dúvida, este é um dos maiores dilemas e desafios colocados para a CUT na atualidade.

Seria imprescindível que a CUT se reencontrasse com suas raízes, que retomasse sua garra e sua combatividade, que repensasse sua atual trajetória política e construísse sua estratégia numa perspectiva classista e revolucionária. Que a CUT, para além das lutas especificamente sindicais, voltasse a inscrever em sua bandeira a insígnia revolucionária: **Pelo fim do trabalho assalariado!**

Che vive! Viva Che!

- PAIVA, Vanilda. (1991) Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. *Cadernos SENEb* 2. São Paulo : Cortez.
- RAMALHO, José Ricardo. (1994) As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro. In.: MARTINS, Heloisa de Souza; _____ (org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo : HUCITEC - CEDI/NETS.
- RELATÓRIO ANUAL DA OCDE. (1992) Tendências da Sindicalização. Capítulo 4.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (1991) As comissões de empresa e o movimento sindical. In.: BOITO JR., Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo : Paz e Terra
- _____. (1993) *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.
- RUBIN, Isaak Illich. (1987) *A teoria marxista do valor*. São Paulo : Polis
- SADER, Eder. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo : Paz e Terra.
- SCHMITZ, Hubert. (1988) Automação microeletrônica e trabalho: a experiência internacional. In.: SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. São Paulo : HUCITEC.
- 13 DE MAIO - NEP. (1988) *Trabalhadores, muitas lutas uma só classe*. A história das centrais sindicais no Brasil. São Paulo : Autor.
- TUMOLO, Paulo Sergio. (1996) Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In.: FIDALGO, Fernando S. (org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista.
- Uma fábrica pós-moderna. *Gazeta Mercantil*, 24/05/95.
- WOOD, Stephen. (1991) O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17/28-43.
- ZARIFIAN, Philippe. (1993) Introdução. In.: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo : EDUSP.

A questão dos direitos humanos na entrada do milênio

*Professora do Centro Sócio Econômico, Departamento de Serviço Social, Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) da Universidade Federal de Santa Catarina

Conciliar interesses particulares com interesses comuns de uma coletividade foi sempre um desafio ao longo dos processos históricos da humanidade.

Se pensarmos em termos de direitos (historicamente conquistados com o surgimento do Estado moderno) ou o que convencionamos chamar de direitos do homem e direitos do cidadão, este desafio persiste, e sua resposta estimula homens e mulheres a travarem lutas com o objetivo de acabar ou criar formas de relações sociais, de organização política, de sociabilidade, de expressão cultural que respondam aos interesses - individuais e coletivos - do homem e do cidadão.

Com isto, afirmamos que na história da humanidade nunca os DH foram respeitados e implementados socialmente, somente porque tenham sido previamente afirmados por declarações ou por programas. O processo de conquistas dos direitos humanos está intimamente relacionado com as lutas de libertação de determinados grupos sociais que vivenciam na pele a viola-

ção de seus direitos.

Como nos diz Vanda Bussinger (1997, 9:10) é incontestável que os direitos são históricos, porque estão invariavelmente relacionados a certas circunstâncias e respondem a desejos concretos dos homens enquanto sujeitos de determinada sociedade. Estes direitos surgem e se firmam num contexto de lutas em defesa de novas liberdades que se quer assegurar, contra velhas formulações de direitos e deveres historicamente ultrapassados.

Desta forma, a luta pelos direitos humanos se dá no cotidiano, no nosso dia-a-dia, e afeta profundamente a vida de cada um de nós e de cada grupo social. Não é mera convicção teórica que faz com que os direitos sejam realidade, se essa adesão não é traduzida na prática em atitudes e comportamentos que marquem nossa maneira de pensar, de sentir, de agir, de viver. A percepção dos direitos humanos está condicionada, no espaço e no tempo, por múltiplos fatores de ordem histórica, política, econômica, social e cultural.

Assim, falar hoje em direitos hu-

...manos significa assumir uma definição política do que seja DH e da ampliação desse conceito, que a partir das lutas sociais passa a incorporar demandas mais amplas da sociedade civil, isto é, trata-se de um processo de ampliação conceitual que incorpora direitos sociais, econômicos, culturais e étnicos, a questão da paz, do desenvolvimento, do meio ambiente, bem como a ampliação do próprio conceito de cidadania.

Quando falamos em direitos humanos, a questão central de nossa discussão deve ser a democracia como condição essencial para a realização e satisfação efetiva das necessidades básicas da existência humana em todos os aspectos da vida, referentes à personalidade, à cidadania e também à participação do indivíduo como membro de uma coletividade, ou no dizer de Carlos Nelson Coutinho, democracia como valor universal.

Logo, a consciência universal dos direitos humanos, não uma concepção abstrata de universalidade bem ao gosto do pensamento liberal, mas aquela que se refere ao homem concreto, histórica e socialmente determinado por sua origem de classe, condição e meio social, sexo, etnia, religião e cultura.

No caso brasileiro, após a proclamação da Nova Constituição Federal de 88, um elenco de direitos passou a ser reconhecido no texto da lei. No entanto, a continuidade das violações de direitos revela a incapacidade legal deste Estado, em dar respostas adequadas ao quadro de violência e profunda exclusão social e desigualdade, que possibilita o permanente e histórico desrespeito aos direitos humanos. Ainda que amplamente proclamados, são sistematicamente violados. Basta que liemos a televisão, leiamos os jornais e revistas, nos defrontamos com esta violação.

Recentemente foi aprovado o Plano Nacional de Direitos Humanos (em 13.05.96) elaborado e lançado por conta do crescente desrespeito aos direitos de grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, crianças, adolescentes, afro-descendentes, gays, etc) e da população pobre e excluída. Quadro este que vem se agravando desde os anos 60/70 com as ditaduras militares e recentemente com o aumento dramático da criminalidade, nos anos 80/90, por conta do aprofundamento da exclusão e desigualdade sociais, econômicas, culturais e étnicas e que dificultam a estes o acesso aos serviços sociais, de segurança e justiça no país.

O programa reflete a concepção de direitos humanos defendida por organizações de DH segundo os quais estes não são apenas direitos civis e políticos, mas também direitos econômicos, sociais, culturais e étnicos, tanto de indivíduos como de coletividades.

Considerando a realidade cotidiana que temos vivido depois da aprovação do referido Programa, duas questões se colocam de imediato para nós:

a) Essa concepção de direitos humanos tem afetado o sistema político no Brasil? De fato houve uma diminuição da tolerância com relação à impunidade e às violações destes? Que nos respondam os "mendigos" queimados vivos, a violência policial contra civis, os campos de extermínio em que tem se transformado as prisões, ou, se acharmos que isto está longe de nossa realidade local, os assassinatos cotidianos em nossas periferias, que "passam" despercebidos, e ainda bem ao alcance de nossos olhos, esta violência que cotidianamente vemos nas nossas salas da Universidade, onde crianças menores de 12 anos vendem bala, sendo que o ECA proíbe o trabalho infantil.

b) O programa, ainda que reconheça a indissolubilidade dos direitos humanos destaca a garantia dos direitos civis, em particular o direito à vida, à integridade física e a justiça. Ele vem, efetivamente garantindo estes direitos? O que é para este governo o direito à vida? Seria uma mera Certidão de Nascimento "dada" gratuitamente nos cartórios? Não será direito à vida itens como: saúde, moradia, trabalho, creche, escola? O que é integridade física para este governo, se até o mais elementar direito de ir e vir hoje está sendo retirado da população migrante, que por falta de uma política agrícola e agrária é obrigada a sair de seu local de origem e ir em busca de sobrevivência, e que chegando em rodoviárias sequer são permitidas descer nas cidades, recebendo passagens sabe-se lá para onde, com a justificativa de que no local não pode ficar.

As condições atuais para a efetividade dos direitos humanos e da democracia representativa no âmbito da economia globalizada parecem nebulosas e incertas.

Entretanto, esta afirmação não deve ser entendida como ceticismo ou como uma desqualificação de sua luta. Entendemos que a luta pelos direitos humanos deve ser encarada numa perspectiva menos jurídica e mais política, como bem diz José Eduardo Faria (1997:50):

"Encarados numa perspectiva menos jurídica e mais política, no qual se destacam por sua dimensão muitas vezes utópica e/ou revolucionária, os direitos humanos podem propiciar ações incertas quanto à obtenção de resultados concretos no curto prazo (...) mas potencialmente desafiadores e transformadores a médio e longo prazos. Isso já foi percebido por

quem vem encarando os direitos humanos fora das relações de poder situadas no âmbito estatal: mais precisamente, concentrando sua atenção nas relações de poder existentes nos distintos contextos da vida social, identificando-os como espaços de democratização, luta pela universalização e efetivação dos direitos humanos significativa, em tal perspectiva, implemantar e executar programas emancipatórios no âmbito desses espaços não-estatais. Programas cujo valor básico é o princípio da reciprocidade, ou seja, do reconhecimento do outro como homens livres e iguais, permitindo assim que múltiplas formas de cidadania - a política, a econômica, a social, a cultural, etc - se constituam como uma ordem coletiva baseada em padrões mínimos de respeito e confiança, e não nos primados da competitividade e da produtividade levadas ao extremo, do individualismo sem freios e da disseminação dos valores de mercado em todas as esferas da vida, como hoje ocorre com o fenômeno da globalização"

A tensão entre este crescente interesse pelos direitos humanos e sua permanente violação nos desafia a um compromisso concreto para sua efetiva concretização na sociedade brasileira, em especial, e no mundo como um todo.

Em sociedades marcadas pela exclusão, pelos conflitos, pela desigualdades estruturais, vivendo situações de injustiça institucionalizada, como no caso do Brasil, a questão dos direitos humanos nesta entrada do milênio se torna central e urgente.

A superação de sistemas políti-

"As condições atuais para a efetividade dos direitos humanos e da democracia representativa no âmbito da economia globalizada parecem nebulosas e incertas."

cos autoritários, centralizadores, e a consequente construção de democracias autênticas, implica processos em que a conquista dos direitos humanos seja cada vez mais real e efetiva.

A perspectiva latino-americana sobre os direitos humanos afirma a existência de uma relação incondicional entre **democracia, desenvolvimento integral e DH**. Considera imprescindível promover os direitos econômicos, sociais e culturais dos diferentes povos, assim como dar atenção prioritária às necessidades básicas de grupos étnicos e socialmente discriminados: mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, pobres e indigentes, populações afro-descendentes e povos indígenas.

A luta pelos direitos humanos passa pela construção de projetos emancipatórios que contemplem questões concretas como a afirmação étnica, a classe social, o gênero, a religião, a cultura.

O exercício da cidadania implica no reconhecimento e na denúncia das formas pelas quais os direitos humanos são constantemente violados na sociedade. Entretanto, este exercício de cidadania não pode ser reduzido à consciência e ao exercício dos direitos e deveres civis. Supõe também criar condições para uma ação transformadora (projetos emancipatórios) que incida nos diferentes âmbitos sociais. A cidadania exige uma ação político-social e esta, para ser eficaz, não poderá ser individual, nem individualista.

Construir cidadania é contruir uma democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na

questão étnica, social, econômica e cultural. O compromisso com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da vida e da dignidade de toda pessoa é a utopia radical a ser vivida. Este eixo estruturador da proposta em questão exige uma visão na qual a problemática local e internacional se articulam, e que a afirmação da dignidade humana não seja princípio atestado, mas sim compromisso de vida assumido com paixão e determinação.

A vida cotidiana, espaço de criação, recriação e construção diária das relações pessoais e do saber, é considerada uma referência permanente de ação emancipatória. Uma ação nesta linha tem de desenvolver, de modo criativo, três aspectos básicos:

- uma **ação da indignação**, construindo pessoas capazes de se indignar e scandalizar diante de toda forma de violência e humilhação, rompendo com uma postura de resignação e alienação.

- uma **ação do assombro/admiração** que nos leve a perceber dentro e fora do âmbito das instituições, buscas concretas de preservação e promoção da vida, revelando assim a capacidade de resistência e criatividade de pessoas e grupos sociais de sobreviver, isto é, de projetos emancipatórios que vêm se construindo.

- uma **ação de convicções firmes** que se expressa num modo de trabalhar a dimensão ética da ação social. O compromisso com a vida como valor absoluto, aliado a outros valores como a solidariedade, a justiça, a liberdade e a criticidade, dão consistência ética a esta mística pela vida.

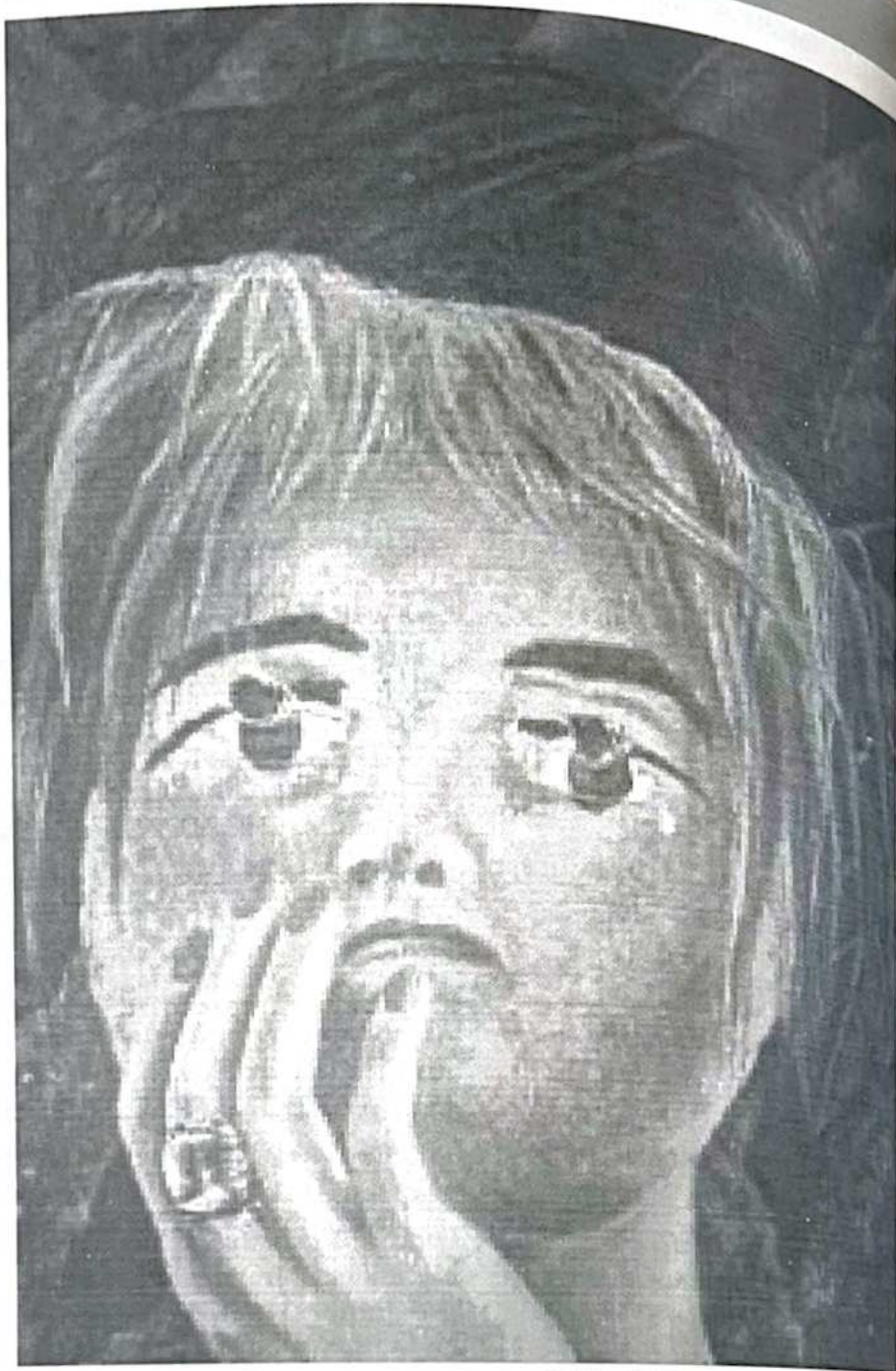
Bibliografia

- BRASIL, Presidência. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, Ministério da Justiça, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. *Serviço Social e Sociedade* n.53. São Paulo: Cortez, 1997, p.09-45.
- CANDAU, Vera Maria et al.. *Tecendo a cidadania - oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia como valor universal*.
- CHOMKY, Noam. *Política y cultura a finales del siglo XX*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1994.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia de Letras, 1995.
- LISBOA, Armando. *Desenvolvimento - uma idéia subdesenvolvida*. Fpolis: UFSC, 1996 (mimeo).
- NETO, Joviniano. Conjuntura internacional e direitos humanos. In: *Cadernos do CEAS*, n.151. Salvador: CEAS, maio/junho 1994, pp.12-21.
- REVISTA Estudos Avançados 30. São Paulo, IEA/USP, maio/ago 1997. V.11.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SPOSATI, Aldaiza et al.. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.
- VERHELST, Thierry G. *O direito à diferença - identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

"Os livros talvez não sejam necessários; a princípio bastavam os mitos: podiam encerrar toda uma religião. O povo encantava-se com a aparência das fábulas, e adorava sem compreender; os sacerdotes atentos, debruçados sobre a profundidade das imagens, penetravam lentamente o íntimo sentido do hieróglifo. Depois quiseram explicar; os livros amplificaram os mitos - mas alguns mitos bastariam".

(André Gide em "A volta do filho pródigo" In. Barroso, 1984: 9)

**Dra. em Ciências Sociais, pela PUC de São Paulo, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina*



La mascara: autoretratos (Kahlo, F. 1993:173)

Subsídios ao perfil dos novos docentes industrializados**

Esse texto realiza um balanço acerca das questões no mundo do trabalho, focalizando a profissão do docente universitário, no movimento do passado e do futuro. O objetivo geral é efetuar um balanço teórico acerca dos problemas manifestos em decorrência da implantação do fordismo na universidade, tomando como referência básica a manifestação de especialização da atividade de ensino. O fordismo que adentrou na Universidade Brasileira, instituiu um profissional peculiar, grande especialista e contraditoriamente, cada vez menos intelectual. Ser professor universitário não é mais o mesmo que era outrora: seu desempenho tem um recorte eminentemente profissional, é especialista e portanto, bem distinto do intelectual engajado dos anos Trinta que participou ativamente da criação da universidade brasileira. A extinção do intelectual em detrimento do profissional especializado, que hoje se denomina docente, evidencia uma sociedade em momento de transição. Consequentemente, o professor vive uma profunda crise de identidade, está desanimado e inseguro. Vê um futuro desolador para si e para a universidade. Politicamente se assemelha muito pouco com aquela geração que tinha vinte anos em 1968 e que no final dos anos setenta se tornou professor universitário. Entre a extinção de uma forma de ser social e a emergência de outra, instaura-se um período de transição que desencadeia impactos na subjetividade e interfere nas estratégias profissionais adotadas. Além disso cria possibilidades e arranjos peculiares diante das metamorfoses no mundo do trabalho. Neste texto procuro apreender as necessidades que fundam certas profissões como imprescindíveis, e que no momento subsequente as destitui, tornando-as desnecessárias. Esse movimento significa que no futuro o professor é dispensável? O fim de uma época social?

***Pesquisa realizada em 1996, sendo este o ano base de referência.*

1 - Ver a respeito, *Revista Universidade Viva*, 1995: 4.

2 - Idem, *Revista Universidade Viva*, 1995: 4.

3 - Ver Boletim PREG da UFSC de 1993.

4 - Idem ibidem

5 - As estatísticas da UNESCO demonstram claramente este processo de crescimento. A matrícula em todos os níveis da educação passou de 437 milhões em 1960, a 990 milhões em 1991, isto é, de 14% para 18% da população mundial. O número de estudantes na educação superior aumentou ainda mais rápido: de 13 milhões em 1960 a 28 milhões em 1970, a 46 milhões em 1980 e a 65 milhões em 1991. As cifras correspondentes aos países em desenvolvimento indicam um índice de crescimento particularmente veloz: de 3 milhões de estudantes em 1960 a 7 milhões em 1970, a 16 milhões em 1980 e a 30 milhões em 1991. Em consequência a proporção de matrículas de estudantes de países em desenvolvimento aumentou de 23,1% em 1960 a 46,2% em 1991". In: *Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior. Caracas, fevereiro, 1995.

⁶ Rifkin, J. *O fim dos empregos*. SP: Mackron Books, 1995.

A aparente naturalidade do social

A trajetória da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) evidencia um processo de transformações que, neste final de século, assolam as demais universidades públicas e também a sociedade. De maneira similar ao social, integra personagens sociais que expressam, contraditoriamente, tanto a conservação como a mudança. UFSC e docentes, objetos dessa análise, são partes integrantes de um todo social, cuja atualidade revela movimentos. Com esse pressuposto, podemos adentrar na reflexão principal: se há mudança esta evidência em si mesma não explica quase nada, apenas constata que os personagens sociais constroem o processo social no qual estão inseridos. Além disso, na mudança, certos personagens sociais assumem feições amalgamadas, imprecisas, pouco definidas, o que exige grande acuidade para caracterizá-los. Todavia a noção de mudança não pode turvar a análise, ainda que para isso seja necessário fazer menção ao "espírito da época" em que estamos vivendo. (Perrot:1987:237). É um desafio para apreendê-lo como um todo. Ele não pode ser separado, nem da pessoa que escreve, nem sociedade em que está sendo escrita. Depois, quando estão em questão as relações sociais, as mudanças nada tem de naturais, são sociais, isto é, são humanas. Se se configuram dessa ou daquela maneira, são invenções do seres humanos e não passa de aparência a naturalidade do social. Com isto posto podemos adentrar na reflexão sobre as metamorfoses da UFSC: sua aparência, paradoxalmente, escamoteia e escancara uma época social que contém, os germens de uma nova sociedade. Em outras palavras, a velha ordem quer morrer e no entanto a nova ainda não consegue nascer. Tempos difíceis estes da transição...

A Universidade Federal de Santa Catarina e as metamorfoses internas

Tendo formado 37.614 profissionais em sua história de 35 anos, tem uma inserção social, o que à primeira vista pode parecer muito relevante, mas não o é. Atualmente a UFSC oferece 37 cursos de graduação, 56 habilitações, 4 cursos de especialização, 28 de mestrado e 10 de doutorado¹; dispõe de um hospital universitário que faz 400 internações por mês; tem uma rede de ambulatórios que atende mais de 10.800 consultas por mês em todas as especialidades médicas e tem ainda um setor de emergências que atende 8.500 consultas por mês².

Recentemente a UFSC expandiu seu número de vagas. Entre 1980 e 1993, incrementou significativamente o universo de alunos, passando de 10.905 para 16.901, isto é, cresceu 54,98%³. Além disso, expandiu sua oferta de vagas em 459,42% nos cursos de mestrado e 373% de doutorado⁴, o que parece confirmar uma forte tendência à formação de especialistas, com ênfase no profissional autônomo. Essa expansão revela uma certa readequação de estratégias frente ao mundo que se transforma, mas por outro, evidencia uma tendência à escassez de emprego. Provavelmente procura se inserir numa realidade em que a igualdade "título = emprego" não se aplica mais, como aliás prevêem os documentos sobre as diretrizes internacionais de educação⁵. O declínio do emprego da força de trabalho em massa não atinge somente setores desqualificados, mas também os segmentos qualificados da sociedade⁶. A UFSC não é apenas uma instituição a mais na sociedade voltada para atender eficientemente o mercado. O produto de sua ação conjugada, seus profissionais, não são preparados somente para trabalhar mas para pensar. Aliás.

como diz a IBM, por que não deixar as máquinas trabalharem e os homens pensarem? Evidentemente que este dito popular enuncia mais do que constata, pois põe à mostra uma positividade que o trabalho na forma capitalista não contempla, muito embora seja possível entrever que existe algo além da aparência, tal como a ponta de um enorme "iceberg".

A UFSC, de várias maneiras, tem demonstrado adequação à **ERA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL**: flexibiliza os serviços de limpeza e de segurança, integralmente, há algum tempo e agora institui esse procedimento no ensino superior⁷. Sedimentando o Núcleo de Processamento de Dados (NPD) há atualmente 436 docentes universitários que estão exercendo funções na UFSC, mas não integram o quadro funcional, o que representa aproximadamente 21,57% em relação ao total, que nesta universidade perfaz 2021 vagas para o ensino superior⁸.

O docente universitário dos anos 90 tem um desafio que não é pequeno e que foge ao patamar interno da universidade: como preparar para trabalhar, se cada vez há menos trabalho? Os docentes fazem parte de uma realidade que contempla o presente ao mesmo tempo que dela transcende. Este desafio certamente transcende o limiar de uma especialização do tipo graduação, mestrado ou mesmo doutorado.

Professores ou docentes?

Além dessas metamorfoses externas, há mudanças internas na composição de sua força de trabalho, em decorrência de três ondas de aposentadorias, a partir do Governo Collor⁹. Ainda segundo o NPD, desde 1992 foram substituídos 621 docentes universitários na UFSC, a maior parte mediante aposentadoria, o que representa 30,72% do total de vagas¹⁰. Sem demérito ao docente substituído,

sabe-se que este, ao iniciar a atividade, a exerce em condições muito precárias, uma vez que muitos deles assumem diversas disciplinas ao mesmo tempo, turmas com muitos alunos e alguns não tem sala de preparação de aulas na universidade. Como defende Harvey, apesar de qualificados, desempenham uma atividade que, contraditoriamente, tende para a desqualificação. Docentes não se fazem por decretos, mas estes podem acabar com eles, da mesma maneira que universidade não se faz por decretos. O termo universidade diz respeito a algo mais do que preparação técnica ou tecnológica.

A substituição aqui aludida, originada em boa parte diante da ameaça e da perda de direitos adquiridos, pode pôr em xeque uma forma de ensino porque prescinde da experiência, assim como também da história. Pode ser que isso não se configure. Por ora, eles estão diante de uma encruzilhada: estão sendo substituídos e nesse sentido é importante conhecer quem são aqueles que se ocuparão da UFSC ainda por um longo tempo.

Além disso, vêm se desencadeando mudanças expressivas no quadro social e político da UFSC. Nesse sentido, pode-se dizer que "a geração de 68" está sendo substituída por outra. De acordo com a pesquisa empírica¹¹, 58,0 % dos docentes pesquisados tinham, aproximadamente, 8 anos de idade em 1968, ou menos que isto. Fez sua graduação nos anos oitenta. Essa observação delimita, politicamente, o universo pesquisado. O docente é "herdeiro" da participação política dos tempos de refluxo do movimento social e sindical. Paradoxal e contraditoriamente, observamos que se trata de um docente que, mesmo tendo cursado a universidade em período de democracia, fez-se cidadão sem muita inserção na política. Sua iniciação política, com poucas exce-

7 - É importante explicitar o que se quer dizer com a acumulação flexível: "... é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas - tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do Silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de compressão do espaço - tempo no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado". (Harvey, 1989:14).

8 - Segundo o departamento de pessoal a Universidade Federal de Santa Catarina possui 2021 vagas para o ensino superior, dado este que é mais ou menos estável, pois independe de estar ou não ocupada, nem a forma como é ocupada (se provisória ou estável).

9 - Folha de São Paulo 21 de abril de 1996.

10 - Ver relatório do NPD sobre professores e servidores da UFSC em março de 1995.

11 - Ver Aued, B. "A agonia do trabalho e os ásperos tempos da Universidade". Esta pesquisa contou com o apoio institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, através do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho e da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que financiou a bolsa de pesquisa para os alunos, bem como a publicação. (no prelo).

12 - A universidade é fruto de uma confluência de múltiplos fatores e sua caracterização foi amplamente debatida nas décadas de vinte e trinta deste século. Exemplar deste debate é a tese apresentada ao Congresso sobre o ensino superior, em 1929: "A palavra universidade, significando generalidade, totalidade, foi outr'ora applicada para designar as Academias ou Institutos onde se ensinavam todas as sciencias e se reuniam em um mesmo edificio todos os mestres e discípulos. A este termo ligava-se intimamente a idéia de corporação, porque a universidade, universitas magistrorum et scholarium se constituiu desde o começo em verdadeira associação ou corporação livre destinada ao ensino das letras e sciencia de cultura geral, subordinado tal ensino á mesma direcção e ao systema. Com o volver dos annos foram ellas adquirindo prerogativas e privilegios, destacando-se entre estes, o da concessão de grãos e títulos para o exercicio das profissões liberaes. Muitas delas tiveram que adaptar-se a esta nova funcção, tornando-se ao mesmo tempo escolas profissionais, mantidas, subvencionadas ou fiscalizadas pelos poderes públicos". (Sodré, 1929:72).

Esta citação enfatiza uma concepção de universidade ampla, como totalidade, e não se resume à simples reunião de faculdades de ensino. Ela implica, por sua vez, numa concepção universal de conhecimento e de ciência. Projetava-se viabilizar a produção do conhecimento, a partir de grande capacitação e sobretudo da criação de um "espírito universitário", (vital à universidade) e que resulta em maior aproximação dos professores das diversas escolas entre si e também entre professores e alunos. O espírito universitário não nasce pronto "...é uma mentalidade a desenvolver. O primeiro passo, que se pode considerar preparatório, é prender mais estreitamente ao ensino os alumnos e os professores. Depois, desenvolver o interesse público pelas questões geraes. Para isso, é essencial a extensão universitária, no sentido em que ella vem sendo hoje comprehendida por toda parte, no mundo civilizado. Levar ao conhecimento do público o que se vem fazendo no mundo technico, no campo da sciencia, no domínio

ções, não se fez pela via da política partidária, de atuação em movimento popular de massa, ou mesmo sindical. Fez-se político "na academia", onde o individual está sempre à frente do coletivo. "A obra destes especialistas reflete suas próprias situações na universidade, não as necessidades do público, um saber que se subordina à instituição acadêmica. Fruto desta é a hiperespecialização, que negligencia os problemas políticos essenciais". (Sader, 1996:64).

A atividade do professor durante muito tempo foi considerada uma missão. Após os anos trinta, deste século, sua atividade deixou de ser algo próprio de abnegados, para ser exercida por pessoas capacitadas através de preparação.

Na universidade a atividade seria exercida pelo professor que possuía uma performance intelectual e científica, e isso remonta aos anos Trinta, quando da gênese da Universidade Brasileira¹².

A década de 30 também tem sido lembrada como um período de conquistas para os trabalhadores em geral, que, após um longo período de lutas, conquistam a Consolidação das Leis Trabalhistas. Concorreram para a invenção desse trabalhismo a luta para a ampliação dos direitos e a capacidade do governo da época para cooptação destas lutas (Gomes, 1988). O embate entre capital e trabalho, agora legalizado, tendo como mediador o Estado, representa, portanto, conquista e derrota do movimento sindical da época. É uma conquista na medida em que amplia os direitos de cidadania, desde que trabalhem. É uma derrota, pois institucionalizar o trabalho é perpetuar o capital. A sobrevivência do capital depende da exploração do trabalho. O fordismo assenhoreou-se das fábricas, intensificando o trabalho e fragmentando o trabalhador. O mesmo processo que institui a fábrica engendra sua antítese, o sindicato que anos mais

tarde é institucionalizado.

Concomitantemente a este processo geral da sociedade, institui-se a universidade brasileira e ela não escapa ao impacto fordista que impregna os procedimentos de trabalho em geral.

Na universidade, por sua vez o intelectual/professor experimenta relevantes mudanças em suas atividades. O empresariamento das instituições universitárias define o perfil do professor que se "industrializa", adequando-se às exigências do ensino fragmentado e especializado. Esse processo tem uma longa e complexa trajetória e suas manifestações podem ser sintetizadas em dois aspectos:

a) uma crescente privatização do ensino superior que se institui muito lentamente, todavia com resultados inexoráveis. "...O ensino público superior que, em 1962, constituía aproximadamente 60% do número de matrículas, caiu para 25% em 1984, demonstrando claramente a dimensão da expansão educacional no setor privado e a estagnação da taxa de crescimento do setor público, naquele período. Esta tendência, conjunturalmente, é afetada na década de 90 pela crise econômica, que provocou a retração de matrículas no setor privado; pela expansão do ensino noturno nas Instituições de Ensino Superior Públicas (IES), embora nem sempre fundados em critérios educacionais; pelo aumento do número de matrículas em Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), seja através da criação de novas unidades, pela estadualização de instituições privadas falidas. Atualmente este índice é aproximadamente 22%". (Cadernos ANDES, 1996:9). A privatização em curso cria demandas com outro perfil de professor engendrado nos anos Trinta. O professor catedrático foi extinto com a reforma Universitária de 1968, e com isso inaugura-se uma performance de professor universitário, agora mais

identificado com um trabalhador assalariado do que propriamente intelectual. A rigor, essa metamorfose contém uma longa e contraditória história, sendo que dele fazem parte inúmeros fatores¹³. O produto dessa metamorfose é, portanto, a confluência de múltiplos processos como a privatização, o empresariamento e a desobrigação do Estado na manutenção da escola pública. Dessa forma gerou-se na universidade um ambiente marcado por dificuldades para o desempenho do professor no ensino, na pesquisa e na extensão. Esses traços perpassam tanto o ensino público como o privado, muito embora sejam mais explícitos no segundo. "Os professores da rede particular continuam na sua imensa maioria a defrontar-se com a inexistência de uma carreira do magistério, ausência de estabilidade no emprego e um regime de trabalho fundamentado na atividade hora-aula. Os baixos níveis salariais têm sido agravados pela elevada rotatividade de mão-de-obra no setor e contínua pressão patronal frente às tentativas de organização e participação dos docentes". (Caderanos ANDES, 1996:10). Nesta formulação observa-se como as mudanças implementadas alteram o desempenho da vida acadêmica. O professor que trabalha na universidade nos anos Noventa reflete um outro tempo histórico que aquele projetado na década de Trinta.

b) Uma tendência à instituição de uma identidade do trabalho do professor voltada para o trabalho. Com identidade cada vez mais próxima de um trabalhador em geral, esse processo evidencia uma adequação do professor em termos de organização, metamorfoseado, não se organizando mais na forma de associação mas em sindicato, o quê, por sua vez, de forma decisiva contribui para alterar significativamente o patamar de sua identidade. Assim, quando o sindicato

surge, no final dos anos Setenta, o trabalho (especializado, fragmentado, fordista) do professor já está instituído há algum tempo. A organização na forma de sindicato é assim a expressão mais acabada desse processo que privatiza o ambiente de trabalho, por um lado e, por outro, desfaz a exigência de ser professor e intelectual simultaneamente. A denominação docente, ao invés de professor, como pressupõe o estatuto da ANDES/SN, espelha esta mudança de perfil, isto é, um profissional especializado de ensino superior, com direito à sindicalização, independentemente do local de trabalho ser uma instituição privada ou pública.

Os novos docentes "industrializados"

A expressão "docente industrializado" denota uma certa impropriedade conceptual na medida em que se mostra é inadequada para caracterizar a universidade como instituição idêntica à fábrica. A rigor o processo de produção industrializado contém elementos diferenciados que as tornam distintas, ainda que no capitalismo o processo de acumulação ocupe todos os espaços coisificando os seres humanos. (Rubin:1980). Por essa razão o termo será utilizado entre aspas. Com a provisoriedade própria de períodos de transição esta expressão exalta metamorfoses dos seres humanos.

Todavia a perspectiva histórica impõe algo mais do que uma simples contextualização. As palavras e os personagens revelam épocas sociais, sendo que não poucas vezes os fatos sociais surgem antes das palavras. A contextualização demanda uma compreensão do movimento da vida e das mudanças radicais por que passam os seres humanos, seus problemas e suas soluções, que nada têm de eternos, nem de constantes. As transforma-

das artes e das letras: os trabalhos que estão em ordem do dia, as directivas que se lhes dão. *Impõem-se para tanto, cursos e conferências públicas, de vulgarização e de alta cultura. É ao lado das questões propriamente de ensino, uma incumbência de alta finalidade, que deverá logicamente caber às nossas organizações universitárias que não queiram mentir o seu nome.*

Deverão as nossas universidades actuar, assim, não somente no espírito dos alunos que lhes freqüentem cursos seriados, para a obtenção de diplomas profissionais, mas também, pelos cursos livres e conferencias publicas, exercer uma acção mais generalizada, sobre todos quantos sintam o desejo de se instruírem, especialmente sobre as nossas coisas. Focos de cultura e de brasilidade: eis o que devem ser as nossas universidades". (Lauriau, 1929. 8-9). Grifos meus.

A universidade é, assim, a consequência e resultado da troca e da convivência de diversos especialistas. É essa concepção que funda o campus universitário, ou seja, o local por excelência do relacionamento e da solidariedade entre professores e alunos. "Nas cercanias poderiam ser construídas casas para alugar aos professores e o governo protegeria, com diminuição de impostos, as pensões que se instalassem em prédios commodos e hygienicos para servir aos alumnos universitarios.

São Cristovão se transformaria assim em nosso bairro estudantino, uma espécie de Quartier Latin". (Bezerra, 1929:116).

13 - Independentemente da constatação de que os catedráticos representavam um certo entrave, ao ensino é importante observar que a extinção da carreira que incluía o catedrático se faz com o aval dos professores, em nome da sua democratização. A extinção torna-se visível somente no final dos anos Oitenta e início dos anos Noventa.

Tabela 1- Por que é filiado à APUFSC?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Defesa dos interesses sindicais da categoria	39	36,1%
Prestígio/Status profissional	01	0,9%
Proteção no exercício profissional	24	22,3%
Convênios(chegue/UNIMED)	19	17,6%
Não responderam	25	23,1%
TOTAL	108	100,0%

Fonte. Pesquisa Op. Cit.

Histograma 1

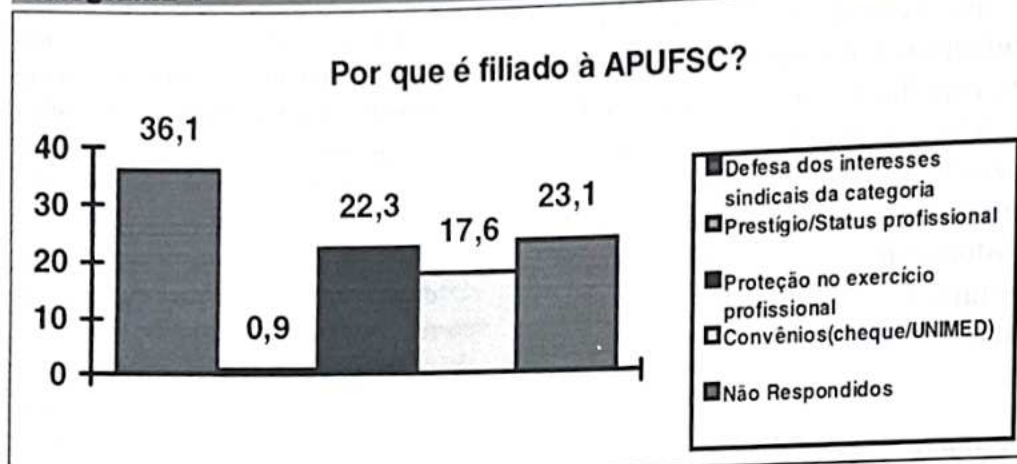
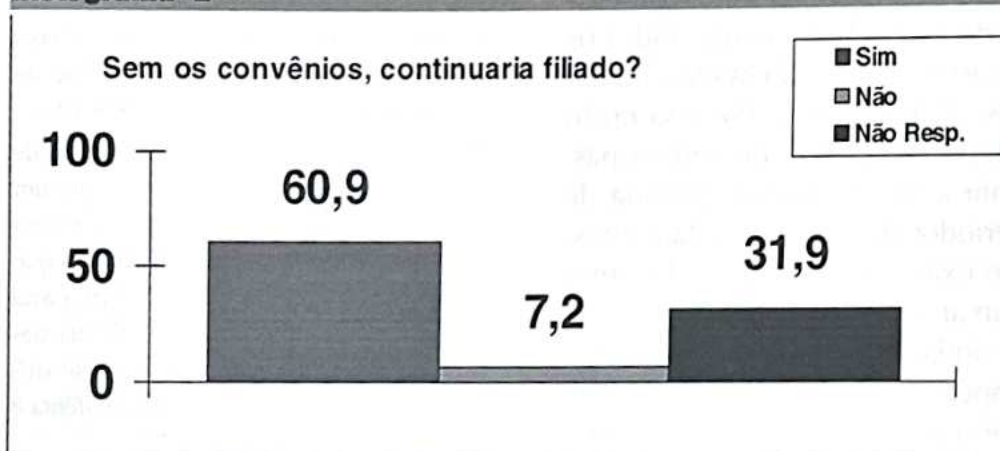


Tabela 2- Se e APUFSC fosse levada a rescindir todos os convênios, continuaria filiado?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Sim	42	60,9%
Não	05	7,2%
Não Responderam	22	31,9%
TOTAL	69	100,0%

Fonte. Pesquisa Op. Cit.

Histograma 2



ções podem ser visualizadas a partir de distintos ângulos, muito embora revelem sempre a totalidade do processo. Analogamente é como num espelho que, mesmo tendo-se partido em mil pedaços, ainda assim, cada pedaço reproduz a totalidade. Isso posto, podemos adentrar as evidências do tempo de

crise na qual os personagens se mostram indefinidos porque metamorfoseados.

Os docentes "industrializados" da UFSC têm uma performance e uma identidade distinta daqueles que desempenham uma profissão cheia de privilégios e de "moleza". Integrantes de uma associação, agora metamorfoseada em sindicato, possuem uma organização nacional que concentra suas atividades, paradoxalmente, na resistência ao processo que imprime a condição industrializante para a universidade e ao mesmo tempo aderir ao processo fazendo-se especialista.. A pesquisa observou que o jovem docente é sindicalizado em grande percentagem pela necessidade de defender os interesses sindicais, como podemos ver na tabela ao lado.

Complementarmente, à sindicalização alguns entrevistados responderam que continuariam filiados, mas manifestaram dúvidas, caso a APUFSC terminasse com os convênios: "Não sei, vou pensar sobre o assunto; ou ainda "Dependeria da direção que estivesse assumindo a APUFSC". Com relação ao perfil assistencialista apenas um entrevistado foi enfático reivindicando um sindicalismo diferente: "Sim, aí mesmo!! Admiro-me que a APUFSC apoie medicina privada; acho incoerente".

A identidade controversa também se expressa em sua múltipla inserção na atividade produtiva, na medida em que trabalha na universidade, mas precisa de outra fonte de renda para sobreviver. Enquanto que 78,35 obtêm os rendimentos apenas da universidade, 17,4% não têm esta instituição como única fonte de renda.

Entre os entrevistados aproximadamente 20% dos docentes realizam outras atividades além do magistério em outros locais, como por exemplo:

*escritório próprio;

*serviço de ginecologia e obs-

tráfego do Hospital Regional São José;
 *consultório particular (do consultório é impossível sobreviver), já que a renda com a atividade de professor apenas cobre, se cobrir, os custos com livros, slides, assinaturas de revistas científicas, congressos, cursos de aperfeiçoamento.
 *consultório particular.
 *extensão.
 *consultoria.
 *sociedade comercial.

O ambiente de trabalho do professor transcende a sala de aula, é diverso e transcende o Campus universitário. Em relação especificamente ao contexto do trabalho universitário, foi caracterizado como uma típica situação de transição, indefinida, com imagens embaralhadas:

*É um ambiente de desenvolvimento intelectual e de trabalho, formador de indivíduos com capacidade e amplo espírito criativo, centro de transmissão e geração de conhecimentos, local de acúmulo de conhecimento, onde se busca sua interdisciplinaridade. É o espaço dentro de uma cultura própria, a construção do saber. Produção de conhecimento, levantamento de questões, desenvolvimento do ser humano. Local de geração e transmissão de conhecimentos, técnicos, científicos e culturais. Espaço da produção do conhecimento e de práxis política. Local onde se pode estudar, teorizar, ensinar, aprender, conhecer, construir conhecimentos, criticar, avançar, onde o novo possa ser compreendido. Conhecimento gerado e adquirido em várias áreas. Locus de produção de ciência e cultura em diversas áreas. Local de produção de conhecimento, troca de conhecimento, troca de experiências, reflexão da sociedade que temos e da sociedade que queremos.

*Produção de conhecimento e de cidadania. Centro de formação profissional de nível superior. De-

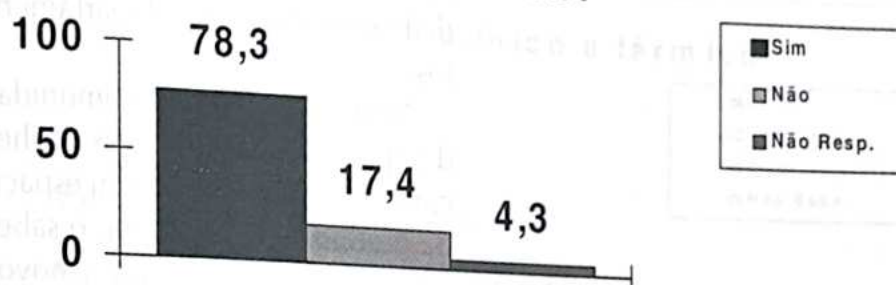
Tabela 3 - O exercício da atividade docente é sua ÚNICA fonte de renda?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	PERCENTAGEM
Sim	54	78,3%
Não	12	17,4%
Não Respondidos	3	4,3%
TOTAL	69	100,0%

Fonte. Pesquisa Op. Cit.

Histograma 3

O exercício de docente é sua única fonte de renda?



envolvimento do intelecto.

*A vanguarda de uma sociedade socialmente justa (utopia). Do ponto de vista utópico, deveria ser um espaço para reflexão sobre o mundo em que vivemos. Na prática, um espaço alienado da realidade social do país (ainda que se perceba nitidamente a decadência econômica e social dentro dela).

*Um local onde jovens capazes (selecionados) adquirem conhecimento de nível superior, para formarem uma elite intelectual, que deveria ser capaz de formar o corpo dirigente da nação.

*A formação de recursos humanos, fonte de conhecimento, faculdade de profissionalização. Local onde deveriam estar pessoas interessadas em conhecer mais a ciência, ou buscar um conhecimento mais aprimorado para exercer uma profissão.

*Fonte geradora de conhecimento e de formação de pessoal qualificado para o trabalho de alto nível. Fundamental para o desenvolvimento social, político, econômico, cultural e tecnológico do país. Congregação de professores e alunos, onde o objetivo é o ensino adequado para o aluno exercer sua futura profissão.

" Esta prolongada síntese de depoimentos sobre a universidade sugere um tempo de movimentos, complexo, contraditório e difícil de ser vivenciado: ora o docente enfatiza a atividade intelectual, ora a atividade tecno-científica, isto é, a atividade do professor industrializado, ora ainda inconformismo."

*Local de socialização do saber/trocas. Um lugar comum onde idéias, fatos, pessoas se conjugam, trocam conhecimentos para fazer algo novo e melhor. É o encontro de pessoas que, em uma fase da vida, compartilham os mesmos objetivos, coordenados pela busca do saber, em função de ser. Fonte de aprendizagem e local dos intelectuais. Grupo de trabalho interativo entre ensinar e aprender que pouco interagem entre si (interdisciplinaridade em cursos e/ou departamentos).

*Instituição aberta à comunidade, que possa transmitir os conhecimentos do universo. Um espaço da produção de um saber, o saber científico. Sua abertura a novos (antigos) saberes é hoje fundamental para a sua justificativa social. Local de trabalho acadêmico. Pesquisa, ensino e extensão. Local que deveria ter profissionais capacitados para preparar estudantes a ter conhecimento que reverta para a sociedade. Espaço que deve servir para geração de idéias e conhecimentos em uma troca constante com a sociedade.

*Um universo fechado em si mesmo.

*Uma seara.

*Local onde desenvolvo minha atividade profissional. Meio de "acesso" ao desenvolvimento profissional pessoal.

*Espaço heterogêneo (demais!!) Às vezes tenho a sensação de que estou no melhor lugar do mundo (quando atinge objetivos propostos); às vezes acho um lugar cruel, cheio de antagonismos e frustrações...aí paro... e retomo os sonhos!

*Centro de produção de conhecimento, de renovação - o que só é minimamente.

*Uma instituição que deve ser preservada, mas necessita de uma série de modificações, pois está desqualificada. Está distante do que se propõe, mas é um ambiente rico em idéias, discussões e possibilida-

des. Precisa ser avaliada, ter mais participação da sociedade civil organizada, precisa sair de dentro de si mesma e continuar sendo pública, gratuita e de qualidade".

*Ainda deixa muito a desejar, há muito o que crescer. Nossos professores (inclusive eu) e nossos alunos, deverão ter maior compromisso com o saber e com a técnica a serviço da sociedade, como: direcionar a universidade para melhorar o ensino do primeiro e segundo grau, já, com cursos de formação continuada dos professores. São coisas que passam mais pelo seu cargo docente e técnico do que pelo Governo.

*Universo que é berço ou local do saber. Feliz de quem pode estar aí, para poder contribuir para a melhoria das sociedades.

Esta prolongada síntese de depoimentos sobre a universidade sugere um tempo de movimentos, complexo, contraditório e difícil de ser vivenciado: ora o docente enfatiza a atividade intelectual, ora a atividade tecno-científica, isto é, a atividade do professor industrializado, ora ainda inconformismo. Ao procurar caracterizar a universidade, além de cépticos, alguns docentes se mostram insatisfeitos, renunciando o questionamento das atuais inserções.

Entre o que é e o que deveria ser há uma distância grande. A questão não se resume em reconhecimento do real e do ideal mas fundamentalmente em identificar o desafio que temos à frente, descobrindo de que lado lutam esses novos docentes. Situam-se eles ao lado da forças que tudo fazem para conservar a ordem, às forças retrógradas que não correspondem às necessidades, ou expressam forças que lutam por um mundo novo?

A questão do ambiente de trabalho, visto de uma maneira mais específica, também demonstra uma consciência difusa em relação ao seu ambiente de trabalho. O ambiente de trabalho não rima com

atização nas condições de trabalho: o ambiente lumínico é bom apenas para 24,6%; a sala de trabalho é boa para 34,8% e os laboratórios são bons somente para 4,55, conforme pode-se ver na tabela ao lado:

Quanto aos objetivos de trabalho suas formulações também são diversificadas, pouco claras e até mesmo bastante contraditórias, como se pode ver na pergunta a seguir:

Trabalha com que objetivos?

Cumprir horário de trabalho:
*É horário de trabalho.

Compromisso com a vida intelectual e com o conhecimento:
*Compromisso social em melhorar o grau de conhecimento crítico nos alunos e sobreviver (adquirir condições objetivas para tal fim).

Reuniões de estudo, trocas x aprimoramento, projetos de pesquisa, planejamento, aprimorar o trabalho e as crianças.

De dar conta das tarefas e compromissos acadêmicos: correção de trabalhos dos alunos, parecer em processo, elaboração de projeto de pesquisa, etc.

*Fornecer elementos para os alunos fazerem uma leitura mais crítica e criativa do contexto regional, nacional e se possível a nível internacional.

*Transmitir aos estudantes de Agronomia a formação necessária para o exercício profissional, como cidadãos que compreendam e transformem a realidade. Também trabalhar de maneira crítica, e dar um retorno à sociedade.

*Orientar os acadêmicos de Enfermagem e treinar para a assistência ao paciente grave de alto risco.

*Busca da competência técnica, atendimento com a qualidade ao público, subsistência.

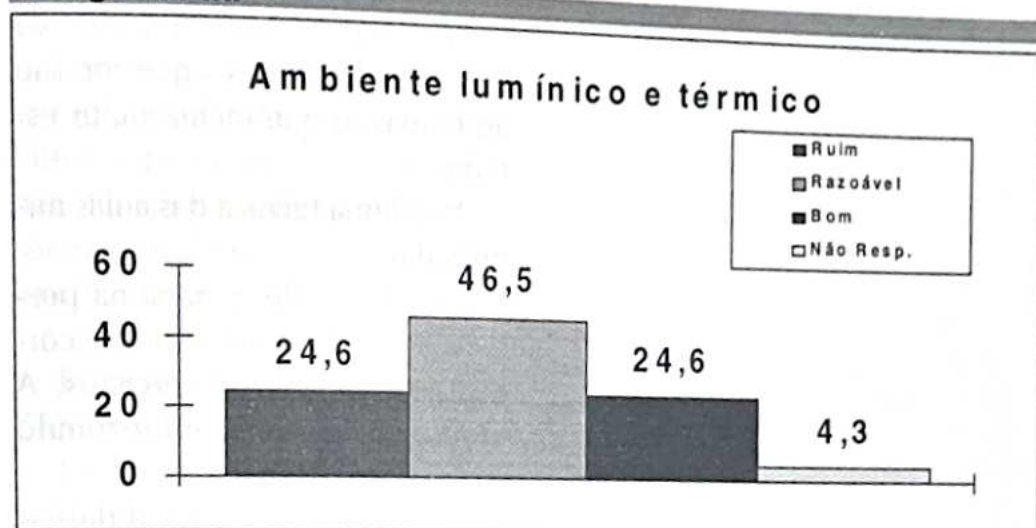
*Adquirir maior capacitação profissional para tornar as aulas cada vez menos livrescas. *Produzir e transmitir conhecimentos científicos.

Tabela 4- Condições de trabalho:

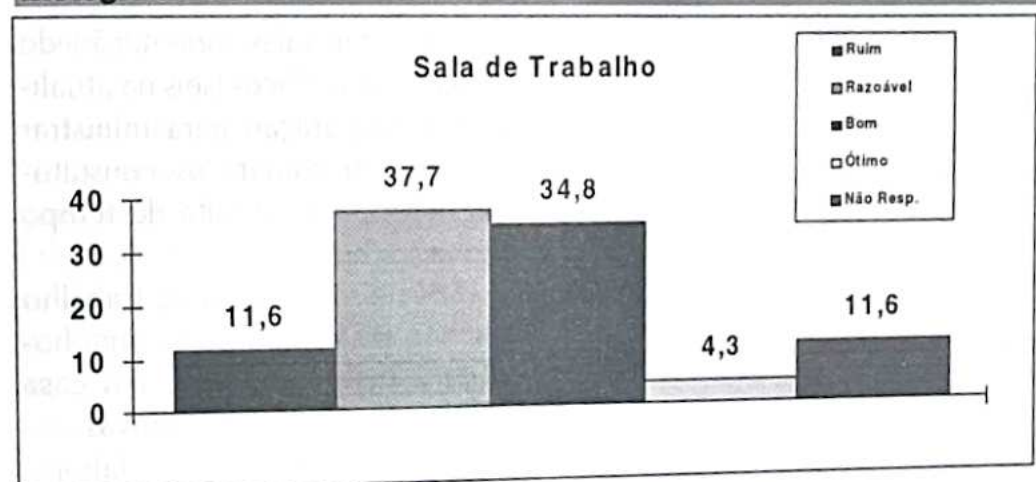
Qualidade	Ruim	Razoável	Bom	Ótimo	Não Resp.
Ambiente lumínico e térmico	17(24,6%)	32(46,5%)	17(24,6%)	00	03(4,3%)
Sala de Trabalho	08(11,6%)	26(37,7%)	24(34,8%)	03(4,3%)	08(11,6%)
Laboratórios	14(20,3%)	24(34,8%)	10(14,5%)	02(2,9%)	16(27,5%)

Fonte. Pesquisa Op. Cit..

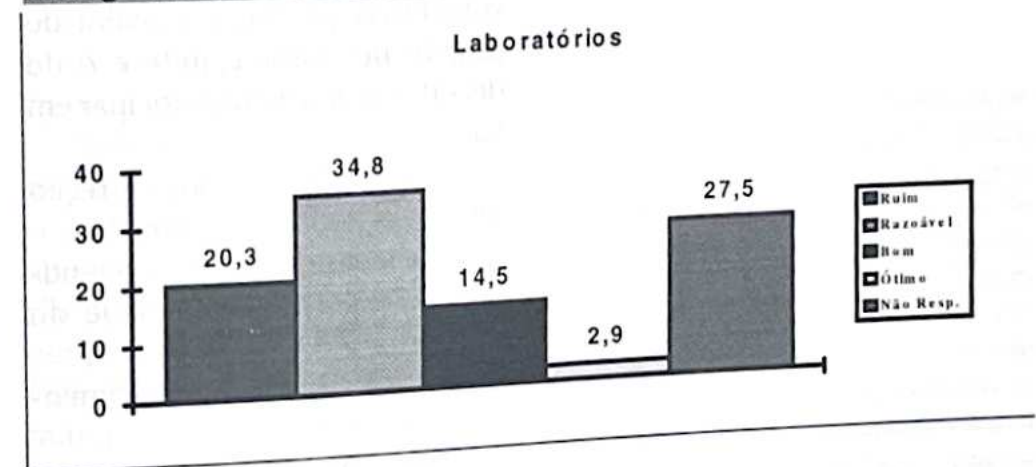
Histograma 4.1.



Histograma 4.2.



Histograma 4.3.



"Esta contribuição, sem a pretensão de ser a única, visa iniciar uma discussão que procura identificar o que mudou, e sobretudo qual o significado desta mudança."

Preparação de aulas:

*Necessidade de colocar as atividades em dia, ensino de aulas, preparação de aulas, estudo, atualização (cursos, leituras, vídeos).

*Em pesquisa, continuando as atividades do dia.

*Preparar aulas, formação intelectual e política.

*Na maioria das vezes é para preparar aula (estou na etapa de montar cursos que ministro).

*Conseguir cumprir todos os objetivos das funções que me são atribuídas, o que inclui muito estudo.

*Melhoria técnica das aulas ministradas.

*Nos finais de semana na preparação de aulas, relatórios, e correção de provas e exercícios. À noite idem e ainda ministrando aulas.

*Organizar material didático pedagógico, ler textos de apoio para as aulas, montar projetos de extensão.

*Preparar aulas, orientação de trabalhos científicos (seis na atualidade), preparação para ministrar palestras em congressos, consultório particular (por falta de tempo em outro horário).

*Primeiro, no local de trabalho leciono parte da minha carga horária à noite. Segundo, em casa preparo aulas e corrijo provas.

*Trabalhos referentes à elaboração de aulas, provas e correções de provas.

*Preparo de aula, leitura de revistas novas que chegam, análise de projeto de dissertação/tese e de dissertação/tese para participar em banca.

*Preparação de cursos, correção de provas, redação de projetos.

*Aumento da produção científica e melhoria da realidade do ensino.

*Aprimoramento, conhecimento, comunicação.

*Aprimorar conhecimentos, preparar material didático.

*Transmitir conhecimentos, des-

cobrir fatos novos, produzir conhecimentos.

*Tenho aulas nestes horários. Conseguir executar todo o trabalho.

Diversos:

*Melhor clareza do trabalho, maior conhecimento, obter um bom salário.

*O curso é noturno e também estudo Informática e Língua Estrangeira.

*Aulas noturnas por ter alunos que trabalham durante todo o dia.

*Para dar conta de tudo que tenho para fazer.

Pesquisa:

*Dar conta das atribuições especialmente da pesquisa.

*Ensino e pesquisa.

Satisfação, remuneração.

*Aprimoramento técnico, científico, financeiro.

*Satisfação pessoal e profissional, necessidade de remuneração.

*Melhorar minha renda. Complementar a renda.

*Realização pessoal, sobrevivência econômica e desenvolvimento intelectual.

*Como sou de contrato temporário, não sou liberada para formação. Tenho 12 créditos, além do trabalho de pesquisa do mestrado que me envolve durante o "tempo livre".

Estudo permanente:

*Leitura para atualização e exercer trabalho científico.

*Preciso conciliar atividades de pesquisa com atividades de ensino e por isso o tempo disponível na UFSC não é suficiente para atividades como: correção de provas, preparação de aulas de cursos novos, leituras de atualização,...

*Pesquisa científica, elaboração de artigos científicos.

*Cursos de língua estrangeira visando o doutorado; coordenação de um projeto de estudos.

*Complementar tarefas não atendidas e diminuir pressão de trabalho durante a semana.

Na exposição dos objetivos os

Bibliografia

- AUED, B. W. Reflexões sobre o contrato coletivo: Vitórias de Pirro. In: **Cadernos ANDES** n. 11. Florianópolis. 1993.
- AUED, B.W. **Relatório de Pesquisa: Subsídios à caracterização dos novos docentes Universitários**. -1995.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. SP. Unicamp. 1986.
- _____. **Adeus ao trabalho?**. SP. Brasiliense. 1995.
- _____. **A crise e os sindicatos. Teoria e debate**. Nº. 20, 1993.
- ALMEIDA, M. H.T. Dificil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: F.W. REIS e G. O'DONNELL (orgs.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. SP. Vértice. 1988.
- ALMEIDA, A. O. A organização universitária e as faculdades de ciências e letras. In: **O problema universitário brasileiro**. RJ. Encadernadora S.A. 1929.
- AZNAR, G. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. SP. Página aberta. 1995.
- BEZERRA, A. O problema universitário. In: **O problema universitário brasileiro**. RJ. Encadernadora S.A. 1929.
- BRECHT, B.. **Galileu Galilei**. SP. Abril. 1956.
- BRESCIANI, L.P. **Tecnologia, Organização do trabalho e ação sindical: da resistência à contratação**. SP. Escola Politécnica. 1991.
- BRIDGES, W. **Um mundo sem empregos**. SP. Makron. 1996.
- CADERNOS ANDES**. Brasília. Forum Propaganda. 1996.
- CAPISTRANO, D. ADEUS AO TRABALHO? IN. **Revista Atenção**. Página Aberta. OUTUBRO DE 1995.
- CARNEIRO, L. Legitimidade e conveniência do concurso estadual para a solução do problema universitário. In: **O problema universitário brasileiro**. RJ. Encadernadora S.A. 1929.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. SP. Xamã. 1996.
- COMIN, A. e outros. **O mundo do trabalho**. SP. Escrita. 1994.
- CORIAT, B. **L'atelier et le robot**. Paris, Bourgois, 1990.
- CUNHA, L.A. **A universidade Temporária. O ensino superior : da Colônia à era de Vargas**. RJ. Civilização. 1980.
- _____. **A universidade crítica. O ensino superior na república paulista**. RJ. Francisco Alves. 1983.

Exemplo 4: Departamento de Engenharia elétrica

Klautau, A. Bermudez, J.C.M., Seara R. Codificador CELP com quantização vetorial empregando busca rápida. In: Simpósio Brasileiro de Telecomunicações., 1993, Natal, RN. Anais...p.92-97.

Guenther, R., Espíndola, J.J. de O projeto de um controlador em cascata para manipulação com transmissões flexíveis. In: Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica, 12/93, Brasília - DF. Anais...vol.1 p. 349-352.

Exemplo 5: Departamento de Microbiologia e Parasitologia

Steindel, M. Toma, H.K., Carvalho Pinto, C.J., Grisard, E.C., Ishida, M.M.I., Schlemper Jr. B.R. Romanha, A.J. Caracterização biológica e isoenzimática de 68 cepas de Trypanossoma Cruzi. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 1993, Fortaleza, CE. Resumos p.195.

Exemplo 6: Departamento de Ciências Morfológicas

Duarte, H.E., Oliveira, C., Vicentini, C.A. Observações ultra-estruturais sobre os capilares testiculares no cão. In: Congresso Brasileiro de Anatomia, 1993, SP. Anais...p 68.

Exemplo 7: Departamento de Matemática

Charão, R. C., Menzala, G. P. O sistema de ondas elásticas: regiões livres de ressonâncias. In: Congresso Nacional de Matemática Aplicada E Computacional, 1993, Uberlândia, MG Cadernos de resumos... Uberlândia, MG. SBMAC, 1993 p.04.

Exemplo 8: Departamento de Metodologia Desportiva

Petrovski, E. L. Pesagem Hidrostática: análise da Posições Sentada e grupada. In: Semana da Pesquisa da UFSC. 1993, Florianópolis,

SC. Anais...Florianópolis, SC 1993.

Esses trabalhos publicados ilustram a tendência geral, da universidade onde predominam as especializações das atividades docentes. Com raras exceções, a produção é compatível com a forma de ser formada na universidade. Se por um lado há domínio de uma especialidade, por outro são incapazes de dialogar a especialidade do outro e dificilmente desenvolvem a capacidade de uma visão de totalidade. Não será exagero dizer que se há aproximadamente 64 departamentos também há 64 linguagens, produto da inserção social de 64 especialistas. Se confrontados estes provavelmente teriam um diálogo de surdos, na melhor hipótese e na pior, uma situação risível. O que diria um cientista social sobre a pesagem hidrostática? E o docente de educação física sobre o Codificador CELP com quantização vetorial empregando busca rápida? Daquela idéia de universalidade - eles, certamente estão distantes.

Flexibilização do trabalho docente

Na pesquisa em questão há um outro componente significativo da acumulação flexível. Em março de 1995, na UFSC há 30,72% de renovação da força de trabalho e entre eles há apenas 326 contratados no quadro do funcionalismo federal, isto é, 16,13 % dos novos docentes e o restante (295 docentes) possui contrato na forma eventual. A UFSC convive com a era da acumulação flexível a atividade docente, flexibilizando algo em torno de 14,59% da força de trabalho docente. Os dados desta pesquisa refletem esta realidade que inclui docentes com e sem estabilidade. Independentemente da forma de inserção no quadro funcional, segue abaixo um quadro sobre a renovação, por local de trabalho, como se pode ver na tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição dos docentes por centro (local de trabalho).

CENTRO	docentes contratados desde 92-efetivos	docentes contratados desde 92-substitutos	total de contratações de 1992 a 1995
CCS	61	69	130
CTC	41	17	58
CCJ	09	09	18
CSE	13	29	42
CCE	36	24	60
CFM	22	21	43
CCB	31	18	49
CED	28	40	68
CFH	39	29	68
CDS	09	07	16
CCA	05	07	12
Ativ adm.	32	25	57
TOTAL	326	295	621

Fonte: N.P.D. da UFSC 1995 e Pesquisa "Subsídios à caracterização dos novos docentes Universitários" - 1995.

A partir de 1991, durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello, as universidades federais brasileiras têm seu universo de docentes significativamente redefinido em relação à sua força de trabalho. A Universidade Federal de Santa Catarina é exemplar nesse processo. Data deste período a aposentadoria especial de quase um terço dos docentes, pois esse governo, com o intuito de diminuir o contingente geral de funcionários públicos federais, desencadeia um grande movimento de esvaziamento das universidades. No caso específico dos docentes, eles **têm estabilidade de trabalho e aposentadoria especial**, conquistadas pelas lutas do movimento sindical e incluídas na Constituição de 1988, bem como no Regime Jurídico Único (RJU). Ao mesmo tempo, aqueles que fazem jus à aposentadoria especial se valem do decreto federal que concede um acréscimo de 20% de salário àquele que se aposenta (artigo 192 e 193 do RJU). Da ótica da instituição desencadeiam mudanças significativas no interior da UFSC. A aposentadoria, a partir dos anos 90, se torna quantitativamente expressiva e redefine o perfil dos docentes nos departamentos da UFSC. Em algumas situações há renovação de 70% na quantidade dos professores, como por exem-

plo, no Departamento de Estudos Especializados em Educação.

"As universidades públicas enfrentam sua terceira e mais forte onda de aposentadorias precoces em apenas cinco anos. A primeira ocorreu em 1991, quando o então presidente Fernando Collor de Mello anunciou a intenção de reformar o sistema de aposentadorias no país. A segunda - já maior do que a primeira - aconteceu no início do ano passado, quando tomou posse o atual presidente Fernando Henrique Cardoso, com seu projeto de reforma do estado. A terceira onda - que em alguns lugares vai triplicar o número de professores e funcionários aposentados em relação a 1995 - está em pleno andamento". Segundo o ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Diomário Antônio de Queirós, oito mil professores das universidades federais se aposentaram, nestes últimos anos, no Brasil ¹⁵.

O resultado dessas duas medidas gera uma polêmica entre os docentes. Enquanto que alguns defendem a tese da necessária diferenciação do docente frente aos demais trabalhadores, questionando inclusive a necessidade do direito à aposentadoria especial, outros defendem a aposentadoria especial em decorrência de desgaste físico peculiar. Em am-

- . A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. RJ. Francisco Alves. 1988.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho. SP. Cortez, 1980.
- DENIS, H.. História geral do pensamento econômico. Lisboa, Horizontes, 1974.
- Ensino Universitário. SP. Imprensa Oficial do Estado. 1934. Xerox
- EVANGELISTA, O. A formação do professor em nível universitário: a experiência do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. (documento apresentado na qualificação do Curso de Doutorado em História e Filosofia da Educação) SP. 1995. xerox
- ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. SP. Global Editora. 1986.
- FERRO, J. R. A produção enxuta no Brasil. In: WOMACK, J.R. A máquina que mudou o mundo. SP. 1992. Folha de São Paulo 21 de abril de 1996. Folha de São Paulo 15 de setembro de 1996.
- FREYSSINET, J. Le mouvement Social. In: Revista Crítica marxista n.1 vol. 1 SP. Brasiliense 1994.
- GARRIDO, L. J. "A crise mexicana e a alternativa popular". Florianópolis, 1996 (notas de conferência). xerox
- GIDE, A. A volta do filho pródigo. RJ. Nova Fronteira. 1984.
- GOMES, A. C. A invenção do trabalho. SP. Vértice. 1988.
- GUIMARÃES, A.e N. C. Movimento sindical e formação de classe. In: Salvador. Cadernos CRH, nº 5. 1987.
- Classes, regimes fabris e mudança social no nordeste brasileiro. In: L. Valadares e E. Preteceille. (orgs.) Reestruturação urbana: tendências e desafios. RJ. Nobel. 1990.
- HADDAD, F. Interpretando a história. Os troços de Kurz. in. Debate e Crítica. no 21. 1993.
- HESÍODO. Os trabalhos e os dias. SP. Iluminuras, Projeto e Produção Editoriais. 1991.
- HOBBSAWM, E. Mundos do trabalho. RJ. Paz e Terra. 1987.
- A era dos extremos. SP. Brasiliense. 1995.
- HIRATA, H. (org.) Sobre o modelo japonês. SP. Edusp. 1993.
- HARVEY, D. A condição pós moderna. SP. Loyola. 1989.
- Frida KAHLO. Madrid. Egraf. 1992

15 - Folha de São Paulo, 21 de abril de 1996.

KEYNES, J. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. SP. Abril. 1983.

KLEIN, L. O professor decreta o fim da escola. In: **Revista Intermeio**. Vol. 1 nº.2. Campo Grande. Ed. UFMS. 1995.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. SP. Paz e terra. 1993.

LABORIAU, F. **Palavras de saudades**. In: O problema universitário brasileiro. RJ. Encadernadora S.A. 1929.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. SP. Kairós. 1980.

LAMPEDUSA, G. **O Leopardo**. SP. Abril, 1974.

LEITE, M. de P. **Novas tecnologias e subjetividade operária**. SP. Escrita. 1994.

LOJKINE, J. **A classe operária em mutação**. SP. Oficina de Livros. 1990.

_____. **A revolução informacional**. SP. Cortez. 1995.

LOPES, J. **Sociedade industrial no Brasil**. RJ. Difel. 1965.

MAAR, W.L. El Fin de la Sociedad Del Trabajo o Emancipación Crítica del Trabajo? In: **Cuadernos Del Sur**. Buenos Aires. Junho De 1995. Nº 19.

MACHADO DE ASSIS, J.M. **Quincas Borba**. SP. Jackson Inc. 1957.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. RJ. Zahar. 1967.

MARX, K. **O Capital**. RJ. Civilização. 1968.

MANTOUX, P. **A revolução industrial do século XVIII**. SP. Hucitec. s.d.

MARTINS, H. de S. e outro. **Terceirização**. SP. Hucitec. 1994.

MARQUES, R. M. **Automação micro-eletrônica e o trabalho**. SP. Binal. s.d.

_____. Mercado de trabalho em Santa Catarina. In: **Estudo especial DIEESE**. Florianópolis, junho de 1996.

NAGELS, J. **Trabalho coletivo e trabalho produtivo**. Lisboa. Prelo. 1975.

NAVILLE, P. **Hacia el automatismo social? Problemas del trabajo y de la automación**. México. Fondo de Cultura. 1985.

_____. 1980.

NEDER, R. T. **Automação e movimento sindical no Brasil**. SP. Hucitec. 1988.

_____. **Organização universitária brasileira**. (decretos nº.19.850, 19.851 e 19.852 de 11 de abril de 1931). RJ. Imprensa Nacional. 1931.

OUTHWAITE, W. **Dicionário do Pensamento social do século XX**. RJ. Zahar. 1996.

bas as situações o consenso está muito longe de ser uma realidade e as posições variam de um extremo ao outro, da defesa do direito à aposentadoria especial à sua impropriedade. Nesse caso, dizem que é mais do que um problema, é um privilégio insustentável diante dos demais trabalhadores porque a sua manutenção reafirma as desigualdades. O trabalho do professor universitário não contém necessariamente desgaste físico justificável de uma aposentadoria especial¹⁶.

Polêmica, esta questão adentra ao sindicato, passa a ser objeto de discussão entre a diretoria e associados da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, seção sindical (APUFSC-SSIND). Diante da relevância do problema, vividos por uma parte expressiva dos docentes, o sindicato organiza uma secretaria especial dos aposentados, que é, ao mesmo tempo, exigência e manifestação do tamanho e da complexidade do problema.

O temor daquele que se aposenta, neste momento, não advém apenas do envelhecimento que se aproxima, ou do desejo de trabalhar, mas também das ameaças constantes de perda de poder aquisitivo e da condição de vida. O momento atual mostra-se particularmente ofensivo diante do aposentado, evidenciando acintoso desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. Uma hora o governo acena com a revisão constitucional, que quer "rever" a aposentadoria especial, outra hora impõe a medida provisória (M.P. nº. 409/93) que limita os salários de aposentados. E em outra, ainda, inviabiliza a seguridade e a previdência social, abrindo o caminho para as empresas de seguridade privada.

O temor e a insegurança também integram o conjunto dos docentes entrevistados na medida em que depositam no trabalho a razão da vida. "Se não houver trabalho não há vida" disse uma professora. Se o trabalho é tudo na vida, paradoxal-

mente, isso os aproxima da identidade geral dos trabalhadores e os distancia do professor cosmopolita, pesquisador da causa pública, cientista.

Teórica e metodologicamente o trabalho é aqui considerado como relação social historicamente configurada. Sua presença, por ausência, contribui para delinear o que se pode entender por trabalho. Na ausência, qualquer que seja sua forma, é que se torna presença, explicita a dimensão que ele possui. Analógicamente, é somente quando falta luz elétrica que se percebe quanto ela está presente em nossa vida. É neste sentido que se fará alusão ao trabalho e suas várias formas manifestas na atualidade: aposentadoria, desemprego e o lazer¹⁷.

Sendo a escola uma invenção histórica, porquanto invenção dos homens, é admissível a hipótese de que um dia a universidade e o professor se tornem dispensáveis. Afinal tem sido incessante o movimento de transformação das sociedades. O professor pode tornar-se obsoleto assim como o foram os chapeleiros e os alfaiates, desaparecendo na virulência do processo de a passagem de uma forma social de viver em outra.

Todavia, até que uma forma se complete, a atuação de alguns seres humanos tem importância decisiva. Se não fosse a atuação decisiva dos intelectuais, na década de Trinta, provavelmente não teríamos universidade; ou do mesmo modo, se não fosse a atuação dos chapeleiros, não teríamos nem chapéus nem direitos sociais.

Os docentes devem continuar ensinando, costurando ainda por algum tempo, assim como os alfaiates. É muito fácil visualizar o que seria caso os alfaiates encerrassem suas atividades: antes mesmo que a indústria tivesse dominado o mercado, inúmeras pessoas teriam que andar esfarrapadas, por um bom tempo, a esperar talvez um produto industrializado do além mar. É por-

tanto necessária muita cautela. Nem tudo é informática, nem toda informática dispensa o ensino. A arte de continuar professorando exige muita competência e ainda não foi ultrapassada de todo. Nesse aspecto vale uma lembrança do passado: os intelectuais nascidos na virada do século representam os intelectuais do século (...), que se mantinham por meio de livros, de críticas e do jornalismo, frequentemente sendo professores universitários. "Eram ensaístas soberbos e escritores elegantes: iconoclastas, críticos e polemistas que não se submetiam a ninguém". (Sader, 1996: 62). Eles subverteram a ordem daqueles que diziam não ser possível produzir conhecimento no Brasil. A subversão não era apenas de caráter tecnológico, reducionista. A instituição da universidade era uma crítica às relações de poder vigentes.

Há alternativa aos novos docentes? A resposta sugere um caminho idêntico ao dos desempregados: àqueles "desgostosos" com uma ou outra situação, ou ambas, urge que se ultrapasse o nível da denúncia, instaurando um debate de crítica à racionalidade em vigor. Se o desemprego não é episódico, é parte integrante desta ordem capitalista, então essa é uma questão que diz respeito tanto à universidade como também à sociedade. Permitir o acesso a todos aqueles que querem estudar, aumentar o tempo médio de estudos, acabar com o vestibular, seriam alternativas? Essa seriam novas alternativas?

Novas alternativas ou novas utopias não nascem da noite para o dia, ou somente na cabeça dos sonhadores e intelectuais. Elas emergem no crepúsculo de um período histórico, sempre que o mundo que chega se abre outra vez a opções de sentido. As potencialidades jorram pelos poros da vida, embora a opinião de alguns docentes seja radicalmente adversa. Na verdade enfrenta-se um paradoxo peculiar. Poucos re-

sistiram a acreditar que o mundo histórico não se abre a mais uma opção. Desvaneceram-se todos os sonhos de libertação, de solidariedade, de controle social da riqueza produzida.

"Eppur se muove. O mundo já é novo, em muitos sentidos. E sobretudo já entranha visíveis e ativas opções de sentido histórico. Ou seja, o tempo vindouro não será um mero prolongamento do passado, como sonha agora o milenarismo capitalista, mas sim um tempo historicamente novo". (Quijano, 1993: 97). Grifo do autor.

É esse o contexto do trabalho dos novos docentes, que talvez necessitem abandonar o trefismo escamoteador do desânimo e da falta de perspectiva de vida que vai muito além do Campus. Assim sendo, é urgente que os novos docentes reinstalem a comunicação entre a sociedade e a universidade. A subversão passa pelo caminho de apropriar-se de tudo aquilo que nos foi suprimido, de deixar de ser o que nunca fomos, o que nunca seremos e jamais teremos de ser. Se a formação do professor industrializado ofuscou a importância da arte de ser intelectual e professor, já não é sem tempo, que se deve ressituar a identidade, colocando-a num novo patamar, isto é, o patamar condizente com uma nova sociedade. ASSUMIR A TAREFA DE REORGANIZAR A VIDA SOCIAL EM OUTRAS BASES E TRABALHAR COM ELA É DEVOLVER AOS SERES HUMANOS O ESPAÇO PRIVILEGIADO DA FESTA, DA MANIFESTAÇÃO CULTURAL, DO LAZER. Somente assim é possível resolver a utopia da emancipação e a crise de identidade. **"..entrar na batalha, pois nela ninguém perde; mesmo para aqueles que perdem, seus feitos permanecem"**. (de William Morris mencionada no filme "Terra e Liberdade") Eis aí um caminho possível, quiçá uma luz ao final túnel.

- OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. RJ. Tempo Brasileiro. 1984.
Proposta da ANDES/SN para a Universidade Brasileira In: **Cadernos ANDES**, Brasília. DF. 1996.
RIBEIRO, D. **A Universidade necessária**. RJ. Civilização. 1969.
RODRIGUES NETO, B. de M. **Marx. Taylor. Ford**. SP. Brasiliense. 1988.
RODRIGUES, L. M. **Sindicalismo e sociedade**. SP. Difusão Européia do Livro. 1968.
RUBIN, I. **Teoria marxista do valor**. SP. Brasiliense. 1980.
RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. SP. Mackron Books, 1995.
Revista Crítica Marxista n.1 vol. 1 SP. Brasiliense 1994.
Revista Universidade Viva. Florianópolis. UFSC. 1995
Revista Universidade e Sociedade. Brasília. 1995.
SADER, E. Nós que amávamos tanto O Capital. In: **Revista Praga**. SP. Boitempo. Set/out. de 1996.
SALOMON, D. V. e outro. O professor da UFMG. In: **Caminhos**. junho de 1995.
SELIGMANN, E. **Desgaste mental do trabalho**. SP. Cortez Editora. 1994.
SODRÉ, A. Organização Universitária. In: **O problema universitário brasileiro**. RJ. Encadernadora S.A. 1929.
THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. RJ. Paz e Terra. 1987.
VASCONI, T.A. e I.R. **Modernización y crisis en la universidad latinoamericana**.
WALTHER, I. F. **Pablo Picasso**. Berlim. Ed. Benedikt Tasken. 1992.

- 16 - O primeiro embate significativo entre docentes aposentados e ativos da UFSC deu-se em 91, quando o Conselho Universitário, após discussões entre membros dos últimos (representantes da administração, reitoria e dos acadêmicos), decidem não contratar nenhum docente aposentado desta universidade. O argumento de tal deliberação fundamenta-se na necessidade de defesa da aposentadoria especial. Alguns aposentados questionam esta decisão e vão, inclusive, à Justiça buscar sustentação para retornar ao trabalho.
17 - Ver a respeito: Marx, K. O capital capítulo VI (inédito). SP. Ciências Humanas, 1978. E do mesmo autor, O capital. RJ. Civilização Brasileira, 1968. Cap. XII e XIV.

PAULO FREIRE

Homenagem ao teórico da pedagogia libertadora na América Latina

* Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Doutor em Filosofia do Direito. Autor de vários livros, dentre os quais: *Pluralismo Jurídico - Fundamentos de uma Nova Cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

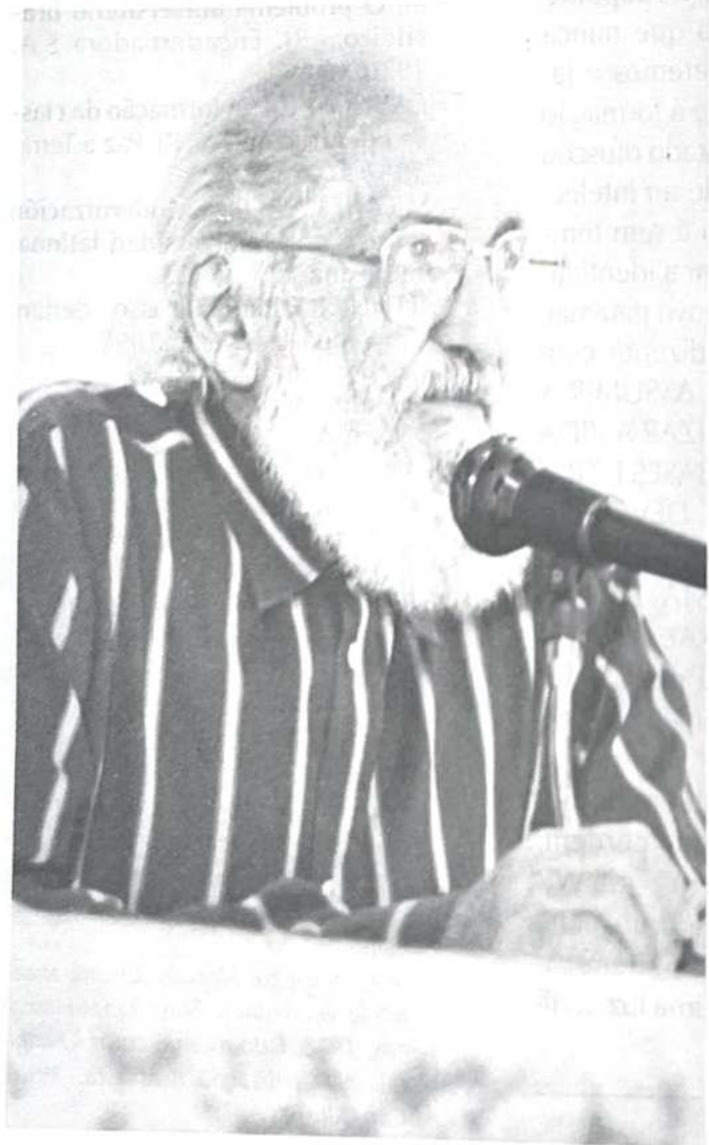


Foto: Agecon/UFSC

No dia dois de maio de 1997, em São Paulo, o Brasil perdeu um de seus maiores e mais conhecidos pedagogos: Paulo Freire. Ao falecer, o notável educador brasileiro deixou, uma obra aclamada não só no seu país, mas também reconhecida internacionalmente. Imbuído de uma visão humanista e revolucionária, constrói um projeto de educação libertadora e um método de alfabetização centrado na conscientização, no diálogo e na transformação social. É, no entanto, impossível falar de sua significativa obra sem antes recordar quem foi o homem e sua trajetória histórico-política.

Breves momentos da vida de um educador

Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade do Recife, onde fez seus estudos secundários. Formou-se em Direito, mas exerceu por um pequeno período a prática da advocacia. Abandonou a militância forense para assumir funções de coordenação do Departamento de Educação e Cultura do Sesi (Serviço Social da Indústria), em Pernambuco. Assim, no espaço de 1946 a 1960, realizou as primeiras investigações e a sistematização do método de alfabetização de adultos, alcançando, em 1961 resultados altamente positivos e notoriedade nacional. Havia grandes projetos para a utilização de seu programa de alfabetização em todo o país, quando o golpe militar de Março de 1964 derruba o governo legal e democrático de João Goulart. Com a instauração do regime ditatorial, o projeto de Paulo Freire foi paralisado e deixado de lado. Na mesma época esteve preso durante 70 dias acusado de subversão e dissidência política. Tais acontecimentos forçaram-no a asilar-se na embaixada da Bolívia, indo depois para o Chile, onde exerceria as atividades de professor e consultor de programas de ensino junto ao governo daquele país. Em 1969 torna-se, por um ano, professor na Universidade de Haward. Em 1971 segue para Genebra, onde assume a assessoria do Conselho Mundial de Igrejas, criando o Instituto de Ação Cultural (IDAC) que operaria em projetos culturais de vários países, como Guiné-Bissau, Tanzânia, Angola e Moçambique.

Durante seu tempo no Exterior obteve diversos prêmios pela sua atuação na área da educação, dentre os quais um oferecido pela própria UNESCO. Foi Doutor Honoris Causa por inúmeras universida-

des da Europa e dos EUA. De volta do exílio, no Brasil, passou a lecionar em universidades brasileiras, prosseguiu sua produção de livros, continuou a proferir conferências e acabou por ocupar a chefia da Secretaria de Educação da Administração Municipal de Luíza Erundina, em São Paulo.

Aspectos da pedagogia libertadora de Paulo Freire

Um sucinto resgate de suas idéias no exame de duas de suas mais importantes obras, "Pedagogia do Oprimido" e "Educação como Prática da Liberdade", permite captar a força de algumas asserções nucleares como: a humanização como negação da opressão e da dependência - a estratégia de uma pedagogia do oprimido - a verdadeira educação como processo de conscientização, práxis de libertação e problematização crítico-dialógica. Assim, há uma interação e interdependência necessária entre alguns conceitos fundamentais: humanização, conscientização, libertação e educação crítica.

Para Paulo Freire, o reconhecimento da opressão, da injustiça e da desumanização das sociedades latino-americanas se constitui no primeiro momento concreto de compreensão e de ruptura com esta realidade histórico-cultural. Esta constatação dolorosa de "sociedades fechadas" marcadas por uma "cultura do silêncio" conduz ao compromisso histórico de seu povo de superar sua "situação limite" de marginalidade, exploração e injustiça.¹ Criam-se as condições para uma opção radical de luta e transformação das sociedades mediante uma prática política de educação. Tal perspectiva se expressa na medida em que a desumanização não é uma vocação histórica dos homens, tampouco a exclusão e a ordem injusta são condições naturais da essência huma-

1 - FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 29-30; _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 52.

na. Em verdade, a humanização é uma vocação dos indivíduos, vocação que é constantemente "negada pelas circunstâncias reais da história. (...) Neste sentido, o ser humano é a síntese dialética da opressão e da luta por liberdade e justiça. A desumanização, que é a situação real da existência humana, contém as condições necessárias de sua própria negação."². Adquire sentido, portanto, a "luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como 'seres para si' (...)." ³ O esforço histórico dos oprimidos é para libertar-se daqueles opressores que os exploram, violam e causam sua negação. Daí a necessidade que se impõe, para Paulo Freire, de superar a situação opressora, mediante o reconhecimento crítico da condição de exclusão e a instauração de uma ação transformadora capaz de superar a totalidade da desumanização.

A mudança da realidade presente e a restauração da dignidade histórica dos homens serão instrumentalizadas por uma "Pedagogia do oprimido", forjada "com ele e não para ele". Na visão de Paulo Freire, o oprimido "é um ser que não existe por si mesmo; ele somente existe no seu opressor. Contudo, nada pode ser feito se o oprimido não percebe a realidade da opressão."⁴ Torna-se imperioso, para Paulo Freire, uma pedagogia que, partindo da opressão, torne esta situação "objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação (...)" ⁵ Diante do problema da "consciência oprimida e da consciência opressora", surge o homem novo que não será opressor, nem "mais oprimido, mas homem libertando-se."⁶

Vale dizer, pois, que o "homem

novo" resultante de uma exigência radical e da transformação objetiva, está intimamente vinculado a um processo de percepção crítico-educadora e de abandono da realidade mítica criada e desenvolvida pela estrutura dominante. Daí a afirmação de uma "pedagogia do oprimido" - essencialmente humanista e libertadora - que abrange dois momentos diferentes. No primeiro momento, "os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na prática, com a sua transformação"; num segundo, "transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação."⁷ A "pedagogia do oprimido" enfrenta e supera a cultura oficial de dominação que está impregnada por uma visão "bancária".

Na concepção "bancária" de Paulo Freire, os homens são vistos como seres de adaptação, de ajustamento e de passividade, autênticos depósitos de conhecimentos e de transmissão de saberes que sufocam qualquer possibilidade de uma consciência crítica. Esta "cultura do silêncio", marcada por uma concepção mecânica e compartimentada da consciência apresenta os "homens como seres vazios a quem o mundo enche de conteúdos".⁸ Ao contrário da visão "bancária" que serve à dominação e à mitificação da existência, da educação problematizante - que serve à libertação - revela-se autenticamente reflexiva e dialógica, perfazendo-se como um contínuo ato de desmitificação da realidade.⁹ É o antagonismo de duas concepções pedagógicas: a primeira conduz a uma prática "imobilista" e "assistencialista" que nega o diálogo que inibe a criatividade, enquanto a segunda, de cunho problematizante,

**"Daí a necessidade que se impõe,
para Paulo Freire, de superar a
situação opressora, mediante o
reconhecimento crítico da condição
de exclusão e a instauração de uma
ação transformadora capaz de
superar a totalidade da
desumanização."**

te, "parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens". Assim sendo, a educação de Paulo Freire, envolve "um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham." Daí ser "a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade."¹⁰

A dialética do processo educativo em que a alfabetização não é a repetição das palavras ou a percepção descontextualizada, mas um descobrir-se como sujeito, atravessa uma humanização interagida por conscientização, práxis libertadora e dialogicidade crítica.

A apreensão desmitificadora da realidade e a tomada de consciência conduz à conscientização que, no dizer de Paulo Freire, envolve um compromisso de sujeitos fazendo e refazendo o mundo, sua inserção crítica na história. A conscientização implica uma atitude humana crítica que sempre se renova e jamais se esgota, possibilitando a aproximação com a utopia. A utopia é igualmente compreendida como um compromisso histórico: não como um ideário irrealizável, mas como a "dialeção dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar, a estrutura humanizante. (...) A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos."¹¹

Isso tudo sugere que a verdadeira humanização do mundo se efetiva com a necessária liberdade dos

seres humanos. Comentando o sentido da práxis libertadora na obra de Paulo Freire, Peluso assinala que é condição o ser humano ser livre para dar à realidade uma dimensão histórica e de valor. (...) Dessa forma, a humanização do mundo é a libertação do ser humano. A libertação do ser humano somente é possível quando ele se torna consciente da sua realidade. Ao entender e transformar a opressão, a exploração e a injustiça, o ser humano se torna livre. (...) No processo de conscientização, o ser humano se torna livre. (...) No processo de conscientização, o ser humano muda a realidade e, ao se tornar livre, humaniza o mundo."¹² Parece claro, desse modo, que a concepção de liberdade em Paulo Freire está distanciada de formulações formais e abstratas do liberalismo individualista burguês¹³, bem como sua noção de libertação é encarada como uma luta permanente contra as diversas formas de dominação.

O diálogo é outro momento significativo no transcurso entre "conscientização", "práxis libertadora" e "processo de alfabetização". Inspirando-se em Karl Jaspers, Paulo Freire escreve que o diálogo é o encontro e a comunicação entre os homens. Sem dúvida, o diálogo se sobressai como a direção "pela qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. (...) É o momento no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar (...). O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. (...) O diálogo exige igualmente uma fé intensa no homem, fé em seu poder de fazer e refazer, de criar e recri-

- 2 - PELUSO, L. A. **O Projeto da Modernidade no Brasil**. Campinas : Papyrus, 1994. p. 41.
- 3 - FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. p. 30.
- 4 - PELUSO, L. A. **O Projeto da Modernidade no Brasil**. p. 46-47; FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. p. 32.
- 5 - FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. p. 35 e 39.
- 6 - Ibid., idem. p. 46.
- 7 - Ibid., idem. p. 44; _____. **Conscientização**. p. 58 - 59.
- 8 - FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. p. 77; _____. **Educação e Mudança**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 38.
- 9 - FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. p. 77; _____. **Conscientização**. p. 79 - 82.
- 10 - Ibid., idem. p. 80-84.
- 11 - FREIRE, P. **Conscientização**. p. 26-29; _____. **Educação e Mudança**. p. 39.
- 12 - PELUSO, L. A. **O Projeto da Modernidade no Brasil**. p. 39.
- 13 - Cf. WEFORT, F. C. In: FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 22 ed. RJ: Paz e Terra, 1996. p. 14-15.

- 14 - FREIRE, P. *Conscientização*. p. 82-83.
- 15 - FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. p. 115-116.
- 16 - PELUSO, L. A. *O Projeto da Modernidade no Brasil*. p. 39.
- 17 - FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. p. 217.
- 18 - Ao falar de "consciência crítica", importa esclarecer que Paulo Freire compreende por "crítico aquele conhecimento que não é dogmático, nem permanente, que existe num contínuo processo de fazer-se a si próprio. E, seguindo a posição de que não existe conhecimento sem práxis, o conhecimento 'crítico' seria aquele relacionado com um certo tipo de ação que resulta na transformação da realidade. Somente uma teoria 'crítica' pode resultar na libertação do ser humano, pois não existe transformação da realidade sem a libertação do ser humano." In: PELUSO, L. A. *O Projeto da Modernidade no Brasil*. p. 44.
- 19 - PELUSO, L. *O Projeto da Modernidade no Brasil*. p. 59-60; FREIRE, Paulo. *Conscientização*. p. 81; _____ *Pedagogia do Oprimido*. p. 211-217.

Bibliografia

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. *Educação e Mudança*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Educação como Prática da Liberdade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PELUSO, Luis Alberto. *O Projeto da Modernidade no Brasil*. Campinas: Papirus, 1994.

ar, fé em sua vocação de ser mais humano (...)"¹⁴. Por isso, o diálogo que instaura uma pedagogia fundada numa nova relação humana, numa relação horizontal nascida de matriz crítica que se nutre "do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica"¹⁵.

Os diversos conceitos articulados por Paulo Freire compõe um projeto de prática cultural libertadora, em que a educação se apresenta como "o processo que faz o ser humano agir e se tornar consciente de sua própria realidade. Nesse sentido, educação significa ação cultural para a humanização, ou conscientização, ou libertação"¹⁶. No fundo, o que pretende Paulo Freire, embuído da práxis cultural dialógica, é a afirmação de uma teoria da ação para libertar os oprimidos, construída em comunhão do povo com a liderança revolucionária, pois o povo, estando "esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora"¹⁷. Fica evidente que a proposta pedagógica de Paulo Freire se revela como um forte instrumental de cunho revolucionário que age íntima e permanentemente no sentido das mudanças e das

transformações da sociedade. Trata-se de uma proposta metodológica que privilegia o diálogo, a participação, a formação de uma consciência crítica¹⁸ do mundo e uma nova relação entre os homens. Desse modo, a educação é um processo permanentemente "refeito pela práxis", revelando-se problematizante, crítica e criativa.¹⁹

Enfim, para concluir este inventário das principais concepções básicas do pensamento deste que inscreveu seu nome na galeria dos maiores pedagogos produzidos pela América Latina, importa deixar uma reflexão para futuras discussões: a importância das idéias de Paulo Freire para repensar as sociedades periféricas e dependentes da América Latina e as possibilidades de introjetar suas contribuições epistemológicas, de teor crítico e antidogmático, na investigação atual da teoria e das práticas do saber e do ensino.. A perspectiva pedagógica libertadora de Paulo Freire pode constituir-se numa rica vertente de inspiração para a construção, em sociedades marginalizadas e exploradas, de uma nova cultura sócio-econômica e político-jurídica menos formalista e mais democrática, participativa e humanizadora.

Espaço Plural

O desafio da privatização em pauta

Ao leitor

Chega neste final de ano a suas mãos o novo número da Revista Plural. No último período, a Revista esteve sob a responsabilidade editorial do Prof. José Medeiros que, por opção, não pode mais continuar com seu meritório trabalho. Ainda o presente exemplar é produto em grande medida de seu esforço de divulgação deste indispensável meio de elaboração teórico-político de nosso sindicato. Ainda que concluído por nós, trata-se de um número de transição que pretende anunciar uma nova fase de nossa publicação.

A troca de comando é também uma oportunidade para repensar a Plural. A introdução de sessões temáticas, a promoção de simpósios ou seminários e uma maior visibilidade da Revista são algumas medidas que pretendemos para o próximo período que, em seu conjunto, pretendem reforçar ainda mais este valioso instrumento de debate.

Nossa Revista pretende trazer para suas páginas uma reflexão mais consistente do movimento docente, de suas opções estratégicas e dos rumos da universidade brasileira sob o acosso da aristocracia financeira que atualmente domina o Estado. Portanto, não se trata de uma revista acadêmica, mas essencialmente política. Contudo, a intervenção política exige qualidade teórica da mesma forma que esta supõe compromisso político; a concepção segundo a qual política e ciência não se levam não faz mais do que levar águas para o moinho das classes dominantes. No momento em que o sindicalismo atravessa uma profunda crise e enfrenta desafios políticos inéditos dos quais não há seguro algum que garanta uma saída sequer honrosa, àquela relação torna-se decisiva.

O próximo número virá a luz no mês de maio de 1999; desde já, estão todos convidados à contribuição. Nele pretendemos tratar de forma exaustiva o desafio da privatização impulsionada com particular força no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde já sua contribuição poderá ser enviada para a sede de nosso sindicato impreterivelmente até a primeira metade do mês de abril próximo.

Sem mais para o momento
Atenciosamente

Nildo Ouriques
Editor

Espaço Plural é uma seção aberta a participação dos leitores. As correspondências devem ser enviadas para a APUFSC e ter no máximo 40 linhas de 90 toques. A publicação ficará a critério do Conselho Editorial de Plural

Comunicamos recebimento

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, acuso o recebimento da revista "Plural", da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - n.º 09.

Atenciosamente
Fausto M. Martello
Deputado Federal - PPB/SP

Senhor Presidente,

Acuso e agradeço o recebimento do exemplar da Revista PLURAL - ano 6 - n.º 9, de jan/jun de 1997.

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria, meus protestos de distinta consideração.

Atenciosamente
Deputado Adylson Motta

Senhores Professores,

Cumprimentando-os cordialmente, acuso e agradeço o recebimento do exemplar da PLURAL - Revista da Associação dos Professores da UFSC-SSIND - n.º 09, ano 6 janeiro/junho/1997, "O Fim do Ensino Público e Gratuito" e o BOLETIM n.º 206 - Informativo Semanal da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - Seção Sindical da ANDES-SC, de 8 a 12 de setembro do corrente ano.

Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me à disposição, renovo protestos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente
Deputado Neodi Saretta
Vice-Presidente da
Assembléia Legislativa.

Ilmo Sr.
Milton Divino Muniz

Prezado Senhor,

Comunico recebimento da publicação "PLURAL", n.º 9, jan/jun 1997.

Parabenizo esta associação pela qualidade gráfica e pela pertinência editorial da revista que trata com muita propriedade de temas como a autonomia universitária, a privatização do ensino superior, Che Guevara, resenhas e outros.

Com certeza utilizaremos as informações desta revista para o pleno exercício de nosso mandato parlamentar.

Atenciosamente
Deputado Federal
Vânio dos Santos - PT/SC

Excelentíssimo Senhor
Milton Divino Muniz

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do exemplar n.º 9 - Ano 6 - jan/jun 1997 da Revista da Associação dos Professores da UFSC-SSIND.

A par de meus agradecimentos pela gentileza da remessa, parabenizo o prezado Presidente, assim como os demais membros da Diretoria que se encontram à frente dessa Associação, desejando sucesso nas suas atividades.

Colocando-me a vossa disposição nesta Câmara Municipal, colho o ensejo para apresentar meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente
Jaime Tonello
Líder do PSL.

Ilmo Sr.
Milton Divino Muniz

Senhor Presidente,

Informamos o recebimento do n.º 09 da Revista da Associação dos Professores da UFSC. Ao agradecemos pelo envio do exemplar, parabenizamos o trabalho desenvolvido.

Na oportunidade, colocamos nosso gabinete à disposição de Vossa Senhoria, em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance no Legislativo Catarinense.

Atenciosamente
Deputado Jaime Mantelli
Líder do PDT na ALESC

Ao Prof. José Gonçalves Medeiros

Medeiros,

Acuso o recebimento aqui na Espanha da Revista Plural (não sei se mandada por vocês ou por meu Departamento ZOT)

De qualquer forma agradeço. Está ótima, como sempre. Continuem sempre.

Eros Mariom Mussoi
Córdoba – Espanha

Medeiros deixa a editoria de Plural

Para: Diretoria da APUFSC

Prezados diretores,

PLURAL tornou-se hoje uma referência sindical e acadêmica em termos de uma revista de um Sindicato. Sua consolidação deu-se a nível nacional, além de ser conhecida também a nível internacional.

O sucesso de PLURAL deve-se ao esforço e dedicação do conselho Editorial, à equipe de editoração e ao apoio irrisório da diretoria em termos de recursos financeiros.

No momento não posso continuar contribuindo com a Associação, pois estou

inscrito no Concurso para Professor Titular do Departamento de Psicologia, o que me impede de dedicar-me ao trabalho de editor da nossa revista.

É prerrogativa da diretoria indicar os nomes do Conselho e do Editor da Revista mas mesmo assim estou indicando o nome da Professora Carmen Haydee para assumir esta importante função dentro do Conselho Editorial. Encaminho, junto com este ofício, a organização preliminar dos artigos que comporão a edição de número 10, referente ao semestre 97/2.

Atenciosamente
Prof. José Gonçalves Medeiros
Editor de PLURAL

Índice remissivo por assunto e por autor

Números de 1 a 9 de PLURAL

ÍNDICE POR ASSUNTO:

A

- A APUFSC e os anos 90: já não somos mais o que éramos, o que seremos? ano 4, n.6, p.55, ago/dez de 1995
- A APUFSC na ditadura militar, ano 4, n.6, p.4, ago/dez de 1995
- A APUFSC na Nova República, ano 4, n.6, p.25, ago/dez de 1995
- A Autonomia e a Privatização do Ensino Superior, ano 6, n.9, p.4, jan/jun de 1997
- A Cooperação e a Autonomia no uso Hipernet, ano 6, n.9, p.45, jan/jun de 1997
- A farra do boi... ano 6, n.9, p.90, jan/jun de 1997
- A guerra dos Estados Unidos contra a América Central, ano 6, n.9, p.79, jan/jun de 1997
- A política externa da ditadura militar, ano 2, n.3, p.41, jul/dez de 1992
- Acerca da modernidade da instituição universitária, ano 2, n.2, p.56, jan/jun de 1992
- Administração de recursos humanos: uma perspectiva crítica, ano 2, n.3, p.15, jul/dez de 1992
- Alfred Weber - estilo de pensar através da sociologia, ano 3, n.4, p.57, jan/jul de 1993
- Apresentação do número 1, ano 1, n.1, p.3, jul/dez de 1991
- As causas da revolução cubana: uma análise historiográfica, ano 2, n.2, p.52, jan/jun de 1992
- As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo: o trabalho e os seus prolongamentos cotidianos, ano 2, n.3, p.5, jul/dez de 1992
- Avaliação institucional da Universidade, ano 4, n.6, p.100, ago/dez de 1995

B

- Biodiversidade - ONG's e Direito Internacional, ano 2, n.2, p.42, jan/jun de 1992

C

- Che Guevara, herói e mártir, ano 6, n.9, p.60, jan/jun de 1997
- Concessão do título doutor honoris causa a Fidel Castro, ano 2, n.3, p.18, jul/dez de 1992
- Considerações acerca da reprodutibilidade técnica da obra de arte, ano 3, n.5, p.75, ago/dez de 1993
- Cultura política e cidadania, ano 3, n.5, p.57, ago/dez de 1993

D

- Da crise mexicana às políticas neoliberais na América Latina, ano 5, n.7, p.29, jan/jun de 1996
- Da privatização à socialização do sonho, ano 1, n.1, p.37, jul/dez de 1991
- Do socialismo para onde?, ano 1, n.1, p.21, jul/dez de 1991

E

- Educação e informática, ano 3, n.4, p.42, jan/dez de 1993
- Educação: estratégia de intervenção política e ideológica, ano 2, n.2, p.25, jan/jun de 1992
- El conflicto de Chiapas: una prefiguración de América Latina en el siglo XXI, ano 5, n.7, p.38, jan/jun de 1996
- El fin das ideologias y la muerte de la Universidad, ano 5, n.8, p.63, jul/dez de 1996
- Entrevista de Armando Boito Júnior a Plural, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
- Entrevista de Eric Hobsbawm a Plural, ano 2, n.3, p.26, jul/dez de 1992
- Entrevista de Moisés Nussenzweig a Plural - Integração entre a Universidade e Estado, ano 2, n.2, p.34/38, jan/jun de 1992

Entrevista de Ricardo Antunes a Plural, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
Entrevista de Walquíria Domingues Leão Rêgo a Plural, ano 3, n.4, p.82, jan/jul de 1993
Estética da utopia, ano 2, n.3, p.59, jul/dez de 1992
Ética e política: o caso Collor, ano 2, n.3, p.37, jul/dez de 1992

F

Fim do socialismo ou crise do estado burocrático?, ano 1, n.1, p.28, jul/dez de 1991.

Flexibilização no direito do trabalho, ano 2, n.3, p.12, jul/dez de 1992

Florestan Fernandes: conservadores mutilam o projeto de educação nacional- a extensão integrada com o ensino, ano 2, n.2, p.28/29, jan/jun de 1992

G

Gramsci e a revolução que não houve, ano 2, n.2, p.10, jan/jun de 1992

Gramsci e o direito: elementos para reflexão sobre novas jurisdições, ano 2, n.2, p.12, jan/jun de 1992

Gramsci: educação e hegemonia, ano 2, n.2, p.5, jan/jun de 1992

Guardem as estátuas de Lênin: Elas voltarão a seus antigos lugares, ano 4, n.6, p.112, ago/dez de 1995

I

Interdisciplinaridade: meta ou mito?, ano 3, n.4, p.50, jan/jul de 1993

Investimentos em ciência e tecnologia e mecanismos governamentais de apoio à pesquisa no Brasil, ano 2, n.2, p.64, jan/jun de 1992

L

La comuna de Brasil: Fragmentos sobre el recuerdo y el delirio del olvido - los 25 anos de marzo del 68, ano 2, n.3, p.30 jul/dez de 1992

Lei de Patentes, ano 3, n.4, p.62, jan/jul de 1993

Literatura : Canção Eslava, ano 4, n.6, p.95, ago/dez de 1995

Literatura : Puedo escribir los versos, ano 4, n.6, p.94, ago/dez de 1995

Literatura, ano 6, n.9, p.51, jan/jun de 1997

Literatura: 4 cartas de escritores, ano 5, n.8, p.53, jul/dez de 1996

Literatura: A carta, ano 5, n.7, p.47, jan/jun de 1996

Literatura: A tragédia da Literatura e das Ciências Sociais no Chile, ano 5, n.7, p.51, jan/jun de 1996

Literatura: Descoberta, ano 5, n.7, p.46, jan/jun de 1996

Literatura: Despropósito geral, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993

Literatura: Dez encantos, ano 5, n.7, p.48, jan/jun de 1996

Literatura: Entreato febril, ano 5, n.7, p.53, jan/jun de 1996

Literatura: O dia em que morreu Getúlio, ano 5, n.7, p.42, jan/jun de 1996

Literatura: O que passou, passou?, ano 3, n.5, p.49, ago/dez de 1993

Literatura: Ode ao burguês, ano 5, n.8, p.58, jul/dez de 1996

Literatura: Pareça e desapareça, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993

Literatura: Quadrilátero, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993

Literatura: Românticas neuroses, ano 4, n.6, p.93, ago/dez de 1995

Literatura: Rumo ao sumo, ano 3, n.5, p.50, ago/dez de 1993

Literatura: Se você soubesse, ano 3, n.5, p.51, ago/dez de 1993

Literatura: Treme bandeira trêmula, ano 3, n.5, p.53, ago/dez de 1993

M

Mais crise, mais lucro: a condição não moderna do Brasil, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995

Mercosul e as metamorfoses do mundo do trabalho, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993

Mitos e realidades da revolta de Chiapas, ano 5, n.7 p.23, jan/jun de 1996

N

Neoliberalismo: o estado máximo para o capital, ano 3, n.5, p.40, ago/dez de 1993

O

O Desmonte da Universidade Pública no Chile, ano 6, n. 9, p.33, jan/jun de 1997

- O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência, ano 6, n. 9, p. 33, jan/jun de 1997
- O estrangeiro em torno da farra do boi, ano 6, n. 9, p. 86, jan/jun de 1997
- O globo se alarga, se estreita e se afasta: a comunidade imaginária mundial, ano 5, n.8, p.3, jul/dez de 1996
- O lugar do "administrador" no conceito gramsciano de intelectual, ano 2, n.2, p.8, jan/jun de 1992
- O mundo do trabalho em debate, ano 3, n.4, p.13, jan/jul de 1993
- O pensamento vivo do marxista Antônio Gramsci, ano 2, n.2, p.6, jan/jun de 1992
- O Projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a Privatização das Universidades Federais, ano 6, n. 9, p.15, jan/jun de 1997
- Os anos 90 vistos do sul: desafios e tendências, ano 2, n.3, p.48, jul/dez de 1992
- Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas, ano 5, n.8, p.32, jul/dez de 1996

P

- Pensamento libertário e/ou anarquista: história e atualidade, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992
- Perspectivas de libertação: alternativas para o neoliberalismo na América Latina, ano 5, n.7, p.13, jan/jun de 1996
- Poesia: memórias, ano 2, n.3, p.40, jul/dez de 1992
- Porque Guerrilha no México em tempos de economia de mercado, ano 3, n.4, p.71, jan/jul de 1993
- Pós modernidade, o vitalismo do "Chaos", ano 3, n.4, p.5, jan/jul de 1993
- Posfácio - a Alemanha unida em um mundo dividido, ano 1, n.1, p.44, jul/dez de 1991
- Primeira aventura tradutória, ano 2, n.2, p.18, jan/jun de 1992
- Professor-repórter, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996

R

- Reconstruindo uma utopia-concreta, ano 1, n.1, p.4, jul/dez de 1991
- Resenha - Che: O Comandante Vive! Ano 6, n. 9, p. 93, jan/jun de 1997
- Resenha - O longo século XX veio para ficar... ano 6, n. 9, p. 97, jan/jun de 1997
- Reverendo a história, ano 4, n.6, p.3, ago/dez de 1995

S

- Separatismo: tempo de ódio, tempo de repensar o Brasil, ano 3, n.4, p.75, jan/jul de 1993
- Sobre a tirania, ano 3, n.4, p.55, jan/jul de 1997
- Socialismo e globalização, ano 5, n.8, p.13, jul/dez de 1996
- Socialismo: reforma ou extinção?, ano 1, n.1, p.9, jul/dez de 1991
- Socialismo: uma exigência da realidade, ano 1, n.1, p.14, jul/dez de 1991

U

- Um olhar retrospectivo, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
- Uma crítica ao "Estado Imperial" Norte-Americano e o declínio da esquerda na América Latina, ano 5, n.7, p.3, jan/jun de 1996
- Uma onda conservadora para a América Latina, ano 3, n.5, p.62, ago/dez de 1993
- Universidade e desenvolvimento científico e tecno-

ÍNDICE POR AUTOR:

A

- Adolfo Boos Júnior, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Alcides Buss, ano 4, n.6, p.99, ago/dez de 1995
Alfred Weber, ano 2, n.3, p.45, jul/dez de 1992
Aluizio Batista de Amorim, ano 3, n.5, p.40, ago/dez de 1993
Amilcar Neves, ano 5, n.7, p.48, jan/jun de 1996
Ana Lúcia Magela de Rezende, ano 3, n.4, p.5, jan/jul de 1993
Analice Brancher, ano 2, n.2, p.18, jan/jun de 1992
Andréa Vieira Zanella, ano 3, n.5, p.75, ago/dez de 1993
Aníbal Quijano, ano 2, n.3, p.59, jul/dez de 1992
Armando Boito Júnior, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
Armando de Melo Lisboa, ano 3, n.4, p.75, jan/jul de 1993
Arno Blass, ano 2, n.2, p.28, jan/jun de 1992

B

- Banco Mundial, ano 6, n. 9, p. 33, jan/jun de 1997
Bautista Vidal, ano 3, n.4, p.62, jan/jul de 1993
Bernardete Aued, ano 4, n.6, p.64, ago/dez de 1995

C

- Carlos Loch, ano 2, n.2, p.34/38, jan/jun de 1992
Carlos Mazzeo, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
Carmen Aidê Hermes, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
César Gonzales Ochoa, ano 2, n.2, p.56, jan/jun de 1992
Cesare Giuseppe Galvan, ano 1, n.1, p.44, jul/dez de 1991
Christian G. Caubet, ano 2, n.2, p.42, jan/jun de 1992
Clóvis Raimundo Maliska, ano 2, n.2, p.28, jan/jun de 1992
Cruz e Souza, ano 5, n.8, p.53 e 54, jul/dez de 1996

D

- Denilson Luis Werle, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995
Domingos Pellegrini Júnior, ano 5, n.7, p.41, jan/jun de 1996

E

- Eça de Queiróz, ano 5, n.8, p.53 e 55, jul/dez de 1996
Edison Puente, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
Edla Maria Faust Ramos, ano 6, n. 9, p. 45, jan/jun de 1997
Edmundo Lima de Arruda Jr., ano 1, n.1, p.4, jul/dez de 1991
Edmundo Lima de Arruda Jr., ano 2, n.2, p.12, jan/jun de 1992
Emanuel Medeiros Vieira, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Eric Hobsbawn, ano 2, n.3, p.26, jul/dez de 1992
Erni J. Seibel, ano 2, n.2, p.8, jan/jun de 1992
Erni J. Seibel, ano 3, n.5, p.57, ago/dez de 1993

F

- Fernando Ponte de Sousa, ano 4, n.6, p.100 e 106, ago/dez de 1995
Fernando Torkarski, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993
Frei Betto, ano 1, n.1, p.37, jul/dez de 1991

G

- Graça Druck e Luiz Filgueiras, ano 6, n. 9, p. 15, jan/jun de 1997

H

- Hamilton Abreu, ano 4, n.6, p.31, ago/dez de 1995
Hamilton Schaefer, ano 4, n.6, p.4, ago/dez de 1995
Hoyêdo Nunes Lins, ano 3, n.4, p.13, jan/jul de 1993
Hugo Coelho, ano 5, n.8, p.63, jul/dez de 1996

J
 James Petras, ano 5, n.7, p.3,13 e 23, jan/jun de 1996
 James Petras, ano 5, n.8, p.32, jul/dez de 1996
 Joana Maria Pedro, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
 João Josué da Silva Filho, ano 3, n.4, p.42, jan/jul de 1993
 Jorge Lorenzetti, ano 4, n.6, p.8, ago/dez de 1995
 Jorge Silva, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992
 José Maria Carvalho Ferreira, ano 2, n.3, p.5, jul/dez de 1992
 José Paulo Neto, ano 3, n.5, p.5, ago/dez de 1993
 Josecleto Costa de Almeida Pereira, ano 2, n.3, p.12, jul/dez de 1992

L
 Laércio Barbosa Pereira, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995
 Leda Scheibe, ano 2, n.2, p.5, jan/jun de 1992
 Louise Lhullier, ano 2, n.3, p.15, jul/dez de 1992
 Luciano Martins, ano 1, n.1, p.9, jul/dez de 1991
 Luis Javier Garrido, ano 5, n.7, p.29 e 38, jan/jun de 1996
 Luiz A. Warat, ano 2, n.3, p.30, jul/dez de 1992
 Luiz Carlos Pinheiro Machado, ano 6, n. 9, p. 60, jan/jun de 1997
 Luiz Carlos Pinheiro Machado, ano 6, n. 9, p. 90, jan/jun de 1997
 Luiz Fernando Scheibe, ano 2, n.3, p.18, jul/dez de 1992
 Luiz Henrique Verani, ano 4, n.6, p.34, ago/dez de 1995
 Luiz Otávio Bandeira Gomes, ano 5, n.7, p.53, jan/jun de 1996

M
 Márcia J. de Oliveira, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995
 Marco Da Ros, ano 4, n.6, p.58, ago/dez de 1995
 Maria Célia M. de Moraes, ano 2, n.2, p.25, jan/jun de 1992
 Maria Odete Santos, ano 5, n.8, p.3, jul/dez de 1996
 Maria Odete Santos, ano 6, n. 9, p.97, jan/jun de 1997
 Maria Oly Pey, ano 2, n.2, p.21, jan/jun de 1992
 Mariléa Caruso e Raimundo Caruso, ano 6, n. 9, p. 79, jan/jun de 1997
 Mariléa Caruso e Raimundo Caruso, ano 6, n. 9, p. 81, jan/jun de 1997

Mariléa Caruso, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996
 Mário César Coelho, ano 2, n.3, p.40, jul/dez de 1992
 Mário de Andrade, ano 5, n.8, p. 58, jul/dez de 1996
 Marli Auras, ano 2, n.2, p.6, jan/jun de 1992
 Maurício Tragtemberg, ano 1, n.1, p.28, jul/dez de 1991
 Milton Muniz, ano 4, n.6, p.55, ago/dez de 1995
 Newton Lima Neto, ano 6, n. 9, p. 3, jan/jun de 1997

N
 Nilson Borges Filho, ano 2, n.2, p.10, jan/jun de 1992
 Nilson Borges Filho, ano 2, n.3, p.37, jul/dez de 1992
 Norberto Dallabrida, ano 2, n.2, p.52, jan/jun de 1992

O
 Osni Jacó da Silva, ano 4, n.6, p.67, ago/dez de 1995
 Osvaldo Coggiola, ano 5, n.8, p.13, jul/dez de 1996

P
 Paulo Leminski, ano 3, n.5, p.46, ago/dez de 1993

R
 Rafael José de Menezes Bastos, ano 6, n. 9, p. 86, jan/jun de 1997
 Raimundo C. Caruso, ano 5, n.7, p.51, jan/jun de 1996
 Raimundo C. Caruso, ano 5, n.8, p.60, jul/dez de 1996
 Raimundo C. Caruso, ano 6, n. 9, p. 51, jan/jun de 1997
 Raimundo Caruso, ano 4, n.6, p.92, ago/dez de 1995
 Raul Guenther, ano 4, n.6, p.25, ago/dez de 1995
 Regina Carvalho Pacheco, ano 3, n.4, p.55, jan/jul de 1993
 Reinaldo Matias Fleuri, ano 3, n.4, p.50, jan/jul de 1993
 Ricardo Antunes, ano 3, n.4, p.23, jan/jul de 1993
 Richard Brau, ano 3, n.4, p.57, jan/jul de 1993
 Richard Dreyfuss, ano 2, n.3, p.48, jul/dez de 1992
 Rita de Cássia Barbosa, ano 1, n.1, p.3, jul/dez de 1991
 Rogério F. Guerra, ano 2, n.2, p.64, jan/jun de 1992
 Rogério Ferreira Guerra, ano 3, n.4, p.27, jan/jul de 1993

Rodrigo Baño, ano 6, n. 9, p. 29, jan/jun de 1997
Rogério Lustosa, ano 1, n.1, p.14, jul/dez de 1991
Ruy Espinheira Filho, ano 5, n.7, p.46, jan/jun de 1996

T

Tanira Piacentini, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

U

Uwe Optenhögel, ano 1, n.1, p.21, jul/dez de 1991

W

Waldir José Rampinelli, ano 3, n.4, p.71, jan/jul de 1997

Waldir José Rampinelli, ano 3, n.5, p.62, ago/dez de 1993

Waldir Rampinelli, ano 2, n.3, p.41, jul/dez de 1992

Waldir Rampinelli, ano 4, n.6, p.106, ago/dez de 1995

Waldir Rampinelli, ano 6, n.9, p.93, jan/jun de 1997

Walquíria Domingues Leão Rêgo, ano 3, n.4, p.82, jan/jul de 1993

Wladimir Gregório Espíndola, ano 4, n.6, p.80, ago/dez de 1995

Os textos deverão ser digitados nos programas Wordword 2.0 (ou 6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.

6. Os textos deverão conter uma linha de abrandamento do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada

de uma descrição do autor (nome, endereço, telefone, e-mail, e que faz referência ao endereço para contato).

7. Os textos deverão ser digitados em português brasileiro, com exceção de citações em português francês.

8. Os textos deverão ser digitados em português brasileiro, com exceção de citações em português francês.

9. Os textos deverão ser digitados em português brasileiro, com exceção de citações em português francês.

10. Os textos deverão ser digitados em português brasileiro, com exceção de citações em português francês.

Seções do Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com indicação completa de fonte consultada. Tais resenhas deverão conter, no máximo, 70 linhas (aproximadamente 2 linhas).

Fotos e ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de divulgação (cartões de postais, desenhos, ilustrações, charges, etc.) que possam ser aproveitados para material específico. Todo o material será recebido em uma única folha e ilustrações deverão ser anexadas ao texto máximo

da revista. Acompanhar de informações sobre o autor.

Contos, Poemas e Poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de Leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Profession-reporter: artigos de experiência de profissionais em instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à cultura, ciência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio Universitário: troca de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades de intercâmbio acadêmico, particularmente aspectos práticos, por exemplo, experiências de avaliação durante o período de férias CPDs, etc.

Condições de aceitação

- todos os associados da Apulsa-SSIND;
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina;
- todas as Universidades Federais Brasileiras;
- todos as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina;
- os deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- os senadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis;
- o Conselho Editorial.

Aos colaboradores

Normas para o envio de artigos

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas. Um texto ideal seria de 5 ou 6.
2. Na preparação dos trabalhos a serem enviados para a Revista, o Conselho Editorial recomenda que:
 - 2.1. Se evite vocabulário especializado, glossários e frases com mais de 4 linhas;
 - 2.2. Se evite títulos e sub-títulos acadêmicos como "Introdução", "Método de trabalho" e "Considerações finais", contudo sugere-se o uso de intertítulos sobre o conteúdo a ser desenvolvido a cada 30 linhas de textos aproximadamente;
 - 2.3. Se produza textos com conteúdos atualizados e informativos, evitando a produção de textos hermeticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.
 - 2.4. Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.
3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.
4. As referências bibliográficas devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT (por exemplo, usar como modelo a revista "Ciência Hoje").
5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquetes, acompanhados de três cópias, com parágrafo duplo, no idioma português ou es-

panhol. Eles devem ser digitados nos programas Winword 2.0 (ou 6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.

6. Os textos deverão conter uma abertura ("lead"), abordando as principais idéias do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada de uma breve descrição do autor (onde trabalha, o que faz atualmente, endereço para contatos, etc). Tais informações deverão ser escritas em duas línguas: português - inglês ou português-francês.
7. Recomenda-se que as ilustrações necessárias para os textos sejam providenciadas pelos autores, que deverão também sublinhar frases ou trechos que julgam ser convenientes para serem destacados em negrito dentro do artigo.
8. A devolução dos artigos revisados, juntamente com a cópia corrigida pelo revisor, deverá ocorrer no prazo máximo de uma semana.

Seções de Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa de fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo 70 linhas (aproximadamente 2 laudas).

Espaço Plural: serão aceitas, desde que estejam adequadas e eticamente redigidas. Deverão conter no máximo, 40 linhas.

Fotos e Ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de ilustração (bico de pena, desenhos, ilustrações, charges, etc) que poderão ser aproveitados para matérias específicas. Todo o material será recebido em arte final. Fotos e ilustrações deverão se ater ao tamanho máximo

da Revista, acompanhadas de informações sobre o autor.

Contos, Poemas e Poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de Leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Professor-repórter: curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à sobrevivência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio Universitário: trocas de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades da comunidade acadêmica, particularmente aspectos polêmicos (por exemplo, experiências com avaliação docente, papel das diferentes CPPDs, etc.).

PLURAL é distribuída gratuitamente para:

- todos os associados da Apufsc/SSIND
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina
- todas as Universidades Federais Brasileiras
- todas as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina
- os deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- os vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis

A Comissão Editorial

Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1
(jul. / dez. 1991) - . -
Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991
- v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa
Catarina

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor de assinatura; um ano (duas edições): R\$ 20,00; dois anos (4 edições): R\$ 40,00
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente



Fone: (048) 246-5335

